

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SANDRA ADELINA GIACOMINI

**PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE MASCULINIDADES E FEMINILIDADES
JUVENIS: ARTICULAÇÕES COM VIOLÊNCIAS DE GÊNERO**

Porto Alegre

2011

SANDRA ADELINA GIACOMINI

**PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE MASCULINIDADES E FEMINILIDADES
JUVENIS: ARTICULAÇÕES COM VIOLÊNCIAS DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dagmar E. Meyer

Porto Alegre

2011

CIP – Catalogação na Publicação
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Eunice Pigozzo - CRB 10/824

G429p Giacomini, Sandra Adelina.

Processos de produção de masculinidades e feminilidades juvenis
: articulações com violências de gênero / Sandra Adelina Giacomini.
– Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

117 p.
Contém anexos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dagmar E. Meyer.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Faculdade de Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Educação.

CDU: 316.47-055.1/.2

343.4-055.2

1.Violência de gênero. 3. Lei Maria da Penha. I.Meyer, Dagmar E.
(orient.) II. t.

AGRADECIMENTOS

À professora Dagmar Meyer, minha orientadora, por sua competência, dedicação e paciência, sem a qual eu não teria construído esta caminhada de pesquisadora, que em muito contribuiu com minha história pessoal e profissional. A combinação de rigor e afeto, que sempre estiveram presentes em nossos encontros, tornou possível este estudo. Muito obrigada!

Tece o texto.

*Cada assunto/tema é um fio de outra cor,
tem combinações que a gente, como tecelã,
vai fazendo entre essas cores,
para tramá-las de determinadas formas.*

(Dagmar Meyer)

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da UFRGS pela qualidade de seu ensino e formação.

Agradeço aos/às colegas do Grupo de Orientação pelas leituras atentas e múltiplas sugestões, considerações e palavras de apoio. Vocês também escreveram este estudo!

A meus/minhas professores/as e colegas da Especialização em Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, na qual esta caminhada tomou corpo.

À banca de qualificação, professores Fernando Seffner e Sandra Andrade, e agora na banca final o professor José Geraldo Damico, por aceitarem o convite e pela forma respeitosa e produtiva como fizeram suas considerações na defesa do projeto de pesquisa.

À Escola Alfredo Aveline que, através de sua diretora e orientadoras, abriu as suas portas para a realização desta pesquisa. Um agradecimento especial aos/às

jovens estudantes que acolheram a proposta por se mostrarem participativos/as e interessados/as em todos os encontros.

Aos/às meus/minhas colegas da Coordenadoria da Mulher, Centro Revivi, Rede de Atenção à Mulher e COMDIM, por valorizarem o trabalho realizado, por entenderem os momentos de afastamento e estresse.

Aos/às meus/minhas amigos/as, cada um ao seu modo, por seu interesse e incentivo.

Aos meus pais e familiares, por suas preocupações, presença e apoio.

Ao meu filho Lucas, por entender meus momentos de ausência, sempre demonstrando seu amor e carinho.

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A mágica presença das estrelas!*
(Mário Quintana)

RESUMO

Nesta dissertação de mestrado, discuto processos de produção de masculinidades e feminilidades juvenis em articulação com violências de gênero. A partir das teorizações dos estudos culturais e de gênero, busco compreender que representações de masculinidades, feminilidades e violências estão imbricadas nas posições de sujeito que jovens ocupam quando falam sobre violências de gênero, num tempo de sua nomeação e visibilidade. O trabalho de campo envolveu a realização de grupos focais com jovens informantes que frequentam uma turma de primeiro ano do Ensino Médio de uma escola municipal, na cidade de Bento Gonçalves, interior do Rio Grande do Sul. Os textos gerados pela transcrição das discussões realizadas nos grupos focais foram examinados na perspectiva da análise cultural. Evidencia-se, com esta análise, que a ênfase dada em nossa cultura para a marcação da diferença de gênero acaba por produzir normas de comportamentos que contribuem tanto para reproduzir quanto para modificar identidades de gênero. É com o intuito de problematizar e colocar sob suspeita as naturalizações de masculinidades e feminilidades que as naturalizações são apresentadas e discutidas. As análises permitem, também, delinear flexibilizações nos modos de ser e de viver o gênero, destacando-se modificações mais visíveis nas construções de feminilidades juvenis, o que envolve deslocamentos nas relações de poder entre os gêneros. Aponto para a possível articulação das construções de masculinidades e feminilidades com relações de violências de gênero, e também para as relações de poder entre os gêneros. Por último, pondero que o uso alargado do termo violências de gênero pode, além de banalizar o termo e a situação de dominação, judicializar as relações, dando pouco espaço para atividades de caráter preventivo, que são importantes para modificar tais relações.

Palavras-chave: Juventudes. Gênero. Violências. Lei Maria da Penha.

ABSTRACT

In this Master's thesis, I discuss the production processes of youth masculinity and femininity in conjunction with gender violence. From the theories of cultural and gender studies, I intend to understand which representations of masculinity, femininity and violence are embedded in subject positions that youngsters occupy when they talk about gender violence, in a time of its nomination and visibility. Field work involved conducting focus groups with young reporters who study at a High School first year class of a municipal school, in the city of Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. The texts generated by the transcription of focus group's discussions were examined from the perspective of cultural analysis. It becomes evident, with this analysis, that our culture's emphasis for the gender difference turns out to produce behavior standards that contribute to reproduce and also modify gender identities. Aiming to question and impugning the naturalization of masculinity and femininity these naturalizations are presented and discussed. The analysis also allows shaping flexibilities in the ways of being and living gender, highlighting the most visible changes in the constructions of youthful femininity, which involves shifts in power relations between genders. I point out to the possible connection of the constructions of masculinity and femininity in gender violence relations, and also to the power relations between genders. Finally, I ponder that the widespread use of the term gender violence can – in addition to trivialize the term and the domination condition – judicialize relations, giving little room for preventive activities that are important to modify these relationships.

Keywords: Youth. Gender. Violence. Maria da Penha Law.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
1 JUVENTUDES E CONSTRUÇÕES DE MASCULINIDADES E FEMINILIDADES: APROXIMANDO A TEMÁTICA.....	16
1.1 Juventudes em processo de escolarização.....	21
2 VIOLÊNCIAS E RELAÇÕES DE GÊNERO: O CONTEXTO DO ESTUDO.....	24
2.1 Da <i>violência contra a mulher</i> para violências de gênero.....	24
2.2 A Lei Maria da Penha.....	30
2.3 Gênero, poder e violências: o referencial teórico-metodológico do estudo.....	32
3 CAMINHOS INVESTIGATIVOS.....	42
3.1 A cidade, a escola e os/as jovens informantes.....	42
3.2 Os primeiros contatos com o campo.....	43
3.3 Procedimentos de investigação e de análise.....	47
4 “QUE DIFERENÇA DA MULHER O HOMEM TEM?” “SE FOR REPARAR DIREITO TEM POUQUINHA DIFERENÇA!”	55
4.1 Corpos, identidades e diferenças.....	57
4.2 <i>Era uma vez outra Maria: as sexualidades articulando modos de ser homem e ser mulher.....</i>	63
4.2.1 <i>Sobre a heteronormatividade.....</i>	66
4.2.2 <i>Violência sexual.....</i>	71
4.3 Entre encontros e desencontros de amor.....	74
4.3.1 <i>(In)Fidelidades e violências.....</i>	78
4.4 Gênero e parentalidade.....	82
5 MASCULINIDADES, FEMINILIDADES E VIOLÊNCIAS.....	86

6	POSSIBILIDADES DE REFLEXÃO: MOVIMENTOS JURÍDICOS E MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIAS DE GÊNERO.....	93
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS GÊNEROS.....	100
	REFERÊNCIAS.....	105
	ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	114
	ANEXO B – Material utilizado no grupo focal.....	115
	ANEXO C – Roteiro de entrevista.....	117

APRESENTAÇÃO

A dissertação que apresento é o resultado de uma trajetória acadêmica que se iniciou em 2008 com meu ingresso na Especialização em Educação, Sexualidade e Relações de Gênero – promovida pelo Grupo de Estudos de Gênero e Educação (GEERGE), da Faculdade de Educação da UFRGS – e seguiu em 2009, no Mestrado em Educação na mesma linha de pesquisa.

É também a consequência de uma trajetória pessoal e profissional que se iniciou em 2006, quando fui convidada a compor uma comissão provisória para articulação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Bento Gonçalves/Rio Grande do Sul, que, além de criar o referido conselho, sensibilizou o poder público para instalar um serviço de atenção às mulheres que vivenciam violências. Em outubro de 2007, o Centro da Mulher REVIVI (centro de referência para mulheres que vivenciam violências) foi implantado, e eu assumi como psicóloga.

Diante do desafio profissional que isso me colocou, passei, inicialmente, a fazer leituras solitárias sobre questões referentes à situação das mulheres no mundo, seus direitos e a violação dos mesmos. Deparei-me com situações como as violências de gênero¹, as desigualdades no mundo do trabalho, a dificuldade de ingressar em espaços de poder e decisão. Tal realidade trouxe a motivação para novos estudos, que de certa forma apontavam para uma insatisfação com o já sabido, como destaca Sandra Corazza (1996)².

Uma das primeiras ressignificações da minha prática profissional, depois de minha aproximação com os estudos culturais e de gênero, foi a mudança no nome do Centro da Mulher REVIVI que deixou de ser Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência para ser Centro de Referência para Mulheres que Vivenciam³

¹ “Violências, assim, no plural, pois que não existe a violência, mas muitas, diversas, opostas em distintas funções servindo a diferentes destinos” (Michel MISSE, 2008, p. 165). Do mesmo modo, podemos tipificar as violências de gênero como violência física, psicológica, moral, patrimonial, sexual. A tipificação citada é a utilizada na Lei Maria da Penha.

² Sempre que apresentar pela primeira vez um/uma autor/a, mesmo que seja em uma citação, o farei redigindo o nome e o sobrenome, no sentido de dar visibilidade às mulheres e aos homens. Trata-se de um posicionamento teórico-político decorrente de minha aproximação com os estudos de gênero.

³ A expressão *mulher vítima de violência* passou a ser questionada pela equipe do Centro Revivi por entender que o termo *vítima* fixa a mulher em uma posição de dominação, sem possibilidade de oferecer resistência. Considerou-se mais produtiva a expressão *mulheres que vivenciam violência*, procurando dar visibilidade à provisoriamente dessa relação de dominação, destacando as relações de poder e resistência.

Violência (REVIVI). Tal mudança política indica um deslocamento do foco da mulher “dominada em si” (Dagmar MEYER, 2003) para as relações de poder entre os gêneros, indo além do binômio *dominantes* e *dominados/as*, problematizando as relações em que as diferenças/desigualdades são produzidas e legitimadas. Foi uma proposta no sentido de ir além de uma polarização *maniqueísta*⁴ que fixa as identidades – no caso das violências de gênero, o homem como o agressor e a mulher como a vítima. Até porque, entendendo violência como um conceito relacional, a denominação de vítima e agressor, se utilizada, não deveria ser fixada.

Seguindo na articulação de minha experiência profissional com minha vivência acadêmica, passei a atentar para as construções de masculinidades e feminilidades propostas pela nossa cultura, através de instituições formais (como família, escola, igreja, justiça) e também informais (chamadas de pedagogias culturais, como televisão, revistas, jornais, música). São construções binárias e hierárquicas, imersas em relações desiguais de poder, que produzem desigualdades que podem chegar a situações de violências. Depoimentos de mulheres atendidas por mim no Centro REVIVI – “Tentei fazer o meu casamento dar certo. Fracassei”. “Sempre achei feio a mulher se separar”. “Ele é muito bom, não deixa faltar nada”. “Tinha costume de ter alguém do lado, de ter com quem sair”⁵ – apontam para uma representação⁶ legitimada de mulher que, embora não seja unânime, ainda circula em nossa cultura. Uma mulher vista como dependente, que precisa de proteção, que tudo aceita, que aprendeu que casamento é “até que a morte os separe”. As tentativas de romper com violências sofridas acabam sendo marcadas pela culpa e pela vergonha, por não terem correspondido ao modelo ideal de mulher e casamento imposto pela cultura, acatado por elas como algo da natureza, algo que pode ser explicado pela biologia, que pretende dar significado a comportamentos e vivências, a partir das diferenças entre os corpos. Tais falas expressam lugares atribuídos a mulheres e homens em nossa sociedade, lugares opostos e fixos, além de hierarquicamente constituídos, que a partir dos estudos culturais e de gênero

⁴ O *maniqueísmo* é uma forma de pensar simplista em que o mundo é dividido em dois: o do Bem e o do Mal. A simplificação é uma forma primária do pensamento que reduz os fenômenos humanos a uma relação de causa e efeito, certo e errado, isso ou aquilo, é ou não é. (REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO, 2001).

⁵ Trata-se de falas das mulheres atendidas por mim no Centro REVIVI.

⁶ Para Dagmar Meyer (2000, p. 58), “a representação envolve as práticas de significação e os sistemas simbólicos através dos quais estes significados – que nos permitem entender nossas experiências e aquilo que nós somos – são constituídos.”

encontram possibilidades de serem problematizados, já que passam a ser entendidos como lugares de homens e mulheres histórica e culturalmente construídos.

No contexto dessas minhas experiências e dos desafios que elas apontavam, a ideia de trabalhar com juventudes, na dissertação de mestrado, foi se delineando através dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro REVIVI junto às escolas, que produziam espaços amplos de discussão sobre as relações de gênero (entre mulheres e homens, entre mulheres e entre homens). Cheguei a cogitar a possibilidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido no TCC, focando o estudo na problemática de mulheres que vivenciavam violências, atendidas por mim no REVIVI. Porém, considerando que se trata de sujeitos já imersos em relações de violências de gênero, refleti que poderia ser produtivo entender e discutir relações de poder de gênero vigentes no âmbito dos processos de construção de masculinidades e feminilidades juvenis e suas possíveis articulações com a produção de violências de gênero. Imaginei que, com essa escolha, poderia desenvolver um trabalho com maiores possibilidades de tensionar relações naturalizadas, promovendo um deslocamento da indagação *por que* para *como* as práticas de violências de gênero vão sendo construídas nas interações que se estabelecem na cultura.

Assim, busquei, com este estudo, promover um estranhamento do que é familiar através de um distanciamento de ideologias, valores, crenças naturalizadas na cultura, passando a olhar para como os fenômenos sociais ocorrem. Como exemplo desse processo, cito a leitura do estudo de Norbert Elias (1994), que aborda o surgimento da civilização, dando visibilidade a questões consideradas *menores*, como etiqueta ou boas maneiras. Trata-se de uma forma diferente de olhar para o que acontece no mundo, estando atento às relações em seus detalhes. Abandona-se a ideia de que as distinções sociais se fundam na natureza, entendendo que o sentido delas vai se produzindo na cultura. O comportamento das pessoas e dos grupos muda conforme a época e o lugar social em que estão inseridos, partindo-se do entendimento de que civilizar envolve processos educativos sócio-históricos e culturais, e não é um processo natural, dado *a priori*.

Diante dessas reflexões, defini minhas questões de pesquisa:

Como jovens urbanos escolarizados, de uma cidade no interior do estado do Rio Grande do Sul, definem e diferenciam masculinidades e

feminilidades? Essas definições de masculinidades e feminilidades articulam elementos constitutivos do que se nomeia, contemporaneamente, como violências de gênero? Como falam e o que falam sobre essa articulação? Que desafios essas expressões juvenis podem colocar para as políticas e para os programas sociais comprometidos com a prevenção desse tipo de violência?

Descrevo, a seguir, a forma como esta dissertação foi organizada para dar conta das questões referidas acima.

No primeiro capítulo, discuto a escolha do tema juventude para o meu estudo, o que se deu à medida que fui me familiarizando com os estudos culturais e de gênero, nos quais o contexto histórico-cultural e as relações sociais são considerados como sendo indissociáveis dos processos de produção de identidades e de corpos generificados. Também entendi que seria produtivo um estudo com jovens de diferentes sexos, que vêm se constituindo como homens e mulheres em um tempo de nomeação e visibilidade das violências de gênero. Trata-se de sujeitos cujo tempo vivido e cujo tempo para viver sugerem múltiplas possibilidades de aprendizagens e desaprendizagens, o que permite fissuras no discurso hegemônico das construções de masculinidades e feminilidades que poderiam apontar caminhos para o enfrentamento das violências de gênero. Desenvolvo também nesse capítulo o conceito de educação e pedagogia cultural, por sua aproximação com os/as informantes da pesquisa, que são jovens em processo de escolarização e alvos contínuos de diferentes tipos de investimentos políticos, econômicos e culturais.

No segundo capítulo, apresento o contexto mais amplo que cerca a temática de meu estudo – violências e relações de gênero –, considerando que o conceito de gênero contempla os processos de socialização de homens e mulheres, ampliando as possibilidades de ação no enfrentamento a violências de gênero. Apresento conceitos como cultura, linguagem, representação, relações de poder e relações de violências de gênero que serão utilizados no decorrer deste estudo. Desenvolvo ainda, no capítulo 2, aspectos relacionados às políticas públicas no que se refere à *violência contra a mulher*⁷ e à Lei Maria da Penha⁸.

⁷ Quando, por referência à Lei e às políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres, eu utilizar a terminologia *violência contra a mulher*, vou transcrevê-la em itálico, já que minha opção neste estudo é a terminologia *violências de gênero*, que permite ir além do binômio dominantes e dominados/as.

⁸ Maria da Penha constitui um caso emblemático de violência contra mulher. Em 1983, por duas vezes, o marido tentou assassiná-la. Na primeira oportunidade, por arma de fogo, e, na segunda, por

No terceiro capítulo, apresento a metodologia de investigação e de análise escolhida para o estudo. Proponho-me a uma interação com os estudos culturais e de gênero, utilizando a análise cultural para problematizar os discursos que tornam possíveis as falas dos/das jovens informantes desta pesquisa. Desse modo, busco compreender que representações de masculinidades, feminilidades e violências estão imbricadas nas posições de sujeito que eles/elas ocupam quando falam sobre violências de gênero. Como procedimento de investigação, escolhi trabalhar com grupos focais e, neles, ter como informantes do estudo um grupo de jovens que frequentam uma turma de primeiro ano do Ensino Médio de uma escola municipal, na cidade de Bento Gonçalves.

Nos capítulos 4 e 5, apresento minhas análises, agrupadas nas seguintes unidades temáticas: *identidades e diferenças*, e *construções de masculinidades, feminilidades e violências*.

Destaco, no capítulo 6, os movimentos jurídicos e a atuação do movimento social feminista como possibilidades consideradas pelos/as jovens para o enfrentamento das violências de gênero.

O último capítulo antes das considerações finais propõe-se a articular o material produzido com as possibilidades de uma atuação preventiva das violências de gênero, através da flexibilização de representações de masculinidades e feminilidades, favorecendo um equilíbrio nas relações de poder entre os gêneros mediante a educação, incluindo as pedagogias culturais.

Entendendo que toda pesquisa é interessada, por isso assumo aqui minha intenção em produzir algumas possibilidades para seguir resignificando minha prática profissional no enfrentamento a essa violação de direitos, adotando gênero como uma categoria de análise, multiplicando as possibilidades de entendimento das violências de gênero. Como apontou o professor Fernando Seffner na banca de qualificação, uma pesquisa propõe-se a “analisar dentro de outro quadro o mesmo gesto, a mesma cena”. Trata-se de operar com o conceito de gênero, destacando, conforme Meyer (2009), que diferenças e desigualdades entre homens e mulheres são social, cultural e discursivamente construídas; que o foco do estudo é a relação de poder em que essas diferenças e desigualdades são produzidas; que homens e

eletrocussão e afogamento. As tentativas de homicídio resultaram em lesões irreversíveis à sua saúde, como paraplegia e outras sequelas. Maria da Penha transformou sua vivência em luta pela garantia dos direitos das mulheres.

mulheres constroem-se de forma interdependente e inter-relacionada; que não há homogeneidade, universalidade e essencialização no que se define como homem, mulher e violência.

Encerro esta apresentação assumindo que toda pesquisa pressupõe conhecer alguma coisa a respeito de algo que valha a pena contar aos demais, mesmo entendendo, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, que esse saber é uma interpretação do material da pesquisa a partir da ótica do/a pesquisador/a, o/a qual ocupa um lugar no mundo, não sendo neutro/a em sua interpretação. Assim, não se busca a verdade sobre as coisas, mas se procura apresentar uma *possibilidade* de verdade. Conforme Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln (2006), o/a pesquisador/a só pode oferecer interpretações de sua realidade, e ambos – pesquisador/a e pesquisado/a – são sujeitos constituídos por diversos discursos, e não há como dar conta de todas as variáveis envolvidas na experiência humana.

1 JUVENTUDES E CONSTRUÇÕES DE MASCULINIDADES E FEMINILIDADES: APROXIMANDO A TEMÁTICA

A juventude é considerada, neste estudo, como uma invenção histórico-cultural, definida como uma categoria social. Mais do que uma faixa etária, é um acontecimento social, cujas características variam conforme o contexto histórico e social em que os sujeitos jovens vivem. De acordo com Hilário Dick (2003, p. 26), “a juventude é uma representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”. Para Sandra Andrade (2008, p. 12), a juventude “é um construto que foi se constituindo ao longo da história da humanidade, representada e vivida de diferentes modos, na combinação com múltiplos marcadores sociais e culturais, como localidade, regionalidade, classe, gênero, geração e raça”.

Trazendo excertos da história, situando as pesquisas desenvolvidas com jovens e assinalando o interesse das políticas públicas brasileiras na juventude, aposto na produtividade de problematizar a cultura, em específico, as violências de gênero, a partir do ponto de vista dos/as jovens. Utilizo as palavras de Manuel Jacinto Sarmiento, citado por Marília Sposito (2009, p. 39): “qualquer avanço nesse campo poderá favorecer o desenvolvimento de novos conhecimentos dos processos sociais que afetam o conjunto da sociedade”.

Dick (2003) aponta que, assim como a história das mulheres, a história dos jovens sempre existiu, mas por muito tempo ficou fora de um relato, em silêncio. Na contemporaneidade, ao ser considerada uma categoria social, a juventude vem sendo motivo de interesse da academia, sendo informantes ou tema dos estudos, contribuindo, desse modo, com a produção de novos saberes e novas relações de poder.

Entendendo que a juventude pode ser vivida de modos diferentes conforme a classe social, o gênero e a etnia dos sujeitos, somos conduzidos ao conceito de *juventudes*, evitando generalizações e explorando singularidades e multiplicidades dos diferentes grupos culturais. Passa-se a reconhecer que a condição juvenil é plural, que os sujeitos percorrem caminhos diferentes e que a juventude não é uma etapa de vida natural, homogênea, ou que um grupo ou segmento pode ser representativo de todos os outros.

Como nos diz Mario Marguilis, citado por Andrade (2008, p. 78):

Juventude é um conceito esquivo, construção histórica e social e não mera condição de idade. Cada época, cada setor social postula formas de ser jovem. Há muitos modos de experimentar a juventude, e variadas formas de apresentar e representar a pessoa nas múltiplas tribos que emergem na explosiva sociedade urbana.

É no século XIX que se associa juventude ao conceito de nação, associando-os às ideias de revolução (DICK, 2003). Na Revolução Francesa, segundo Renato Janine Ribeiro (2004), os padrões estéticos identificados com a velhice, como o uso de perucas brancas, começaram a ser questionados. Com a emergência do capitalismo, abriu-se espaço para uma nova organização social, econômica e política, na qual há um enaltecimento da novidade associada à felicidade e à transformação/revolução, que por sua vez passam a ser associadas à juventude.

O conceito de moratória vital, trabalhado por Dick (2003), articula juventude a um capital temporal (mais tempo de vida), dando-lhe um ganho de energia, carregando consigo “a promessa, a esperança e um espectro de opções” (ibidem, p. 27). Os/as jovens seriam, desse modo, capazes de modificar a ordem vigente. Por outro lado, podem ser associados ao descontrole, à crise, à desordem e a diversos outros problemas. Esse é o binômio presente na contemporaneidade.

De acordo com Maria Virgínia Freitas e Fernanda de Carvalho Papa (2003, p. 7), “é na segunda metade da década de 1990⁹ que o tema juventude começou a ganhar projeção e complexidade no espaço público brasileiro”, com os/as jovens passando a chamar atenção como vítimas ou protagonistas de problemas sociais e, num outro movimento, como sujeitos de direitos. Passa a haver um reconhecimento de que a juventude vai além do caráter biológico, além da associação entre condição juvenil e preparação para a vida adulta, entendida como um período de experimentação. Muitos foram os componentes histórico-culturais que contribuíram com essa transformação, entre eles a multiplicação de novas formas de família, multiplicação das possibilidades de se viver e definir infância, uma juventude prolongada, a globalização... Conforme Maria Rita Kehl (2004), mudanças no contexto social, econômico e político produziram um alargamento da juventude e, com ele, um lugar de destaque para ela no mercado. Ser jovem virou *slogan*, um imperativo de associação ao atual e ao vitorioso. De certo modo, vivemos um

⁹ Em âmbito mundial, esse movimento iniciou em 1985, com a ONU decretando o Ano Internacional da Juventude. Em 2010, mais uma vez, esse ano comemorativo foi estabelecido pela ONU.

momento de prestígio da juventude no Brasil, invertendo a hierarquia geracional. Em nosso contexto histórico-cultural, praticamente todos e todas querem ser jovens.

Os/as jovens fazem parte de um contexto histórico-social, não sendo uma categoria isolada, mas envolvida com outros/as sujeitos. Como diz Pierre Bourdieu, citado por Regina Novaes (2003, p. 121), “Nós somos sempre os jovens ou os velhos de alguém”; trata-se de uma construção relacional. Tal construção também se dá na articulação das juventudes com gênero, a partir da qual se constroem masculinidades e feminilidades juvenis.

Sobre a visibilidade do tema juventude nas pesquisas acadêmicas, Sposito (2009) refere-se a uma confluência de demandas em torno do campo, com um diversificado número de iniciativas e de concepções sobre a questão juvenil em nosso país. Em 2005 acontece a criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional, impondo-se muitos desafios na construção de uma área de conhecimento sobre a juventude. Especificamente sobre o tema da violência, a autora afirma que 12% da produção de pesquisas se ocupam das várias modalidades de violências que atingem os/as jovens na sociedade brasileira. Nessa definição de violências, incluem-se violência sexual e na família, delinquência e criminalidade, violência e indisciplina escolar, violência como categorias subjacentes nas temáticas dos jovens em conflito com a lei e as violências no interior de grupos juvenis.

As relações entre os/as jovens e as múltiplas formas de violências exigem um olhar mais atento, sob pena de se reduzir o quadro a uma polarização: de um lado jovens pobres, violentos e perigosos, e, do outro, jovens vítimas de desigualdades. Em virtude do risco de uma homogeneização da categoria juventude e, no seu oposto, a fragmentação baseada em uma análise apenas das diferenças, Sposito alerta para a necessidade de uma permanente negociação no âmbito da produção acadêmica. “Grupos podem ser reais sem serem, no entanto, homogêneos e nesse campo a juventude é tão construída como são os idosos, as mulheres, entre outros” (SPOSITO, 2009, p. 34).

Marília Pinto de Carvalho, Raquel Souza e Elisabete de Oliveira (2009), na análise de um conjunto de teses e dissertações sobre a temática *jovens, sexualidade e relações de gênero*, apontam para a pouca articulação feita entre juventudes e gênero. Apesar de o maior número de trabalhos concentrar-se no subtema *masculinidades e feminilidades*, as autoras referem que se trata de um

conjunto heterogêneo e disperso, com graus variados de consistência teórico-metodológica. A maioria dos trabalhos tem como sujeitos jovens do sexo feminino, sendo apenas quatro (em um universo de 33) os que envolvem jovens de ambos os sexos, o que se justifica pela própria construção do campo de estudos de gênero, historicamente comprometido com a visibilidade das mulheres.

Embora se utilize o conceito de gênero como categoria relacional, grande parte das pesquisas ainda toma a mulher como sinônimo de gênero, apontando para um desafio acadêmico que assumo ao realizar esta pesquisa. Pretendo desenvolver o tema das violências de gênero a partir da problematização das construções de masculinidades e feminilidades, envolvendo jovens de diferentes sexos. E, por ser uma pesquisadora que atua na política pública, minha intenção é produzir algo que possa ressignificar minha prática profissional articulada à violência de gênero. Entendo que, assim, estou contemplando a discussão e a análise dos processos de socialização e construção de homens e de mulheres, ampliando as possibilidades de ação no enfrentamento a esses tipos de violências.

O I Fórum Internacional Juventude e Violência de Gênero, que aconteceu em Madri, no ano de 2009, destacou a importância de articular as políticas de enfrentamento das violências de gênero às políticas públicas de juventude. Na sua declaração final, comprometeu-se a incluir nos planos de trabalho o compromisso da transversalização da perspectiva de gênero, fomentar o uso da linguagem não sexista para a construção de modelos sociais e relações, entre outras propostas. Também requereu aos governantes que:

- Promovam, garantam e divulguem a igualdade entre os homens e as mulheres, como forma de prevenção da violência de gênero,
- Combatam de forma eficaz e transversal todas as múltiplas formas de discriminação e assumam o conceito de igualdade e respeito à diversidade,
- Compreendam que a prevenção da violência requer a integração da igualdade nos conteúdos curriculares e a formação permanente de profissionais no âmbito educativo,
- Tornem visível a realidade da violência de gênero entre a juventude, a partir de dados e estudos em nível local, estadual e internacional. [...]¹⁰

Neste estudo, para além da demarcação etária¹¹, entendo que a juventude é uma etapa da vida supera o tempo cronológico vivido, que é plural. A imprecisão

¹⁰ Disponível em: <<http://files.eijuventud.webnode.es/200000040-a007ea101a/Declaraci%C3%B3n%20Final%20Violencia%20de%20g%C3%A9nero%20portuges.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

¹¹ Mesmo que eu não fixe idade para o estudo, por se tratar de uma juventude escolarizada que frequenta o Ensino Médio, acabei por estipular uma idade mínima de 13 anos para definir os sujeitos informantes da pesquisa.

com relação à faixa etária da condição juvenil no Brasil (e no mundo) demonstra que demarcações etárias não conseguem dar conta da amplitude das vivências dos sujeitos por desconsiderarem singularidades, experiências e contextos socioeconômicos e culturais pelos quais somos produzidos e nos produzimos. Isso pode ser constatado através de orientações como o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (que considera as pessoas entre 12 e 18 anos como adolescentes), a *Política Nacional de Juventude* (as pessoas entre 15 e 29 anos são consideradas jovens) e a *Organização Mundial da Saúde* (jovens são pessoas na ampla faixa de 10 a 24 anos).

Entendo que as mudanças no mundo do trabalho, no lazer, no uso das tecnologias, nas novas legislações e nos movimentos sociais têm um impacto na vida dos/as jovens. Situo os/as jovens informantes da minha pesquisa como sujeitos que fazem parte de um contexto histórico-social pós-emergente dos movimentos sociais feministas e das teorizações de gênero, que deram visibilidade às diferenças e às desigualdades reproduzidas social e historicamente entre homens e mulheres. Muitas mudanças puderam ser observadas ao longo dos anos, principalmente com relação a padrões de comportamentos associados à regulação dos corpos e dos prazeres. Mas o que podemos dizer sobre as construções de masculinidades e feminilidades? De que forma esses/as jovens estão se constituindo como homens e mulheres adultos/as?

Os informantes vivem num contexto social e histórico em que as violências de gênero vêm sendo pautadas e problematizadas publicamente, inclusive com a criação de leis específicas de proteção, entre as quais a mais recente é a Lei Maria da Penha. O que eles/as têm a dizer sobre as construções de masculinidades e feminilidades e a sua possível articulação com as violências de gênero?

1.1 Juventudes em processo de escolarização

Os/as jovens informantes desta pesquisa frequentam uma escola pública do interior do Rio Grande do Sul, onde também outros marcadores sociais estão envolvidos na construção das identidades juvenis (etnia e sexualidade, entre outros), que imprimem diferentes marcas em cada um/a. Trata-se de um lugar privilegiado de aprendizagens não apenas cognitivas, mas também de experiências sociais, de convivência, sendo complexo e muitas vezes contraditório. São jovens que fazem parte de um processo educacional que envolve assujeitamentos e resistências.

Para Rosângela Soares e Dagmar Meyer (2003, p. 138), “A escola continua sendo um importante espaço de aprendizagens específicas e diferenciadas que não podem ocorrer em outros locais, como também uma instituição que interfere, aprofunda ou fragiliza aprendizagens que fazemos em outras instâncias sociais...”. Tomaz Tadeu Silva (1993) diz que a educação, a pedagogia e o currículo são campos de luta e de conflito simbólico, na busca de impor significados, sendo muitas vezes um espaço de reprodução de referenciais hegemônicos. Para os/as jovens, acrescenta Juarez Dayrell (2003, p. 187), “A escola se torna um centro juvenil, um espaço de encontro, de estímulo à sociabilidade. À aprendizagem das regras e vivências coletivas e do exercício da participação”.

Ao propor este estudo com jovens em processo de escolarização, aposto nesse espaço de participação que pode possibilitar a emergência de outros significados, oferecendo resistência ao poder hegemônico. Mais do que na continuidade, invisto na descontinuidade de representações que hierarquizam os sujeitos.

Alguns trabalhos já desenvolvidos no Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), da Faculdade de Educação da UFRGS, apontaram que a escola está implicada, direta e/ou indiretamente, na produção de diferenças entre meninos e meninas, homens e mulheres. Maria Cláudia Dal’Igna (2005) investigou os significados atribuídos ao desempenho escolar de meninos e meninas por professores de séries iniciais. Ao considerar que as identidades femininas e masculinas são produto de processos educativos que envolvem estratégias sutis, refinadas e naturalizadas, a autora se propôs a examinar até que ponto as normas de conhecimento e comportamento vigentes no espaço escolar estavam

comprometidas com a produção de diferenças de gênero. Como as construções de masculinidade e feminilidade estão relacionadas ao desempenho escolar de meninos e meninas? Segundo Dal'Igna, o fracasso ou baixo rendimento dos meninos é explicado por seu comportamento agitado; já o bom desempenho das meninas é associado à feminilidade, sinônimo de comportamento cordato: “Os meninos não atingiram a média devido ao seu comportamento – desatento, inseguro, desinteressado, distraído. Quanto às meninas, suas dificuldades são justificadas por sua (in)capacidade cognitiva, portanto, não atingiram a média por sua falta de conhecimento” (DAL'IGNA, 2005, p. 141). Trata-se de desempenhos classificados e hierarquizados, que são produtores de masculinidades, feminilidades e desigualdades, mas que também apontam para possibilidades de desconstruções.

A dissertação de Dal'Igna, contextualizada neste estudo sobre juventudes e violências de gênero, provoca a pensar sobre a possibilidade da emergência de determinadas formas de violências a partir da naturalização de algumas representações de masculinidade e feminilidade que colocam homens e mulheres em diferenciadas posições de poder. Como afirma Meyer (2009, p. 217), são “formas de violência de gênero que incidem sobre as mulheres, mas também sobre os homens”, e que podem ser físicas, psicológicas, sexuais, morais e/ou patrimoniais¹².

A dissertação de Alexandre Bello (2005) discute aprendizagens de gênero dirigidas aos meninos no contexto escolar, nas quais se evidencia uma lógica heteronormativa que pressupõe a masculinidade como opção heterossexual e sinônimo de virilidade e força. Segundo Guacira Lopes Louro (2001), a identidade branca, masculina e heterossexual é muito vigiada e controlada, havendo um enorme esforço no sentido de assegurar a aquisição da heterossexualidade. Viver a masculinidade pressupõe a naturalização de uma heterossexualidade que hierarquiza os corpos masculinos, excluindo os que não se enquadram no padrão. Associadas à heterossexualidade estão a força e a agressividade (“ser homem é ser naturalmente violento”), para o que se encontram explicações nos discursos da medicina e biologia, seja pelo funcionamento cerebral, seja pelos hormônios.

Se aqui cabe indagar a respeito da possibilidade de essas naturalizações contribuírem e legitimarem o exercício de determinadas formas de violências, também cabe dizer que a escola pode se tornar um lócus de desconstrução de

¹² Adoto esta classificação de violência que é a utilizada na redação e aplicação da Lei Maria da Penha.

determinadas *verdades*, contribuindo com o respeito às diferenças. Trata-se de um lugar onde se podem aprender outras formas de sermos homens e de sermos mulheres, em uma proposta de multiplicidade, ancorada numa atitude de enfrentamento às desigualdades de gênero e sexuais.

Baseada nos estudos culturais, entendo que os/as jovens não aprendem somente na escola, pois “existe pedagogia em qualquer lugar em que o conhecimento é produzido, em qualquer lugar em que exista a possibilidade de traduzir experiência e construir verdades” (Henry GIROUX; Peter MCLAREN, 1995, p. 94). Na articulação entre cultura e educação, amplia-se a definição de pedagogia para *pedagogias culturais*, assumindo que, além da escola, instituições e práticas sociais também educam. Indivíduos aprendem e se reconhecem como homens e mulheres, em uma sociedade, através de processos educativos produzidos e reproduzidos pela família, pela igreja, pela mídia, pela escola, pelas políticas públicas (inclusive as voltadas para a promoção dos direitos das mulheres!). Tais processos envolvem “estratégias sutis e refinadas de naturalização que precisam ser reconhecidas e problematizadas” (MEYER, 2003, p. 17), que podem estar imersas em processos sociais que (re)produzem importantes diferenças/desigualdades. Citando Silva (2000, p. 89), pedagogias culturais referem-se a “qualquer instituição ou dispositivo cultural que, tal como a escola, esteja envolvida – em conexão com relações de poder – no processo de transmissão de atitudes e valores”. Nesse sentido, pode-se questionar – e é importante que se questione – em que medida e de que forma artefatos culturais diversos contribuem para manter, atualizar, modificar e/ou naturalizar relações entre masculinidades e agressividade e/ou violências em culturas juvenis contemporâneas, por exemplo.

A educação acontece na escola, nas bibliotecas, mas também quando assistimos a um filme, a uma propaganda, quando lemos revistas, jornais, quando participamos de uma brincadeira, em conversas informais. Tais pedagogias serão contempladas e problematizadas junto com os/as jovens nas atividades propostas nesta pesquisa.

2 VIOLÊNCIAS E RELAÇÕES DE GÊNERO: O CONTEXTO DO ESTUDO

2.1 Da *violência contra a mulher* para violências de gênero

Problematizo, neste trabalho, o uso da terminologia *violência contra a mulher* na contemporaneidade por considerá-la pouco produtiva ao seu enfrentamento, já que acaba por impor um binômio fixo: dominantes e dominadas. Destaco, porém, sua importância e produtividade no Brasil na década de 1970, quando as violências sofridas pelas mulheres, no ambiente doméstico e familiar, começaram a ser denunciadas pelo movimento feminista.

Foi graças ao movimento feminista que questões relativas ao lugar das mulheres na sociedade, à sexualidade feminina e à violência ganharam visibilidade. Gradativamente, esses temas saíram do espaço privado e transversalizaram o espaço público e político, passando de um discurso de militância para as agendas de políticas públicas de saúde, segurança e elaboração de legislações específicas. Movimentos políticos, jurídicos, sociais e culturais diversos denunciaram uma violência tida como da ordem do normal, até então considerada como um problema essencialmente doméstico.

Documentos e tratados com força legal foram escritos e acordados no sentido de legitimar a ideia de humanidade com diferenças, sem implicar hierarquias: Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos; Convenção Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Convenção Europeia de Direitos Humanos; Convenção Interamericana de Direitos Humanos; e Carta dos Direitos Humanos dos Povos. Alguns visam à proteção de grupos específicos, como a Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção para os Direitos das Crianças e a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, em 1979. Nesta última, dimensões como violência doméstica, saúde, reprodução humana, sexualidade e meio ambiente incorporaram-se à esfera dos direitos humanos.

Relativamente a essa problemática das violências (conforme, por exemplo, Maria Filomena GREGORI, 1993; Mireya SUAREZ; Lourdes BANDEIRA, 2002), evidencia-se que é “no final do regime militar, que os movimentos de mulheres

integraram o amplo e heterogêneo espaço público brasileiro” (SUAREZ; BANDEIRA, 2002, p. 297). Assim como no resto do mundo, tais movimentos deram visibilidade às mulheres e à sua situação de vulnerabilidade, destacando a *violência contra a mulher* no espaço familiar e/ou doméstico.

Uma das primeiras definições de violência amplamente discutida, em especial no âmbito do movimento feminista, esteve centrada na noção de uma “manifestação mais radical da opressão a que as mulheres estão sujeitas nas suas relações com o sexo masculino” (GREGORI, 1993, p. 45). As atuações feministas, no Brasil do final dos anos 1970 e início dos 1980, resultaram na criação do SOS Corpo de Recife (1978) e o SOS Mulher de São Paulo (1980), primeiras organizações não governamentais de atendimento a *mulheres vítimas de violência*.

Em 1983, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, com o objetivo de assegurar condições para que as mulheres pudessem exercer seus direitos, participando de atividades políticas, econômicas e culturais do país, bem como promover políticas para eliminar a discriminação contra as mulheres. Em 1988, surgiu, em São Paulo, a primeira Delegacia da Mulher e, conforme Suarez e Bandeira (2002), a politização¹³ da *violência contra as mulheres* constituiu uma das mais importantes contribuições para a cidadania brasileira. As Delegacias da Mulher, de certo modo, materializaram algumas das dimensões da bandeira feminista “privado também é público”, mudando um conhecido ditado popular para “Em briga de marido e mulher *se mete* a colher”. Buscava-se um atendimento humanizado às vítimas, baseado na escuta e no respeito aos direitos das mulheres. Mais recentemente, em 2003, houve a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e, em 2006, a promulgação de uma lei específica de proteção às mulheres que vivenciam violências – a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Conforme Carmem Campos (2009), foi a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) – aprovada, em 1979, pelas Nações Unidas e ratificada pelo Brasil, em 1984 – que passou a relacionar a *violência contra as mulheres* às relações fundadas no gênero. Através

¹³ Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (1995, p. 271), politização “trata-se de formas práticas de transformar o poder em relações de autoridade compartilhada”.

de sua recomendação n° 19¹⁴, refere-se à violência de gênero como a violência dirigida especificamente contra a mulher por ser mulher, o que a afeta de maneira desproporcional. Tal significação evidencia as incorporações nem sempre convergentes do conceito de gênero, muitas vezes utilizado como sinônimo de mulher. De qualquer forma, segundo Meyer (2003), as diferentes definições convergiam no sentido de assumir o pressuposto da construção social e cultural das diferenças e desigualdades entre homens e mulheres. Percebe-se que, gradativamente, a terminologia violência de gênero vem sendo mais utilizada. O caráter construcionista de gênero contribui com um maior leque de possibilidades no enfrentamento a esse tipo de violência, em detrimento de um enfoque essencialista (da *violência contra a mulher*), que coloca os sujeitos em posições fixas e binárias de agressores e vítimas.

A Convenção de Belém do Pará/Convenção Internacional para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, aprovada em 1994 pela Organização dos Estados Americanos (OEA), define a *violência contra a mulher* como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, ou psicológico para a mulher tanto no âmbito público quanto no privado.” A nova linguagem dos direitos humanos estabelece parâmetros para as relações de gênero, redefine territórios de cidadania e evidencia as desigualdades hierárquicas nas relações entre homens e mulheres. A referida convenção trata da adoção de uma série de medidas, que incluem homens, mulheres e agentes do Estado, envolvidos na construção de uma cultura de respeito à dignidade da pessoa humana.

b) modificar os padrões de conduta de homens e mulheres, incluindo a construção de programas de educação formais e não formais apropriados a todo nível de processo educativo, para contrabalançar preconceitos e costumes e todo outro tipo de práticas que se baseiem na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher que legitimam ou exacerbam a violência contra a mulher. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1994, art. 8º, alínea b).

A própria Organização Mundial da Saúde (OMS)¹⁵, ao definir a violência praticada por parceiros íntimos, chamando-a de violência doméstica, explicita tratar-

¹⁴ Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2010.

¹⁵ Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, 2002.

se de uma violência de gênero, que ocorre em todo o mundo e atinge as mulheres de todas as faixas etárias e grupos sociais, econômicos, culturais e religiosos.

A academia vem gradativamente se interessando por estudos que deem visibilidade às mulheres e, especificamente, à sua relação com violências. Uma publicação de Miriam Pillar Grossi, Luzinete Simões Minella e Juliana Cavilha Mendes Losso (2006) relaciona os trabalhos desenvolvidos no período de 1975 a 2005 sobre gênero e violência – publicação esta que faz parte de uma trilogia que aborda as pesquisas acadêmicas sobre o tema. Suarez e Bandeira (2002) referem que as pesquisas sobre mulheres e violências se orientaram no sentido de desfazer sua invisibilidade, procurando disseminá-la nos diversos espaços sociais, nomeando-a das mais diferentes formas, “como um fenômeno substantivo plural” (p. 305): violência contra a mulher, violência conjugal, violência familiar, violência no trabalho, violência nos serviços públicos, violência verbal, violência de gênero, violência sexual, o que denota a diversidade de significados que tal violência assume em estudos teóricos, em práticas dos diferentes movimentos sociais e nas políticas públicas.

No Brasil, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres¹⁶, em específico na Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, opta pela terminologia *violência doméstica e familiar contra a mulher*, entendida como uma violência praticada em relações de conjugalidade (atuais ou não) e também no espaço familiar. São ações governamentais que têm seu foco nas mulheres e que vêm, gradativamente, incorporando o termo *gênero*. Exemplifico esse movimento citando excertos do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (BRASIL, 2010a): “irrestrito respeito à diversidade de gênero” (p. 20), “formação de profissionais da temática de gênero” (p. 23), “promoção de ações educativas e culturais que desconstruam estereótipos de gênero” (p. 23), “garantia da transversalidade de gênero” (p. 29).

A violência de gênero, quando apresentada pelas estatísticas, é nomeada como *violência contra a mulher*, considerando que o sujeito feminino se apresenta de forma mais vulnerável em função das relações desiguais de poder. Apresento, a

¹⁶ Secretaria criada em 2003 que estabelece políticas públicas que pretendem contribuir para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Seu desafio é transversalizar a abordagem de gênero em todos os setores do governo federal, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias governamentais, incorporando as especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania.

seguir, algumas estatísticas que não têm o intuito de chocar, nem de reafirmar o lugar das mulheres como vítimas, mas apontar uma realidade que faz parte da nossa cultura e que vem sendo trabalhada pelo poder judiciário e pelas políticas públicas. Cabe dizer que, na perspectiva adotada neste estudo, os números compõem discursos – da estatística e da epidemiologia, por exemplo – que, assim como outros, produzem as coisas que descrevem, produzem verdades que são apresentadas como únicas e transparentes. Assim, sentindo-nos representados/as por eles ou não, tais discursos, largamente utilizados para a elaboração de políticas e programas públicos, estão nos preparando para intervenções. Como Luis Henrique Sacchi dos Santos apresenta em sua tese *Biopolíticas de HIV e AIDS no Brasil*, com relação às estatísticas de HIV/AIDS, também nas violências de gênero, e nas políticas públicas em geral, se utilizam indicadores em forma de números, promovendo um distanciamento do sofrimento, já que os números, supostamente, não têm rosto e “falam para nosso bem” (2002, p. 39).

Desses discursos, destaco dados da OMS (2002) que referem que quase metade das mulheres assassinadas no mundo tem o marido ou o namorado, atual ou ex-companheiro, como o assassino. O homicídio de mulheres responde por, aproximadamente, 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 a 44 anos no mundo todo.

Conforme Julio Jacobo Waiselfisz, no Mapa da Violência 2010, o índice de homicídios femininos no Brasil é de 3,9%, sendo que em alguns estados, como o Espírito Santo, chega a 10,3%. Em uma comparação com países do mundo, o Brasil apresenta uma taxa elevada, sendo o 12º em 73 países. A Argentina apresenta uma taxa de 1,6%.

Alguns dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (os mais recentes são de 1997) indicam que:

- a) um em cada cinco dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas;
- b) a cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica;
- c) o estupro e a violência doméstica são causas importantes de incapacidade e morte de mulheres em idade produtiva;
- d) uma mulher que sofre violência doméstica geralmente ganha menos do que aquela que não vive em situação de violência.

O Brasil perde 10% do seu Produto Interno Bruto, por ano, com a violência praticada contra a mulher. É o custo do aparato colocado nos sistemas de saúde, policial e judicial, nos quais a mulher agredida é acolhida, somando-se às perdas decorrentes dos dias de licença médica. A informação foi prestada pela Corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon¹⁷.

Segundo a Fundação Perseu Abramo, na pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado* (2010), cerca de uma em cada cinco brasileiras (18%) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem conhecido ou desconhecido. Quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, o índice de violência sexista ultrapassa o dobro, alcançando 40%. Dentre as violências, destaca-se ter sofrido controle ou cerceamento (24%), violência psíquica ou verbal (23%), ameaça e violência física (24%). Com exceção das modalidades de violência sexual e de assédio, nas demais modalidades o parceiro (marido, namorado) é o responsável, chegando a 80% dos casos. Em nenhuma das modalidades de violência investigada a busca por autoridade policial ou judicial ultrapassa 1/3 dos casos. Tanto as mulheres agredidas como os homens autores da agressão apontam como principais razões para os episódios de violência de gênero algum mote referindo o controle de fidelidade (48%). Dez por cento chegaram a sofrer espancamento, com cortes, marcas ou fraturas. A cada 24 segundos, uma mulher é espancada no Brasil.

No estado do Rio Grande do Sul, segundo o estudo técnico nº 46 da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, verifica-se que os crimes de ameaça e lesão corporal contra a mulher, entre os anos de 2002 a 2007, foram os que apresentaram as maiores médias históricas, em relação ao total dos delitos. A cada dez mil mulheres, aproximadamente 132 já sofreram algum tipo de ameaça e 99 sofreram lesões corporais. Por ano são, em média, 194 casos de homicídio e 26 casos de lesão seguida de morte. No ano de 2007, foram 154.249 registros de ocorrência policial de crimes cometidos contra a mulher.

Em Bento Gonçalves, município onde foi desenvolvido este estudo, registram-se, no Posto da Mulher, aproximadamente 100 casos de *violência contra mulheres* ao mês.

¹⁷ Disponível em: <http://www.bahiatodahora.com.br/destaques-esquerda/noticia_destaque2/violencia-contra-a-mulher-custa-10-do-pib-brasileiro-afirma-ministra-eliana-calmon>. Acesso em: 3 abr. 2011.

O que essas estatísticas podem nos dizer a respeito da desigualdade entre os gêneros? E sobre os rumos das políticas públicas voltadas para as mulheres adotadas em nosso país?

Considero oportuno – antes de desenvolver os conceitos utilizados neste estudo que remetem à construção do conceito de violências de gênero – falar da Lei Maria da Penha, que se utiliza da terminologia *violência contra a mulher*. Falar da Lei Maria da Penha significa ressaltar que as violências de gênero têm diferentes dinâmicas, frequências, objetivos e consequências, quando exercidas sobre homens ou sobre mulheres. Minha experiência de trabalho nesse campo leva a considerar que, no que se refere à incidência e aos agravos – tanto de natureza psicológica quanto de natureza física, moral, patrimonial ou sexual –, os danos causados nesse domínio ainda são mais significativos para as mulheres do que para os homens.

2.2 A Lei Maria da Penha

A Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, foi uma reatualização de denúncia da opressão feminina, resultado de uma punição da OEA para com o Brasil, por não ter cumprido a contento os tratados assinados que faziam referência aos direitos humanos das mulheres. Buscou-se corrigir a impunidade e a naturalização da violência com uma nova lei que apresenta avanços com relação à legislação anterior. A *violência contra a mulher* passou a ser reconhecida como um crime específico, gerando mudanças, interesse e debate público. A sociedade brasileira assume, dessa forma, a necessidade de romper com uma cultura vigente que banaliza essa forma de violência. Trata-se de uma lei que, além de criminalizar a violência de forma mais incisiva, oferece recursos para proteção das mulheres e contempla a criação de equipes de atendimento multidisciplinar para o desenvolvimento de atividades de orientação e prevenção, nas quais se inclui um *olhar* para os agressores. Essa lei entra em conflito com uma ordem normativa, de que em briga de marido e mulher não se mete a colher, ordem que por muito tempo invisibilizou a *violência contra a mulher*. A Lei 11.340/2006 promove a desconstrução dessa visão essencialista.

A Lei Maria da Penha¹⁸, baseada na Constituição Federal e em Convenções Internacionais de Direitos Humanos, é um marco na proteção dos direitos humanos das mulheres, contemplando medidas de assistência, proteção e repressão. Carmem Campos (2009, p. 28) destaca o “amplo catálogo de medidas extrajudiciais” que compõe a Lei, que se volta para a prevenção da *violência contra a mulher*: promoção de pesquisas e estatísticas para determinar as causas da violência doméstica (artigo 8º, II); controle da publicidade sexista (artigo 8º, III); promoção de campanhas educativas dirigidas às escolas e à sociedade (artigo 8º, IV); capacitação da polícia civil, guardas municipais e bombeiros (artigo 8º, VII); e promoção de programas educacionais para difundir o respeito à dignidade da pessoa humana (artigo 8º, VIII, IX). Muitas dessas medidas basearam-se no artigo 8º da Convenção de Belém do Pará/Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Contudo pouco tem se falado dessas diretrizes apontadas pela Lei, muito mais divulgada por seu caráter criminalizador e punitivo. Isso de maneira nenhuma reduz sua importância e seu avanço no combate à *violência contra a mulher*, talvez apenas não traduza todo o seu potencial para o enfrentamento desse tipo de violência.

A educação é reconhecida pela legislação como uma instância estratégica de promoção do respeito à dignidade da pessoa humana, de discussões referentes a práticas sociais e culturais, sexistas e racistas, o que vem ao encontro deste estudo, que tem como seu lócus a escola e seus sujeitos, jovens escolarizados. Criminaliza-se a violência, mas como se pode entendê-la, na articulação com a produção de masculinidades e feminilidades, no atual contexto sociocultural?

Em sua dissertação de mestrado, Carla de Castro Gomes (2010) considera que a Lei Maria da Penha, diferentemente das outras leis que buscam manter a ordem, foi criada para desafiar a ordem hegemônica de poder masculino. Não se limita a ser uma lei criminalizadora, considerando que o fenômeno da *violência*

¹⁸ A Lei promoveu algumas inovações: a tipificação da violência doméstica contra a mulher; o estabelecimento das formas de violência contra mulheres, como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; determina que a violência doméstica contra a mulher independe de sua orientação sexual; determina que a mulher somente poderá renunciar à denúncia perante o juiz; ficam proibidas as penas pecuniárias (pagamentos de multas ou cestas básicas); é vedada a entrega da intimação pela mulher ao agressor; possibilita a prisão em flagrante; estabelece medidas protetivas de urgência como afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

contra a mulher envolve significados sociais, psicológicos, econômicos, culturais – propõe-se a ser um instrumento de mudança social e cultural.

Essas considerações sobre a Lei Maria da Penha apontam uma possível aproximação com os estudos culturais e de gênero, que problematizam as construções de masculinidades e feminilidades na cultura contemporânea, e que neste estudo busco articular com violências de gênero.

2.3 Gênero, poder e violências: o referencial teórico-metodológico do estudo

Na perspectiva adotada neste estudo, os conceitos precisam ser localizados social, histórica e politicamente, porque podem ter diferentes significações conforme o lugar e o tempo em que são enunciados. Eles apresentam-se de formas diferentes de um período a outro, de um lugar a outro, precisando ser situados, delimitando seu campo, evitando simplificações e naturalizações.

Ao recorrer à história, assim como fez Michel Foucault (2006 a) através da genealogia, conseguimos ver que em outro momento nem tudo foi como é hoje, constatando que as verdades que circulam na cultura são invenções possíveis de serem problematizadas: Como chegamos a dizer o que dizemos e a fazer o que fazemos? Como em outros momentos dizemos e fazemos outras coisas?

De acordo com Scott (1990), o conceito de gênero, apesar de ser encontrado em dicionários e em estudos no século XVII, somente no final do século XX pôde ser considerado como uma categoria de investigação analítica, dando legitimidade para os estudos feministas, aproximando-os dos estudos pós-estruturalistas. Trata-se de uma ferramenta “conceitual, política e pedagógica central” (MEYER, 2003, p. 15), que questiona formas de organização social e as hierarquias e desigualdades delas decorrentes. O gênero acentua o caráter social e histórico-cultural da construção de masculinidades e feminilidades e vai além, apontando para os aspectos relacionais dessa construção. Em uma perspectiva feminista pós-estruturalista, ressignificado e complexificado (SCOTT, 1990; LOURO, 1995), trata-se de um conceito que permite considerar “que as próprias instituições, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por

representações e pressupostos do feminino e do masculino e, ao mesmo tempo, produzem e/ou ressignificam estas representações” (MEYER, 2003, p. 16).

Louro (1995, p. 103) aponta, ainda, que “gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais”, que são entendidas como generificadas, que educam, socializam e formam sujeitos. Em obra posterior (idem, 1997, p. 21), complementa: “Para que se compreenda o lugar e as relações entre homens e mulheres em uma sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”.

Sendo o gênero visto dessa forma, escrevemos e podemos reescrever a história, já que *homem* e *mulher*, conforme nos diz Scott, são categorias vazias e transbordantes: “Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque, mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas” (SCOTT, 1990 p. 93). E nesse exercício de desestabilizar conceitos fixos encontram-se possibilidades de rupturas e de desconstruções. Ao adotar uma abordagem construcionista, na qual se entende que não há qualquer disposição intrínseca, biológica ou psicológica na base dos gêneros, temos a possibilidade de desnaturalizar a realidade, entendendo que o mundo não é anterior à experiência que temos dele.

Interessa, neste estudo, o uso do conceito de gênero e o seu poder de desestabilização da equação sexo/gênero, quando problematiza noções de masculino e de feminino que tomam a biologia como referência e que, conforme nos diz Louro (1995), consolidou-se por sua carga conceitual densa e compreensiva, que inclui o social, a cultura e o biológico. Passou a ser entendido como uma ferramenta conceitual que possibilita pensar sobre como se produzem masculinidades e feminilidades, constituídas *por* e *dentro de* relações de poder que se estabelecem na cultura.

O termo gênero é também utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade de dar à luz as crianças e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. (SCOTT, 1990, p. 75).

Gênero é constituído por – e constitutivo de – variadas relações sociais de poder que situam os sujeitos em diferentes posições, muitas vezes de forma hierarquizada e desigual. Segundo Meyer (1996, p. 49), “a relação hierarquizada com base na diferença sexual antecede e atravessa todas as relações sociais”. Hoje, antes mesmo do nascimento, o sexo anatômico determina limites e possibilidades do nosso existir. *“É que precisa reconhecer se é guri ou guria.” “Tem que diferenciar, senão vamos chamar errado.” “E os gurus têm que diferenciar mais.” “Não fica estranho um bebê menina usar azul, mas um bebê menino usar rosa, a mãe vai ser chamada de louca!”*¹⁹ Tratam-se de movimentos que procuram forjar marcas identitárias, que procuram naturalizar comportamentos.

O uso da terminologia gênero rejeita explicações biológicas e aponta para as construções culturais e sociais das identidades de homens e mulheres. Seu uso enfatiza um sistema de relações que pode incluir sexo, mas não é determinado pelo mesmo, nem diretamente determina a sexualidade. Existem múltiplas representações de masculinidades e feminilidades, abandonando o caráter binário da diferença sexual.

Ao conceito de gênero, associa-se o entendimento de que a linguagem, em sentido amplo, é um meio privilegiado pelo qual atribuímos sentido ao mundo e a nós mesmos, e por isso ela constitui um elemento central da organização social e da cultura. As coisas começam a existir como coisas determinadas quando são assim significadas na linguagem. Segundo Louro (1995), os estudos de gênero, a partir de uma aproximação com estudiosos como Foucault, assumem a noção de linguagem como sendo “constituidora dos sujeitos e da realidade” (ibidem, p. 111). Nesse sentido, a linguagem não faz apenas um reconhecimento e uma descrição de corpos masculinos e femininos, por exemplo, mas produz e constrói esses corpos que assim nomeia. Abandona-se o entendimento de que à linguagem, como instrumento neutro, corresponde a função de representar coisas que existem no mundo, entendendo-se que “o significado é negociado e hierarquias são estabelecidas” (Marisa Vorraber COSTA; Rosa Hessel SILVEIRA; Luis Henrique SOMMER, 2003, p. 38). Neste estudo, entende-se que as palavras que usamos para nomear os

¹⁹ Esses comentários foram feitos pelos as jovens informantes do estudo. Para que sejam reconhecidos pelos/as leitores/as, utilizarei o itálico quando aparecerem no decorrer do texto. Em outros momentos, principalmente nas sessões de análise, eles serão destacados em quadros.

sujeitos e as coisas, que são sempre localizadas e datadas, estão implicadas com a produção daquilo que nomeiam.

Tais proposições teóricas levam-nos a refletir sobre a linguagem que utilizamos quando, por exemplo, somos faladas/os e cantadas/os enquanto mulheres/homens, entendendo os espaços da cultura como lugares onde o poder é organizado e difundido: “[...] veja como é forte a que eu conheço, sua sapiência não tem preço, satisfaz meu ego se fingindo submissa, mas no fundo me enfeitiça [...]”²⁰. Que tipo de relação se estabelece na cultura, por exemplo, com a letra de uma música como essa, que associa a força da mulher à sua submissão?

Considerando a teorização cultural contemporânea, a linguagem e as práticas de representação passaram a ter um lugar privilegiado para discutir os processos de construção de significados. Fatos considerados naturais passaram a ser entendidos como resultados de práticas sociais e fenômenos discursivos, nos constituindo como o resultado das interpelações que circulam na cultura e que nos subjetivam.

Como aponta Silva (2000, p. 97), “Não existe identidade fora da representação”. Representação cultural, conceituada por Hall (2005), não é a coisa em si, nem o espelho da realidade, mas uma construção operada a partir de significações instituídas e postas em circulação através da linguagem, envolvida na produção dos sujeitos. Somos resultado de um processo social e cultural que nos educa, tomando representações como norma e nos posicionando dentro da cultura. Trata-se de representações consideradas hegemônicas, que delimitam espaços e posições dos sujeitos, definindo como se “educam meninos e meninas, e por extensão, o que podem/devem fazer da/na vida” (MEYER, 2000, p. 97).

Representações envolvem as práticas de significação e os sistemas simbólicos através dos quais estes significados – que nos permitem entender nossas experiências e aquilo que nós somos – são construídos. [...] As representações envolvem, pois, as práticas de construção e partilhamento de sentidos na cultura, pela operação de diferentes e variados signos e sistemas de significação. (MEYER, 2000, p. 58).

Utilizo, neste estudo, o conceito de cultura que, a partir da segunda metade do século XX, passa a contemplar estudos como das artes, linguagens, literatura, filosofia, humanidades, religião, crenças, assumindo importância central para discutir a estrutura e a organização da sociedade. Ao mesmo tempo, as tecnologias e as

²⁰ Letra da música *Mulher*, composição de Erasmo Carlos e Narinha, disponível em: <<http://letras.terra.com.br/erasmo-carlos/67612/>>. Acesso em: 22 out. 2010.

novas formas de transmitir e receber informação produziram revoluções nas sociedades globais – na vida cotidiana, e na nossa vida social contemporânea, que passou a estar atrelada ao que acontece no mundo –, dissolvendo fronteiras.

Segundo Hall, o conceito de cultura passou a ocupar uma posição analítica e explicativa importante na teorização social, sendo considerado central para entender a constituição da vida social e da identidade dos sujeitos. A linguagem passou a ser teorizada como instância “privilegiada na construção e circulação do significado” (HALL, 1997, p. 28). Há coisas ou fatos fora de um sistema de significação, de linguagem, mas acabam por não ter sentido e nem podem ser distinguidos de outros objetos. “O significados surgem não das coisas em si – a ‘realidade’ – mas a partir dos jogos de linguagem e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas. O que consideramos fatos naturais são, portanto, também fenômenos discursivos.” (ibidem, p. 29).

A cultura é entendida como um campo de luta e contestação, constituindo um conjunto de saberes e práticas implicado com a definição e a produção de masculinidades e feminilidades que justificam, legitimam e naturalizam corpos, comportamentos e conhecimentos para manter a ordem e o poder vigentes.

Cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por “cultura”. (Kathryn WOODWARD, 2004, p. 41).

A forma como cada cultura define o que é ser homem e o que é ser mulher não é algo somente descritivo, mas está relacionado à produção de um sujeito a quem se atribui determinadas características, funções e lugares de maior ou menor valor. Foucault adverte que os discursos não são um conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos e representações), mas “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos. Certamente, os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas” (FOUCAULT, 2008, p. 55).

Hall (1997) alerta que quanto mais central se torna a cultura, mais sofisticados são os meios de regulação e vigilância dos indivíduos, interferindo na constituição da identidade do sujeito. O autor esclarece que falar da centralidade da cultura não significa dizer que tudo é cultura, mas que “toda a prática social depende e tem

relação com o significado, e conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas desta prática” (HALL, 1997, p. 33). A cultura produz e organiza as práticas sociais, e esforços são empreendidos no sentido de fixar os indivíduos em representações, regulando suas condutas, determinando *a verdade*, diminuindo as possibilidades de liberdade²¹.

Só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. Se um dos estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relação de poder. Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos, certa forma de liberdade. (FOUCAULT, 2006, p. 276).

Tornamos-nos sujeitos de uma cultura imersos em relações de poder, este sendo definido aqui como um conjunto de ações que incitam, induzem, incentivam e fazem falar; um poder produtivo, abandonando a ideia do poder como repressão e dominação. Desse modo toda e qualquer mudança na sociedade não acontecerá se só se basear na ação dos aparelhos de Estado. Antes, precisam ocorrer mudanças e reconfigurações nos mecanismos de poder do cotidiano.

Foucault (1995) afirmou que o foco de seus estudos sempre foi o sujeito, a forma como os seres humanos se tornaram sujeitos a partir de processos de subjetivação. Um sujeito que não é totalmente livre, estando sempre preso a relações de produção e de significados, e a relações de poder. A concepção de poder para o autor se diferencia e até se opõe à noção de um objeto definido, localizado, possível de ser identificado. Márcio Alves da Fonseca destaca que poder, para Foucault, não existe em si, mas em “feixes de relações de poder, de relações de força” (1995, p. 30). O autor ainda aponta que é “na busca de uma concepção mais ampla de poder que Foucault poderá chegar à ideia de um tipo de relações de forças que transformam os homens em sujeitos” (ibidem, p. 29).

Poder é entendido como capacidade de “agir sobre a ação do outro” (MEYER, 1996), o que o distingue de dominação, na qual a ação é sobre o outro. Está articulado a movimentos de resistência, que também não se dirigem a objetos ou sujeitos, mas a ações contra ações, discursos contra discursos, como o que apresento a seguir.

²¹ Para Foucault, ser livre é “ter diante de si um campo de possibilidade, onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (1995, p. 244).

Uma reportagem veiculada na internet,²² no início de 2010, noticiou que duas irmãs lançaram, em 2008, a campanha PinkStinks (rosa é uma droga), com o intuito de desafiar a cultura do rosa baseada na beleza, que é imposta às meninas antes mesmo do berço. Elas criticavam a moda do rosa, que vai até os brinquedos: "Queremos que as meninas saibam que podem ser tudo que quiserem ser independentemente do que os fabricantes queiram vender para elas". "A monocromia reina nas seções para meninas". O rosa é a cor de bicicletas, telefones e até mesmo brinquedos da Lego para meninas, e tudo gira em torno de cavalos alados e fadas. "Isso não é natural!", enfatizam as moças.

Para Scott, na definição de gênero se conectam duas proposições: "(1) gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e (2) o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (1990, p. 14 – grifos meus).

Nessas relações de poder entre os gêneros, são produzidas e sancionadas determinadas verdades sobre homens e mulheres que de forma nenhuma são fixas ou absolutas. Elas constroem-se na contingência de conflitos, de debate político e confronto social, podendo ser reorganizadas, promovendo outras redistribuições de poder.

Apoiando-me nas teorizações de Foucault, seria possível definir violências como um bloqueio das relações de poder, ficando os sujeitos sem possibilidade de fazer frente à situação, incapazes de oferecer resistência. Seria o que ele chama de "estados de dominação", com um dos sujeitos envolvidos assumindo uma posição passiva, sem liberdade. Um estado que quebra, submete, fecha todas as possibilidades, levando a dominação de um sobre o outro.

Para Foucault, o que define uma relação de poder é a liberdade dos sujeitos envolvidos, e nessas relações não haveria violências. Meyer (2009) alerta que naquelas relações de poder de gênero e sexualidade, que passam a ser vistas como da ordem da natureza, que se tornam legítimas em diferentes espaços sociais e culturais, constrói-se um terreno fértil para que determinadas formas de violência se estabeleçam.

²² <http://mamaecaprichosa.blogspot.com/2010/03/maes-combatem-ditadura-do-rosa-imposta.html>. Acessado em abril 2010.

Desse modo, entendo que ao assumirmos que é natural “meninas de verdade”²³ serem obedientes, esforçadas, disciplinadas, meigas, sensíveis, maternais, cuidadosas, e que “meninos de verdade” são desatentos, indisciplinados, desobedientes, agressivos, fixamos identidades e não oferecemos minimamente liberdade para esses corpos.

As diferenças entre homens e mulheres acabam sendo naturalizadas através de diversos processos sociais que nos educam como sujeitos de gênero. Uma certa *natureza agressiva* seria inerente aos homens, e uma certa *natureza de docilidade e fragilidade* seria intrínseca às mulheres. Que jogos de poder estão envolvidos com a produção desses sujeitos?

Um dos movimentos analíticos em que invisto nesta pesquisa é discutir, com jovens contemporâneos, esses padrões de naturalização, entendendo-os como padrões aprendidos e, portanto, com possibilidade de sofrerem deslocamentos. Pensando masculinidades e feminilidades como construções sociais relacionais, distanciamo-nos de essencialismos que atribuem as diferenças à natureza e nos direcionamos para entender os modos como essas relações de violência se estabeleceram, promovendo possibilidades de sua desconstrução.

Suzana Bornéo Funck (2009), citando Sandra Bem, aponta para a verdadeira obsessão em que hoje se transformaram os debates sobre as diferenças entre os sexos, baseadas em disparidades biológicas. Temos observado o desenvolvimento de muitos programas de televisão, pesquisas acadêmicas, literatura etc. que fazem questão de enfatizar a diferença, a partir de um antagonismo. Quem ama mais, os homens ou as mulheres? Quem sofre mais? Quem se cuida mais? Como educamos meninas? Como educamos meninos? Os homens são de Marte. As mulheres são de Vênus. Por que essa polarização é tão enfatizada? O que os/as jovens deste estudo têm a dizer sobre esse contexto e, nele, sobre a construção de masculinidades, feminilidades e violências?

Antes da emergência do conceito de gênero, as pesquisas e as formas de atuar junto às mulheres que vivenciavam violências ocupavam-se com a situação de opressão das mulheres, sendo um espaço de denúncia e de visibilidade de uma violação de direitos. Os estudos de gênero promoveram espaços para pesquisar e

²³ Expressão e definições utilizadas por Marlucy Alves Paraíso no texto *Raciocínio generificado no currículo escolar e possibilidades de aprender*. Texto apresentado no V Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares, junho 2010.

tratar da questão da *violência contra a mulher* a partir de seu caráter relacional e construcionista, passando-se a defini-la como violências de gênero. Violências não dos homens ou das mulheres, mas do que se estabelece na relação; violências que se constituem a partir da construção de antagonismos entre homens e mulheres, e suas hierarquizações.

A dimensão relacional de gênero encaminha-nos na direção de admitir que, longe de serem opostas, representações de masculinidades e feminilidades são constitutivas e dependentes uma da outra, e são construídas no interior de relações de poder. Essa perspectiva permite colocar em suspensão a oposição binária *homem/mulher*, dando ênfase à construção relacional e cultural das diferenças entre os sexos, rompendo com a associação direta entre estudos de gênero e estudo de mulheres ou sobre a situação vivida por mulheres. Tal posicionamento permite-me, como profissional e pesquisadora, ir além das posições antagônicas/dicotômicas de agressor e vítima, dominante e dominada, consideradas insuficientes em termos de atendimento e análise. Abre-se um espaço para olhar além da violência *contra a mulher*, focalizando as relações em que essa violência se constitui.

Da mesma forma, podemos também problematizar o argumento da *violência contra a mulher* como resultado do patriarcalismo, como aponta Maria Filomena Gregori (2003). Segundo a autora, esse argumento torna-se frágil, do ponto de vista político, já que também coloca as mulheres na posição de vítimas, sem possibilidade de uma ação criativa. Procura-se expandir o conceito de violência, abrangendo práticas discursivas que constituem homens e mulheres e as relações de poder imbricadas nessa relação.

Nessa direção, trabalhar com o conceito de gênero implica investigar como algumas das dimensões constitutivas de sua produção se articulam com – ou modificam – o que se entende e o que se diz sobre violências de gênero em nossa cultura.

Neste estudo, o tema violências de gênero apoia-se em uma perspectiva de construção social do masculino e do feminino, na qual se assume que os indivíduos adotam gêneros e sexualidades plurais, que homens e mulheres podem ser autores/as e vítimas de violências de gênero e que este termo pode designar violência de homens sobre homens, de mulheres sobre mulheres e até de mulheres sobre homens (mesmo que esta seja menos frequente).

Assim, e fazendo uma síntese, optar pela terminologia violências de gênero permite contemplar os processos de socialização de homens e de mulheres, que se (re)produzem com base em relações e padrões de comportamentos estabelecidos na cultura, articulando relações de gênero e educação, de modo a aumentar as possibilidades de seu enfrentamento.

Sigo a escrita desta dissertação apresentando os caminhos metodológicos escolhidos, que produziram os dados utilizados nas análises.

3 CAMINHOS INVESTIGATIVOS

3.1 A cidade, a escola e os/as informantes

Início este capítulo fazendo uma breve contextualização da cidade onde foi realizada esta pesquisa, bem como da escola que os/as jovens informantes frequentam. Entendo que esses lugares são elementos constitutivos de sujeitos que compõem o universo de relações, no qual se implicam mutuamente, produzem e resistem, encontrando possibilidades de ser.

A cidade de Bento Gonçalves e a Escola Alfredo Aveline são também o que se diz sobre elas, o que por sua vez tem efeito no que se diz sobre os/as jovens que ali moram e estudam. Fazem parte de um processo histórico, que conjuga passado e presente, no qual os/as jovens produzem e são produzidos.

Bento Gonçalves é a cidade onde nasci e onde vivo, um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul, localizado na Serra Gaúcha, situado próximo à capital Porto Alegre (109 km). Possui uma população de 107.341 habitantes (IBGE/2010), sendo considerada uma cidade média, o 18º maior município do estado. Foi povoada por imigrantes italianos e mantém suas tradições, apesar de hoje contar com apenas 30% da população de descendência italiana. Por seu relevo e temperatura, assemelha-se à região norte da Itália, favorecendo o plantio da uva e do vinho. O turismo, muito voltado para a tradição italiana e para a indústria vinícola, é destaque no município. Ainda segundo o IBGE, a população é composta por 52.713 homens e 54.628 mulheres. A população urbana ocupa 92,4% e a rural, 7,6%. O Índice de Desenvolvimento é de 0,870, sendo o maior do Rio Grande do Sul e o sexto maior do Brasil. Trata-se de um polo industrial, destacando-se o ramo moveleiro, que acaba atraindo migrantes, que assim como os primeiros imigrantes, vêm em busca de uma vida melhor para suas famílias. Atrai também o turismo de negócios em função do Parque de Exposições amplo e muito bem equipado, que acolhe muitas feiras de negócios. Figura entre as dez maiores economias do Rio Grande do Sul. Como toda cidade, tem seus problemas sociais ligados a pobreza, moradia, saúde e drogadição.

Mais de 65% da população encontram-se abaixo dos 40 anos de idade, e a maior concentração da faixa etária da população (18.302) é de 20 a 29 anos. A expectativa média de vida é de 77,4 anos, uma das mais altas do estado.

A taxa de analfabetismo é de cerca de 3,89%. Com relação à educação no Ensino Médio, o município tem aproximadamente 3.700 alunos matriculados.

A Escola Alfredo Aveline é a maior escola municipal de Bento Gonçalves (757 alunos matriculados), sendo a única escola municipal que contempla o Ensino Médio, com 155 alunos. Na sua fundação, em 1961, era considerada uma escola rural, por sua distância do centro da cidade. Hoje, o bairro Borgo, local em que a escola está situada, é um dos mais próximos do Centro. Trata-se de um bairro residencial, de classe média.

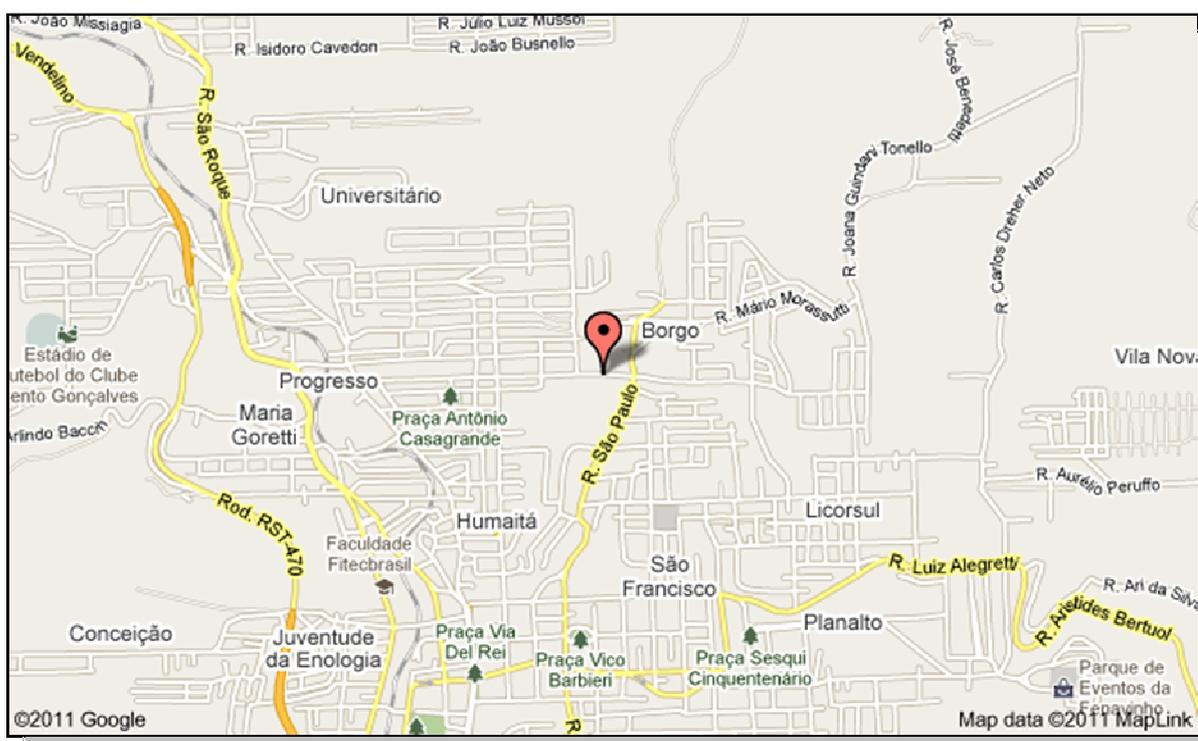


Figura 1 – Localização da Escola Municipal Alfredo Aveline

3.2 Os primeiros contatos com o campo

Antes da qualificação do projeto, fiz um primeiro contato com a escola, através de sua diretora e de orientadoras, que se mostraram disponíveis, acolhendo a proposta. Entenderam que o tema tinha relevância na educação dos/as jovens e vinha ao encontro do Programa Jovem Consciente, desenvolvido pela Secretaria

Municipal de Educação, que tem por objetivo oferecer espaços de debate sobre sexualidade, convivência e cidadania.

Retornei à escola depois de o projeto estar qualificado, fazendo então as combinações com relação à turma que seria escolhida como informante do estudo, definindo os horários e o local para a realização dos encontros. Durante todas as idas à escola, fui recebida por uma das orientadoras, que me encaminhava à sala de trabalhos, auxiliando também com a montagem dos equipamentos, quando isso se fez necessário.

Em virtude de meu interesse em escutar jovens, escolhi como informantes alunos/as do Ensino Médio, que contemplam essa categoria sociocultural. A escolha pela turma 111, do primeiro ano, foi uma sugestão da escola, em função do número de alunos. Eu precisava que a turma escolhida tivesse o menor número de alunos, já que os grupos se desenvolveriam durante o período escolar, e a escola acreditava que a maioria dos/das alunos/as se disporia a participar. A direção considerou inviável a realização da pesquisa no turno contrário às aulas regulares, já que nesse caso teria que se responsabilizar pelos alunos/as no trajeto de ida e volta da escola. Também entendeu como impraticável dividir a turma em dois grupos, pois isso acabaria por perturbar o desenvolvimento das aulas regulares, com os/as professores/as tendo que repetir a matéria dada, inclusive atrasando o andamento dos conteúdos.

Confirmando a expectativa da escola, apenas duas alunas da turma 111 não se dispuseram a participar dos encontros, ficando um grupo de 16 jovens (cinco do sexo masculino e 11 do sexo feminino), disparidade que, segundo as orientadoras, também acontece na outra turma do primeiro ano. Não se trata, porém, de uma constante nas demais turmas, tendo algumas um número maior de meninos do que de meninas.

Os/as jovens da turma 111 são oriundos do bairro em que se localiza a escola ou de bairros bem próximos. Aqueles/as que moram um pouco mais longe referem ter escolhido a escola por considerarem, assim como seus pais²⁴, que ela possui um bom nível de ensino (os que moram perto também fazem essa referência à escola). Todos/as os/as alunos/as pretendem seguir estudando ao terminarem o Ensino Médio. As idades variam de 14 a 17 anos, tendo quatro alunos com reprovações.

²⁴ A terminologia *pais* refere-se a pai e mãe.

Três alunos/as são filho/as únicos/as, dois têm pais separados. Apenas uma mãe cursou o Ensino Superior, sendo que a maioria dos pais possui o Ensino Médio. As profissões dos pais variam entre microempresários, autônomos ou funcionários de empresas da cidade. Três mães são donas de casa.

Por sugestão da banca de qualificação, tive um primeiro contato com os/as jovens, participando de uma das aulas como observadora. Justifiquei minha presença por estar organizando um trabalho que posteriormente seria apresentado a eles/as, solicitando a colaboração. Entrevistei individualmente um jovem e uma jovem, do segundo ano do Ensino Médio (o roteiro da entrevista está no Anexo C). Relato, a seguir, alguns recortes desse primeiro contato com o campo, que se articulam ao material produzido nos grupos focais, nas unidades de análise.

Sobre a observação: 23/6/2010

Feita no período de Sociologia, em que os alunos apresentavam trabalhos ancorados em reportagens da revista Superinteressante. Acompanhei duas apresentações e trago aqui dois recortes.

Título da matéria: *A Loja Maçônica* (dupla formada por dois jovens).

A dupla referiu-se ao ritual que os maçons são submetidos ao entrar como membros. Um dos colegas fez um comentário: *“Tem que ter postura de macho”*.

Título da matéria: *Por que gays são gays?* (dupla era formada por duas jovens)

Elas apresentaram a resposta da revista, que incluía genética e o ambiente. Um dos meninos manifestou-se dizendo *“É falta de laço!” [Risos]*. As meninas seguiram falando sobre o preconceito e justificaram dizendo que *“Eles não têm culpa”, “Eles nascem assim”, “Muitas pessoas, outros homens, não querem nem ficar perto, como se fosse uma doença que pegasse. Não pega”*. Um menino comenta: *“Tô aliviado!”* As meninas seguiram explicando a terminologia homofobia.

Sobre as entrevistas: 24/6/2010

Inicialmente foi apresentado ao/à jovem gravuras de revistas representativas de homens e de mulheres, sendo convidado/a a escolher aquela que, na sua opinião, *mais* representava e a que *menos* representava o que ele/a entendem por ser homem e por ser mulher.

As gravuras escolhidas que *mais* representavam masculinidade e feminilidade foram as mesmas para ambos: a gravura do homem e da mulher que pareciam exercer a maternidade e a paternidade, uma representação de *família*, associada à representação de amor, de cuidado pelo outro/a. *“Vaidade não é tudo. Não precisa só ficar bonita, pensar na beleza exterior. Ser mãe desperta o lado de qualquer mulher”, “O homem não precisa ser forte, atlético”, “Beleza, porte físico não é tudo”*.

Questionados sobre as gravuras que eram *menos* representativas de masculinidade e feminilidade, o jovem escolhe a gravura de um cantor que há pouco tempo se declarou homossexual: “*Ele é homem, mas só na certidão*”. Questionado sobre as mulheres, refere que fica difícil, já que “*hoje as mulheres fazem de tudo, não são mais tão discriminadas.*”

Recortes das entrevistas²⁵

Você considera que já sofreu algum tipo de violência?

O. De todos os tipos. Quando está discutindo com alguém e ofende, ou violência física. Há uma violência física que faz bem, a dos pais para com os filhos, na educação, não sei se está certo, mas eu acho.

A. Sim, minha mãe tentou me matar, me enforcar. Tentou matar meu pai também. Até meus colegas, sem querer falam palavras que machucam. Minha mãe também fala.

Alguém já lhe bateu, deu tapas, machucou você?

O. Já, mas não da família. Sofri agressão física sem motivo, às vezes sem motivo. Brincadeiras de adolescente, soco... nos testículos, apertar a teta.

Em sua opinião, existe um tipo de violência mais comum praticada contra mulheres? E contra homens?

O. Mulheres - violência dentro de casa, doméstica, vê pela TV, o registro de ocorrência. Homem - acha que a mulher fez algo de errado e vai lá e bate. Chamam-se de palavrão, falam besteira, na brincadeira, tem o costume de chamar de veado, boiola.

A. Mulher - agressão verbal. Homem - agressão física, brigam por qualquer coisa.

Reconhece violência no ambiente íntimo?

A. Sim. Minha irmã com o namorado. Bateu nela, mesmo gostando dela. Deu soco na boca, a trancou dentro de casa. Ele foi preso, a perseguiu por um bom tempo, ela foi até morar em Porto Alegre com o pai dela. Minha mãe tentou matar meu pai, com facada, também por ciúme.

Foram momentos produtivos que oportunizaram conhecer esses/as jovens, permitindo refletir melhor sobre as atividades que comporiam a agenda dos grupos focais, que seriam meu procedimento de investigação. Foram atividades que apontaram para a ressignificação de padrões hegemônicos de comportamentos masculinos e femininos, mas também para promover fissuras nos mesmos.

²⁵ Preferi não nomear o/a entrevistado/a por não se tratarem de jovens que participaram dos grupos focais. Utilizo O quando a resposta for do rapaz e A quando a resposta for da moça.

3.3 Procedimentos de investigação e análise

A escolha de grupos focais como procedimento de investigação se deu por entender que, ao favorecer a expressão de impressões e visões de mundo dos/as informantes, proporcionando troca e confronto de ideias, eu conseguiria produzir material empírico potente para responder às minhas questões de pesquisa. Trata-se de uma técnica já utilizada por colegas da linha de pesquisa *Educação, Sexualidade e Relações de Gênero*. Aqui cito José Geraldo Soares Damico (2004), que também trabalhou com juventudes. Um número de pessoas, que serão estimuladas a falar sobre um tema específico, reúne-se num determinado local, durante certo período. Assim como Damico, a partir do diálogo e do debate entre os/as participantes, produzi o material empírico desta pesquisa.

Maria Elasir Gomes e Eduardo Barbosa (1999) dizem que “o grupo focal é um grupo de discussão informal, e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade”. Buscam-se informações qualitativas sem almejar um consenso, valoriza-se o debate e a possibilidade de participação de todos os sujeitos na expressão de suas opiniões e vivências. Como referem Jenny Kitzinger e Rosaline Barbour (1999), citadas por Damico (2004, p. 35), os grupos focais são

[...] muito apropriados para examinarmos os conhecimentos, as ideias, os relatos, a autoapresentação e os intercâmbios linguísticos que operam dentro de um determinado contexto cultural. No grupo focal, os participantes da pesquisa criam um público uns para os outros.

Coube a mim, enquanto moderadora²⁶ e pesquisadora, adotar uma postura de não diretividade, evitando intervenções afirmativas ou negativas, procurando dar encaminhamento ao tema de modo a facilitar a troca de opiniões entre o grupo, favorecendo a interação e a expressão de uma multiplicidade de pontos de vista e de sentimentos. É essa interação – para além de um conjunto de perguntas e respostas – que torna possível compreender práticas sociais, representações, linguagens prevalentes em determinados grupos, que interessam ao estudo.

²⁶ Utilizo o termo *moderadora* conforme Bernadete Angelina Gatti, no livro *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas* (2005). Para a autora, moderador é aquele que conduz o grupo focal e, ao fazê-lo, respeita o princípio de não diretividade, sem ingerências indevidas, sem intervenções afirmativas ou negativas, sem opiniões particulares ou conclusões.

Assumo, nesta pesquisa, uma perspectiva de análise que procura problematizar o já constituído, provocando “polêmica e discussão” (LOURO, 2007, p. 237), indo além do isto ou aquilo, acreditando que “algo pode ser, ao mesmo tempo, isto e aquilo” (ibidem, p. 238). Não se pretende encontrar respostas absolutas, universais, generalizantes, já que não se acredita em uma essência ou única origem para os acontecimentos. Nas palavras de Louro, “Incerteza e dúvida não me parecem pecados que precisam ser exorcizados por um pesquisador ou pesquisadora; em vez disso, podem se constituir num gatilho para qualquer investigação [...]” (2001, p. 239). Nessa abordagem, admite-se que há um profundo envolvimento do pesquisador com a pesquisa, o que leva ao questionamento de pressupostos de neutralidade e objetividade, e que o processo de investigação pode promover mudanças no contexto em que é realizado e para os sujeitos envolvidos.

Fundamentando-me nessa perspectiva, entendo que os eventos são provisórios, e os movimentos de transformação e de permanência estão articulados ao longo de um período. Meu interesse está em descrever e analisar aquilo que promove a continuidade e a descontinuidade dos comportamentos, atentando para aquilo que usualmente não é questionado. Para essa averiguação, utilizo a análise cultural, praticada pelos estudos culturais, que conquistou espaço em práticas acadêmicas por sua convergência com diferentes ramos das humanidades e das artes, e por dar visibilidade a situações do cotidiano dos sujeitos, que não são referidas em análises tradicionais (Maria Lúcia WORTMANN, 2002). Trata-se de uma forma de (re)conhecer que permite responder a determinados tipos de perguntas e não a outras, assumindo, assim, suas impossibilidades e sua própria ignorância, no sentido de que não se pode conhecer tudo desde apenas um olhar.

Na análise cultural, procura-se estar atento aos espaços que ensinam, tomando o espaço educativo, como nos aponta Wortmann (2002, p. 79), “em uma dimensão ampla que implica estendê-lo para além da sala de aula, das práticas escolares e das instituições formais de escolarização”. A televisão, os filmes, a publicidade, o turismo etc. são, ao mesmo tempo, instâncias culturais e pedagógicas que ensinam e produzem os sujeitos de quem falam. Apoiado nesses pressupostos, tal tipo de análise permite atentar para como se constroem esses discursos que, por sua vez, produzem identidades a partir das representações.

Os estudos culturais relacionam-se com outras áreas de conhecimento que compartilham do compromisso de fazer uma análise das práticas sociais a partir de

seu envolvimento com e no interior de relações de poder. Trata-se de um campo de saber que se organiza em torno de estudos que buscam articular ou questionar cultura, conhecimento e poder. É um campo crítico que problematiza categorias consideradas naturais, que em suas análises se propõe “a penetrar na linguagem, e garimpar os significados em uma multiplicidade de histórias e de textos” (WORTMANN, 2002, p. 82).

O que interessa é questionar como funciona o conjunto de códigos e processos de significação, que (re)produzem os significados partilhados em uma cultura, constituindo identidades e diferenças. Esses entendimentos instigam-me a perguntar: como algo se tornou a verdade e o padrão da normalidade, produzindo desigualdades e violência? Faço minhas também as questões levantadas por Louro (2007, p. 241): “Que discursos permitiram que essa verdade fosse admitida como única, singular e universal? Que discursos foram silenciados neste processo?”. O mundo e as coisas que nele habitam só têm significação através da linguagem, e o processo de produção é permeado por relações de poder, fazendo sentido perguntar-se, como faz Meyer (2000, p. 60), “quem pode dizer o que, acerca de quem, a quem, em quais circunstâncias?”.

Pretendo reconhecer e descrever algumas das posições de sujeitos ocupadas pelos informantes e também compreender *como* e *quais* discursos acerca de gênero e violência atravessam e instituem significados e formas pelos quais esses/as jovens falam sobre a violência de gênero. Para isso, tomo também artefatos²⁷ da cultura como desencadeadores de reflexão no grupo e como objeto de análise.

Proponho-me a uma interação com os estudos culturais, questionando as construções de masculinidades e feminilidades e a forma como o poder funciona para produzir os gêneros masculinos e femininos, “como determinado discurso liga-se ao poder, regula condutas, forma ou constrói representações, identidades e subjetividades” (HALL *apud* WORTMANN, 2002, p. 85).

Por mais que se saiba que a pesquisa qualitativa oferece a oportunidade de o pesquisado falar de si, dando certo equilíbrio para as relações de poder entre pesquisador/a e pesquisado/a, considera-se uma atitude ética assumir que a escolha do tema, das questões e dos sujeitos refere-se à possibilidade de olhar do/a

²⁷ Segundo Dagmar Meyer no *Seminário Avançado: Perspectivas Pós-estruturalistas de Pesquisa*, em outubro de 2010, artefato é um instrumento da cultura que está envolvido em fixar, por um determinado tempo, um conjunto de significados.

pesquisador/a, que é influenciado/a e *guiado/a* a partir do lugar e do tempo em que vive. Nessa direção, com o planejamento da agenda do grupo focal, acabei por incentivar que algumas coisas fossem ditas ou não, assumindo que se trata de um procedimento de investigação, que tem possibilidades e também limites. Entendo que é uma escolha que possibilitará produzir um determinado conjunto de informações, que têm a ver com meus interesses de pesquisa.

Coube a mim, como moderadora/pesquisadora, construir um clima de confiança entre os/as informantes, tornando possível a expressão de opiniões, em uma participação ativa, estando disposta a me surpreender, proporcionando a emergência de novos olhares para as mesmas perguntas e novas reflexões sobre o problema. Nesse exercício, entendo que estive produzindo os sujeitos, já que a forma de abordar o problema pôde produzir efeitos sobre os/as jovens informantes.

Procurei apresentar atividades no sentido de encaminhar os/as jovens para o foco do estudo, tendo a preocupação de diminuir minimamente minhas intervenções, pois o que interessava era o que eles/as reconhecem e vivenciam como masculinidades, feminilidades e situações de violências de gênero – uma terminologia que não é usual no cotidiano desses/as informantes. Foram desenvolvidas gradativamente atividades, de apresentações pessoais para análises de artefatos culturais, que apresentam formas de ser homem e ser mulher. Indo para as relações entre homens e mulheres e daí para a possibilidade de emergir situações de violência, propus uma articulação entre o que é apresentado através de pedagogias culturais associadas à percepção e à vivência de cada um/uma dos/as informantes.

Apresento, a seguir, a agenda do grupo focal na sua versão final, resultado de algumas modificações produzidas ao longo dos encontros, considerando as possibilidades de responder às questões de pesquisa.

Agenda do Grupo Focal

I Encontro

- 1) Apresentação do processo de pesquisa e da equipe de pesquisa (10 minutos)
 - 2) Combinações gerais (10 minutos)
 - 3) Apresentação dos participantes (25 minutos)
- Se você fosse um personagem de filme, desenho animado, revista em quadrinhos, que personagem você seria? Procure justificar.

3) Intervalo (10 minutos)

4) Como explicar para um Ser Extraterrestre o que é ser um homem e uma mulher em Bento Gonçalves, listando seis características para cada um dos gêneros. Sistematizar as respostas no quadro de giz e discutir. (35 minutos) [ver Anexo B - I]

II Encontro: Masculinidades e feminilidades

1) Retomada do encontro anterior (30 minutos)

2) Apresentação de propagandas e discussões (30 minutos) [ver anexo B – IV]

3) Intervalo (10 minutos)

4) Mais propagandas (20 minutos) [ver anexo B – IV]

- Tema para semana: Apresentação do vídeo *Como explorar sua masculinidade* (excerto do filme *Será que ele é*) [ver anexo B – IV]

O que pensam e vivenciam a respeito de como explorar a masculinidade e feminilidade. Discutir informalmente para retomarmos no próximo encontro.

III Encontro: Relações entre homens e mulheres

1) Retomada do encontro anterior (tema de casa) (30 minutos)

2) Intervalo (10 minutos)

3) Assistir ao vídeo *Era uma vez outra Maria*, [ver anexo B – IV] com posterior discussão (50 minutos)

IV Encontro: Violências

1) Retomada do encontro anterior (10 minutos)

2) Foi apresentada ao grupo uma relação de situações retiradas do material produzido nos grupos e entrevistas preliminares. Foi solicitado que a partir desta relação eles/elas deveriam assinalar aqueles que considerassem como violências de gênero, numerando o mais violento com (1) e gradativamente os demais. As que não fossem consideradas violências de gênero não seriam numeradas. Inicialmente, eles/elas fariam a atividade individualmente, depois em pequenos grupos, conforme o sexo. (40 minutos) [ver Anexo B - II]

3) Intervalo (10 minutos)

4) Com os consensos dos quatro pequenos grupos, passou-se à elaboração do consenso grupal com relação às situações apresentadas (30 minutos)

V Encontro: Violências de gênero e suas vivências no cotidiano

1) Retomada do encontro anterior (10 minutos)

2) Com o mesmo instrumento utilizado no encontro anterior, os/as jovens foram convidados/as a identificar as situações que já viveram ou viram alguém próximo viver. Foram ainda convidados a escrever outras situações de violências de gênero que vivenciaram ou viram vivenciar, que não estariam relacionadas (40 minutos). [ver Anexo B - III]

3) Intervalo (10 minutos)

4) Apresentação de um caso (30 minutos)

VI Encontro: Possibilidades de enfrentamento das violências de gênero e a Lei Maria da Penha

- 1) Retomada do encontro anterior (10 minutos)
- 2) Das situações de violência selecionadas e relacionadas partiu-se para discussão sobre como lidar, que mecanismos utilizar para sua superação.
- 3) Sobre a Lei Maria da Penha, distribuição da Lei e comentários (20 minutos)
- 4) Encerramento (20 minutos)
- 5) Confraternização (20 minutos)

O trabalho de campo aconteceu entre os meses de agosto e setembro de 2010, sendo que o primeiro encontro foi de apresentação do projeto e entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os/as jovens comprometeram-se a dar um retorno sobre a adesão à pesquisa em uma semana, quando deveriam trazer o termo assinado por eles/as e pelos pais, caso concordassem em participar. Dos 18 jovens da turma, 16 aderiram à proposta.

Este estudo submete-se às normas e diretrizes dispostas pela Resolução 196/96²⁸, conforme a qual os/as participantes da pesquisa, ao concordar em participar, assinam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que lhes garante a voluntariedade de participação, o conhecimento dos objetivos e do método do estudo, bem como o sigilo da autoria dos relatos. Trata-se de uma responsabilidade ética formal, baseada em prescrições normativas, mas que não traduzem todo o comprometimento ético desta pesquisa. Como sugerem Robert Bogdan e Sari Biklen (1994), a ética na pesquisa contempla uma “obrigação duradoura”, para com seus/suas informantes, nos diferentes momentos da investigação e também posteriormente a ela.

Desse modo, cabe assumir a contradição que foi a necessidade da anuência dos responsáveis legais dos/das jovens informantes. Pelo Código Civil Brasileiro, os/as menores de 18 anos não possuem capacidade para o exercício de atos da vida civil, diferentemente do que considera este estudo, que entende juventude como uma categoria social que, a partir de seu ponto de vista, tem a contribuir com mudanças na vida política e social.

Os encontros aconteceram no turno da aula, em virtude da preocupação da direção da escola com o deslocamento dos/as alunos/as em turno contrário. As

²⁸ CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/docs/resolucoes/reso196.doc>>. Acesso em: 3 abr. 2010.

jovens que não aderiram à proposta receberam atendimento das professoras do período de aula utilizado. Foram seis encontros com duração de uma hora e meia, distribuídos em diferentes disciplinas, em cronograma organizado pelo serviço de orientação da escola, conforme a disponibilidade das professoras. O local dos encontros variou entre a sala de vídeo e a própria sala de aula, de acordo com as atividades propostas na agenda. Os/as jovens eram convidados/as a se colocarem em círculo antes do início dos trabalhos. As discussões geradas em cada encontro foram gravadas e transcritas. Uma estagiária de psicologia do REVIVI participou dos encontros, ocupando-se das gravações.

No primeiro encontro do grupo focal, falei a respeito da rotina da reunião – tempo, breve intervalo, garantia de sigilo dos registros – e também sobre a importância de todas as ideias e opiniões, reafirmando que não há respostas certas ou erradas para os assuntos que seriam trazidos no decorrer dos encontros. Por se tratar de um grupo com 16 informantes, foi ressaltada a importância de falarem um de cada vez, favorecendo uma boa gravação.

Coube a mim, enquanto moderadora/pesquisadora, estimular o debate, ressaltando as diferenças e possíveis divergências nos argumentos dos/as participantes, de modo a desafiar o normal, o naturalizado. Procurei estar sempre atenta, no sentido de estimular a participação de todos/as, mas ao mesmo tempo respeitando o momento de cada um/uma.

Diante de certo constrangimento de alguns participantes, e no sentido de contribuir com a atividade proposta, uma das participantes comentou: *“E aí pessoal, a gente concordou em ajudar com o trabalho dela, agora a gente tem que falar!”*. Em algumas atividades, solicitou-se uma resposta escrita para posterior discussão em grupo, documentando e procurando favorecer a expressão da opinião de cada informante. Após cada encontro, as gravações foram transcritas procurando dar início à organização do material produzido. Foram ainda registrados alguns contextos de falas, como o clima da discussão, de modo a oferecer subsídios para a análise, como “um processo de elaboração, de procura de caminhos, em meio ao volume de informações levantadas” (Bernadete A. GATTI, 2005, p. 44). As transcrições foram lidas repetidas vezes, assim como as falas, *mergulhando* no material, elaborando unidades de análise, contemplando o que foi relevante para o grupo, bem como as opiniões da minoria.

A utilização de grupo focal como técnica de pesquisa ressalta a importância da análise das interações e das trocas entre os informantes, exigindo da pesquisadora um olhar e uma escuta atenta para as rupturas, os silêncios, os consensos, os dissensos, a sequência das falas. Cabe lembrar que tais relações e interações referem-se a um grupo específico, num local e tempo específicos, não permitindo generalizações universalizantes.

Cabe ainda dizer que a análise, na perspectiva adotada, refere-se a colocar em funcionamento a teoria, que tem relação com as minhas possibilidades e os meus limites de apropriação do referencial teórico. Como vou organizar o material produzido no trabalho de campo refere-se a um modo específico de olhar: Que tipo de conhecimento se prioriza conhecer? O que importa perguntar? Como vou dirigir meus olhos para os materiais produzidos?

A análise cultural que aqui será feita não procura buscar a verdade; “o que de fato faz a diferença são as interrogações que podem ser formuladas dentro de uma ou outra maneira de conceber as relações de saber e poder” (COSTA, 1996, p. 10).

[...] ao contrário de outras formas de análise – que buscam, no passado, personagens destacados e a origem dos eventos e processos atuais, vendo-os em uma continuidade que permite reuni-los em uma história unitária e coesa – as que são conduzidas sobre a produção do conhecimento a partir dos estudos culturais atentam para rupturas nas ações e movimentos processados ao longo do tempo, evitando-se restringir-se ao exame de embates acadêmicos e epistemológicos. (WORTMANN; Alfredo VEIGA-NETO, 2001, p. 100-101).

Em suma, com a análise cultural que pretendo empreender, trato de aprender a lidar com o incômodo da provisoriedade das certezas, disponibilizando-me a investigar a partir de uma postura crítica e também autocrítica.

Sigo agora apresentando o material produzido pelos grupos focais, articulando-os aos estudos culturais e de gênero, através da análise cultural.

4 “QUE DIFERENÇA DA MULHER O HOMEM TEM?” “SE FOR REPARAR DIREITO TEM POUQUINHA DIFERENÇA!”

Como título deste capítulo de análise, escolhi essa estrofe da música *Tem pouca diferença*, de Gal Costa, que foi um dos artefatos culturais utilizados nos grupos focais. Tal escolha se deu pela produtividade da obra, no sentido de destacar a ênfase que nossa cultura dá para a marcação das diferenças, bem como para a problematização desta marcação: “Se for reparar direito tem pouquinha diferença!”. Dividi esta unidade em quatro sessões, a partir do material empírico produzido nos grupos focais: corpos; sexualidades; amor; e parentalidade.

No nosso atual contexto, tornou-se relevante definirmo-nos como sujeitos de determinadas identidades. Espera-se que sejamos capazes de dizer, em diversas circunstâncias, quem *realmente* somos (e isso implica em dizer o que não somos), o que acaba produzindo um padrão avaliativo e hierarquizador entre os sujeitos. Tal padrão define-se a partir de disputas imersas em relações poder, e esse padrão funciona como norma para marcar a diferença, o diferente. Trata-se de um processo de normalização que, para Silva (2004, p. 83), significa “atribuir a essa identidade [normal] todas as características positivas possíveis em relação às quais outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa”.

Funck problematiza o que ela chama de “imperativo da diferença essencial” (2009, p. 104), que insiste em dividir a sociedade em dois mundos, com duas espécies distintas e antagônicas: o masculino e o feminino. Denuncia que tal dicotomia naturalizada promove uma desumanização dos indivíduos: “uns são corajosos, outros são sensíveis, uns devem ser fortes, outros belos” (p. 105). Destaca, ainda, que toda dicotomia envolve uma hierarquia, “com um dos polos identificado como o padrão e o outro como o marcado, ou diferente” (p. 105). Assumo o questionamento de Funck: Como as relações baseadas na polarização continuam a ser enfatizadas? Por que os dualismos permanecem, considerando que são reprodutores de desigualdades, podendo justificar situações de violência?

Há uma interdependência entre identidade e diferença, o que, no caso deste estudo, significa considerar que as identidades masculinas são fabricadas por meio da marcação da diferença com relação às identidades femininas (e vice-versa), entendimento que permite questionar os significados culturais que podem produzir

violências de gênero, que incluem determinadas formas de violência de homens para com mulheres, mulheres para com homens, mulheres para com mulheres e homens para com homens.

A definição de um padrão de masculinidade hegemônico – caracterizado, entre outros, por atributos como força física para exercer dominação, modos intempestivos de lidar com diversas situações – passa pela definição daquilo que não é masculino, sendo taxado então de feminino ou afeminado. (SEFFNER, 2003, p. 126).

Utilizo as possibilidades de operar com o conceito de gênero enquanto uma “categoria analítica” (SCOTT, 1990) e, desse modo, apontar para as relações de poder-saber que funcionam na cultura para fixar tais diferenças, e os movimentos de resistência que as constituem.

Procuro problematizar como as diferenças produzem desigualdades entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres, entre homens e homens, que se reatualizam no interior das instituições e práticas sociais, as quais são constituídas pelos – e constituintes dos – gêneros (LOURO, 1997). Considero que tais práticas constantemente designam, nomeiam, excluem e classificam, podendo garantir ou ressignificar identidades e diferenças. Pergunto sobre os modos de produção de determinadas representações de masculinidades e feminilidades, e as diferentes formas pelas quais esses processos de diferenciação são incorporados e mobilizados em uma dada cultura.

Entendo como produtivo pensar que há uma articulação entre os processos de produção de masculinidades e feminilidades e os processos de produção de violências de gênero. Desse modo também vislumbro algumas possíveis alternativas para seu enfrentamento e sua desconstrução.

O material empírico analisado neste estudo evidencia aproximações e distanciamentos entre o que os/as jovens consideram características de homem e características de mulher. Encontrei similaridades nas qualidades como inteligente, independente, compreensiva/o, sincera/o, solidária/o, fiel, honesta/o, romântica/o, amável, bem-humorada/o. Encontrei similaridades e diferenças nos modos de amar, de exercer a sexualidade, de ser pai e mãe, de construir os corpos, ora reafirmando, ora desestabilizando o “imperativo da diferença essencial” (FUNCK, 2009).

4.1 Corpos, identidades e diferenças

A definição de corpos adotada neste estudo vai além de seu componente biológico. Corpos são entendidos, aqui, como construções históricas e culturais. Como diz Carmem Lúcia Soares, o corpo é “um lugar privilegiado das marcas da cultura” (1999, p. 5); um lugar que se constitui através de encontros e desencontros, conflitos, acordos, indefinições, identidades e diferenças.

Nesse contexto de corpos e produção de masculinidades e feminilidades (identidades e diferenças), percebe-se, nas falas dos/as jovens informantes, que se algumas definições normativas se reatualizam outras já não têm o mesmo significado, evidenciado através de um borramento de fronteiras. Existem diferentes formas de usar, sentir, mostrar os corpos.

“Existem coisas de homens e coisas de mulheres? Como vocês fariam para explicar para um extraterrestre quem são os homens e quem são as mulheres?” Esta foi uma das perguntas feitas por mim, moderadora/pesquisadora, por ocasião do segundo grupo focal. Tais questionamentos produziram respostas como:

Deisi²⁹: Os homens são bem largados!

Paula: É, senta de perna aberta [faz o gesto]. Mulher não senta assim.

Maria: Homem tem um jeito mais livre! Se bem que tem mulheres bem ostras!

Tais: Mas as mulheres geralmente são mais arrumadas, mais jeitosas, delicadas.

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

Apesar de considerar que nem masculinidades nem feminilidades se apresentam de forma uniforme, entendo que algumas formas de exercer as masculinidades/feminilidades podem ser consideradas hegemônicas³⁰. Trata-se de uma terminologia que pode ser discutida, mas que utilizo por expressar o empenho e o esforço da cultura na normalização dos sujeitos, de seus corpos, que na perspectiva deste estudo estão imersos em relações de poder presentes nas

²⁹ Os nomes dos/as jovens são fictícios, escolhidos por mim aleatoriamente.

³⁰ Utilizarei a expressão masculinidade hegemônica estando atenta para a problematização que Medrado e Lyra (2008) fazem, no sentido de alertar para a reprodução de uma leitura binária e fixa.

práticas sociais diárias. Desse modo, quero considerar que o hegemônico não é fixo, podendo ser ressignificado a partir de movimentos de resistência.

Homens largados, mulheres jeitosas e delicadas são as falas dos/as jovens que remetem a uma expressão de liberdade e/ou de restrição da mesma, no que se refere ao uso e à apresentação dos corpos. O que dizer sobre o uso do espartilho, que surgiu no século XVI e tornou-se peça obrigatória do vestuário feminino até o século XIX? Uma peça que afinava a silhueta, marcava a cintura e aumentava os seios, representando o ideal de feminilidade da época. Apesar do desconforto em usá-lo, foi peça do vestuário feminino durante vários séculos. No exercício de que aquilo que sou é definido por aquilo que não sou, tal costume parece indicar que as mulheres não gozam da mesma liberdade que homens. Elas *devem* se preocupar com o jeito de sentar, *devem* se mostrar delicadas. Uma possível reatualização do espartilho?

Uma representação hegemônica de feminilidade associa-se a um corpo feminino frágil, delicado, além de magro. Tais características remetem a uma vigilância e um controle maior do corpo feminino com relação ao masculino “num imperativo cada vez mais exigente, principalmente em relação às mulheres – e às mulheres jovens em especial” (DAMICO, 2008, p. 194). As mulheres que romperem com tal imperativo de beleza e delicadeza assumem outra identidade que não a de mulheres, mas de *ogras*: “*feia, feiosa ou muito desajeitada*”³¹.

Bem, mas o que dizer das ogradas da contemporaneidade? Vou me utilizar da descrição de um evento que aconteceu na Serra Gaúcha – a mesma região onde aconteceu esta pesquisa. Não se trata de meu material empírico, mas utilizo por entender que contribui com o que desenvolvo e analiso neste estudo. Tratou-se de um casamento tematizado, desde a cerimônia religiosa em uma igreja católica até a festa, a partir do filme *Shrek*, no qual a princesa se transformou em uma ogradá. Uma festa de casamento com 700 convidados, que reproduziu um casamento de *conto de fadas*. Não se fazem mais ogradas como antigamente!? Utilizo-me dessa situação para apontar o empenho da cultura no sentido de resgatar identidades femininas naturalizadas, mulheres princesas, garantindo uma norma vigente, pela qual conseguimos classificar e nomear quem é o homem e quem é a mulher. A equação mulher-ogradá-princesa promove um borramento de fronteiras identitárias, que precisa

³¹ Disponível em: <<http://dicionario.sensagent.com>>. Acesso em: 21 abr. 2010.

ser recapturado pela norma. A representação hegemônica de mulher, de princesa, está associada ao belo, ao sensível, ao frágil. E essa construção depende do que é diferente, da identidade ogra. Ogra não é mulher, ogra não é princesa! Ou é?

Como diz Silva (2004, p. 81), “onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder”, que implica incluir e excluir, demarcar fronteiras entre nós e eles/as, fixando uma identidade como a norma. É esperado e desejável que mulheres sejam princesas. A cultura, através dos artefatos culturais, procura exercer uma ação no sentido de conduzir os sujeitos para aquilo que é considerado como *o certo e verdadeiro*, e nesse exercício conformam-se identidades de gênero, garantindo a normalização. Uma identidade é a referência; as outras, a diferença.

A partir da perspectiva deste estudo, entendo que somos produzidos por práticas sociais e culturais; mesmo procurando ter um olhar crítico a respeito do que nos é ensinado, somos subjetivados por essas práticas, o que não se faz sem um mínimo de sujeição. O sujeito constitui-se através de práticas de sujeição, de maneira mais ou menos autônoma, o que não é o mesmo quando falamos de estados de dominação, nos quais, conforme a perspectiva foucaultiana, não há liberdade, mas uma submissão sem possibilidade de resistência.

Se na contemporaneidade nos encontrarmos diante de novas e variadas configurações sociais, produzidas por movimentos sociais, políticos e jurídicos, evidencia-se, também, a dificuldade em pensar e conviver com novas identidades produzidas por essas configurações. Em algumas situações, pode-se recorrer ao biológico para explicar e estabelecer diferenças entre homens e mulheres, procurando garantir uma hegemonia através do argumento da naturalização e da essencialização.

Paula: É instinto de mulher organizar as coisas.

Marcos: Os homens cuidam de outra parte, não tão doméstica.

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

Deisi: A mulher é mais sensível, demora horas pra escolher um cartão para o namorado; ele escolhe mesmo é a cerveja.

Miguel: O homem é mais prático.

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

Em outros momentos, os/as jovens percebem que esse tipo de explicação é insuficiente e não esgota todas as possibilidades:

Miguel: Eu sou bem mais organizado que a minha irmã! E minha mãe é torneira mecânica, segunda no estado.

Deisi: É, tem até mulher dirigindo na Fórmula Truck!

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

São comentários que ora confirmam e ora fogem do padrão hegemônico proposto pela cultura, reproduzindo ou produzindo novas representações, que fixam ou flexibilizam modos de ser e de viver.

Os corpos não escapam das disputas de poder, “são significados pela cultura e são continuamente por ela alterados” (LOURO, 2001, p. 14). Em se tratando do corpo feminino, o que dizer das mulheres musculosas?

Paula: O que dizer das mulheres bombadas?

Nadia: Pra que ela vai querer? Perde a feminilidade!

Miguel: Umas são femininas outras não. A Madonna! Já viu o braço da Madonna?!

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

O fisiculturismo feminino despontou nos anos 1980, rompendo barreiras culturais. As mulheres passaram a investir em seus corpos de forma, até então, quase que exclusiva dos homens. Ter músculos era uma representação natural de masculinidade, então como uma mulher poderia tê-los?

Pensando no fisiculturismo de competição, o corpo das mulheres desestabiliza a biologia como centro das diferenças masculinas e femininas. Sobre esse ponto, Angelita Jaeger observa: “olhando a multiplicidade de corpos produzidos no fisiculturismo feminino percebemos que não há corpos iguais, assim como não há essência feminina ou uma única forma de viver feminilidade” (2009, p. 25). Feminino então pode ser associado à força física? Mulheres não são essencialmente frágeis? Quais são os efeitos dessa ressignificação para o masculino? Há quem diga:

Graziela: E se ela se considerar feminina assim?!

Maria: Até mulheres bombadas são muito femininas, olha o homem que tá com ela! Lindo, o [modelo] Jesus [Luz]!

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

Tais desnaturalizações não acontecem sem produzir resistência, a qual pode ser observada na sequência da conversa, quando a masculinidade – ou heterossexualidade – do companheiro de Madonna é questionada pelos jovens.

Sérgio: E aquele é homem?

Nádia: Agora todo o homem que é bonito é veado!?

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

Ter um corpo musculoso também se associa à representação de força, de brutalidade, essencialmente atribuída aos homens. Evidencio certa resistência em compartilhar tal representação com o feminino:

Sérgio: Não dá! Senão a gente vai apanhar! O homem é quem bate.

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

Além do corpo biológico das mulheres, que era/é considerado mais frágil/fraco que o dos homens, o fato de se dedicarem às tarefas domésticas e à educação dos/as filhos/as reafirmava representações de fragilidade porque nelas se associam sensibilidade e dedicação. A possibilidade de os homens exercerem outras funções, ocupando-se das atividades domésticas e dos/as filhos/as, desestabiliza as representações hegemônicas de corpo, de gênero e suas hierarquizações.

Um dos jovens lembra um comercial de televisão que apresenta uma mulher bem-sucedida profissionalmente, que compra um carro para o marido. Diferentemente do padrão, nesse comercial é o homem/pai/marido quem se ocupa das tarefas domésticas e do cuidado com os/as filhos/as. A proposta de experimentar lugares/tarefas quase que exclusivos do outro gênero agrada os/as jovens, que percebem ganhos com tal flexibilização:

Miguel: Quando é a mãe que cuida de tudo e acontece alguma coisa com ela, as crianças vão sentir muito.

Marcos: Show de bola.

Nádia: Interessante se colocar no lugar do outro.

Carlos: Acaba aproximando as pessoas.

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

A mídia, imersa em relações de saber-poder, constrói significados que podem ser constituintes de sujeitos, sendo, como afirma Giroux (1995) uma potente arma da hegemonia cultural. Percebe-se, porém, que seu investimento pode voltar-se para a pluralização das representações do que é ser homem e o que é ser mulher, reformulando a cultura e possibilitando a construção de novas subjetividades.

Será a flexibilização das representações contemporâneas de masculinidades e feminilidades uma possibilidade de reformulação da relação entre violências e gênero? Percebe-se um movimento de multiplicidade de entendimentos de masculinidades e feminilidades, num exercício possível de fortalecimento da criação e da singularidade. O sujeito constitui-se de identidades plurais e por vezes contraditórias, em constantes lutas por significado nas relações constituintes de masculinidades e feminilidades.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2005, p. 12-13).

Foram apresentadas aos/às jovens propagandas com diferentes representações de masculinos e femininos, as quais produziram comentários:

Miguel: Eu sou bem organizado! No quarto da minha irmã sim, tem que entrar de lado.

Graziele: E que eles não têm tantos acessórios. O homem coloca uma camiseta e tá pronto. Mulher não!

Tais: É mesmo!

Graziele: Tem maquiagem, se veste 10 mil vezes pra ver se ficou bem.

Miguel: E a roupa não volta pro guarda-roupa, fica na cama, no chão.

Carlos: Eu troco de roupa várias vezes, e também uso creme.

Paula: A gente tá se confundindo! O que é coisa de homem pode ser coisa de mulher?!

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

Dentro do padrão de masculinidade e/ou feminilidade, acontecem variações do que se diz ser coisa de homem ou coisa de mulher. Eles/as respondem, reagem

e participam dessa construção de forma ativa, não são simples receptores/as das pedagogias culturais.

A seguir, continuo tratando de identidades e diferenças, articulando agora sexualidades e gênero.

4.2 *Era uma vez outra Maria: as sexualidades articulando modos de ser homem e ser mulher*

Uso como título desta unidade de análise outro material empírico utilizado em um dos grupos focais, que problematiza os possíveis e diferentes modos de viver a sexualidade de homens e mulheres, trazendo o conflito vivido que se expressa em imperativos do tipo: Menina não senta de perna aberta! Meninos podem/devem se masturbar! O título sugere a reedição da história da personagem Maria, que pode ser numa outra versão, ou não.

Ao mesmo tempo em que fala de Maria, também fala de João e da implicação da mudança de um na vida do outro. Trata-se do exercício que faço ao analisar aqui as possibilidades de fissuras no que se entende como normativo das identidades sexuais articuladas às identidades de gênero.

Pela centralidade da sexualidade em nossa cultura, é grande o investimento feito no sentido de regular e modelar os corpos de homens e mulheres. Trata-se de um espaço de disputas em que se promove a marcação de diferenças. Se cabe aos homens a representação daquele que é mais ativo sexualmente, às mulheres cabe o lugar da passividade. Segundo Miguel Almeida (1995), a atividade e a passividade seriam ações que demarcariam as noções fundamentais de masculino e feminino. Aos homens está também associada a *obrigação* de provar sua sexualidade de maneira privada e pública, definindo-se como o *homem de verdade*, o pegador, o heterossexual.

Algumas falas dos/as jovens tendem a reafirmar o pensamento generificado que essencializa o comportamento sexual, resultado de práticas pedagógicas culturais.

Deisi: Se o homem sair e fica com várias é o gostosão. Se for uma mulher, ainda vai ser chamada de galinha.

Paula: Tá mudando, mas as mulheres ainda são criticadas.

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

Ainda faz parte de nossa cultura considerar que os homens sentem mais desejo que as mulheres, que os homens têm mais dificuldades em controlar seus impulsos sexuais, construções identitárias que justificam alguns comportamentos e culpabilizam outros: “homem que é homem está sempre em prontidão, seja para brigar e competir, seja para ter relação sexual com quem se apresente” (Elaine SILVEIRA, 1999, p. 68). É corrente a associação entre corpo/pênis e masculinidade, virilidade e atividade sexual. Ser ativo e viril compõe o que se nomeia, em alguns grupos culturais, como honra masculina.

Uma definição de virilidade é: “Plenitude da capacidade sexual do homem. Esforço, vigor, coragem”³². Trata-se, então, de um adjetivo associado *essencialmente* ao masculino? Mulheres não poderiam ser viris?

Um componente histórico da masculinidade é aquele que diz respeito à potência sexual, que pode ser expressa de muitas forma, dimensões do pênis, capacidade de comportar-se como um atleta no momento da relação sexual, capacidade de exercer forte atração sobre as mulheres etc. (SEFFNER, 2004, p. 234).

Considerando o caráter relacional da construção dos gêneros, o exercício da sexualidade feminina por muito tempo ficou atrelado a sentidos de recato: “cautela, resguardo, prudência, honestidade, pudor, modéstia”³³.

Heloísa Turini Bruhns (1995), analisando romances de 1950 e depoimentos de 1975, refere a semelhança nos padrões referentes às posições de homens e mulheres em uma relação afetiva: a iniciativa deve ser masculina, a resistência da mulher é valorizada pelo parceiro. Na contemporaneidade ainda estão em vigência tais padrões? No trabalho com os/as jovens, evidenciam-se espaços de rupturas quando o assunto é a relação afetivo-sexual entre homens e mulheres.

Miguel: Acho que ser chamada de galinha é uma violência para as gurias.

Maria: Eu acho que não!

Carlos: Então é porque elas merecem.

³² Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/virilidade>>. Acesso em: 11 jun. 2011

³³ Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/recato>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

Miguel: Ah é! Então vocês acham que ser chamada de galinha não é violência! Então vou chamar vocês!

Paula: Pode chamar!

[4º encontro do grupo focal, 9 set. 2010]

Ser chamado/a de galinha (referindo-se a homens e mulheres) era um item que constava na relação de possíveis situações de violências de gênero que lhes apresentei. Cabia aos jovens excluir tal situação da relação ou, se a mantivessem ali, deveriam classificá-la. Na discussão do grupo focal, as jovens não demonstram preocupação em serem chamadas de *galinha*, enquanto que os rapazes insistiam em classificá-la logo em quarto lugar na lista de violências de gênero. As moças só atenderam à solicitação dos jovens depois de certa insistência, classificando em sétimo lugar, de menor para maior violência, sendo 12 as violências relacionadas.

Os jovens demonstraram maior *preocupação* com as condutas das jovens/mulheres e com a forma como são nomeadas do que elas próprias. Tal situação pode estar implicada com a importância da nomeação do/a outro/a na *minha* nomeação. Como é nomeado um namorado/marido/pegador de uma guria classificada como galinha, num contexto em que honra masculina está associada com virilidade, força e exclusividade?

Para Linda Nicholson (2000), é no século XVIII que o corpo passa a ser usado como recurso para atestar a natureza da diferença entre os humanos, passando de uma marca de distinção para a causa que dá origem à distinção: mulheres e homens passam a ser entendidos em termos binários e em oposição. O determinismo biológico inscreveu-se na cultura para explicar dimensões da vida social. A menstruação e a reprodução, por exemplo, foram e talvez ainda sejam alvo de uma série de mitos que variam de sociedade para sociedade, que imprimem a noção de que o corpo feminino deve ser mais cuidado que o masculino, delimitando espaços de poder. As representações sociais do corpo feminino apontam/apontaram para a necessidade de se exercer um controle sobre o mesmo, determinando a casa como o lugar das mulheres, com importantes interdições ao seu ingresso no mundo público. Esse período histórico ocupou-se em manter sob controle a sexualidade feminina como forma de preservar o patrimônio, a família, a honra masculina, atribuindo características diferentes para cada sexo. É um exercício que tem como fim garantir a norma da cultura, na qual se reiteram marcas identitárias. “Para que se

compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres em uma sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (LOURO, 1997, p. 21).

Num dos momentos do grupo focal, durante a apresentação da animação *Era uma vez outra Maria*, na cena da masturbação masculina ouviram-se risos e o comentário:

Sérgio: O homem tem orgulho do filho! [na cena o pai vê o filho indo ao banheiro com uma revista pornográfica]
[3º encontro do grupo focal, 30 ago. 2010]

De outro modo, na cena da masturbação feminina observou-se certo incômodo por parte de algumas meninas, com o comentário:

Sérgio: Agora a guria vai querer também!
[3º encontro do grupo focal, 30 ago. 2010]

Se, dentro de um padrão de normalização, ao homem está associada uma maior *liberdade* com relação ao exercício de sua sexualidade, o que dizer das relações homossexuais?

4.2.1 Sobre a heteronormatividade³⁴

Na perspectiva adotada neste estudo, compreende-se que os sujeitos têm identidades plurais, constituídas pela articulação entre nacionalidade, etnia, classe social, pertencimento religioso, gênero, sexualidade etc., cabendo considerar que no atual momento histórico da cultura ocidental as dimensões de gênero e sexualidade são as que “efetivamente funcionam quando se procura definir ‘quem é’ o indivíduo [...] o sexual veio a constituir-se num elemento de fundamental importância quando alguém fala das verdades de si” (SEFFNER, 2006, p. 87, 90). Conforme Débora

³⁴ Reprodução e reiteração de uma norma heterossexual, segundo a qual todas as pessoas são, ou deveriam ser, heterossexuais.

Britzman (1996), nessa cultura a forma como se faz sexo importa tanto que se torna sinônimo de nossa identidade e de nosso gênero. Por identidade sexual, entendem-se as formas como cada um/a vive e busca seus prazeres e desejos sexuais, enquanto a identidade de gênero é construída a partir da identificação histórica e social como masculino e feminino.

Pode ser observado nas falas dos/as jovens informantes desta pesquisa que muitas vezes identidades de gênero são confundidas com identidades sexuais, traduzindo-se em uma noção singular que funde gênero e (hetero)sexualidade, como se apenas o sexo biológico estabelecesse as diferenças entre homens e mulheres, descartando-se os aspectos sociais, históricos e culturais. Investe-se na ideia de que há apenas dois sexos e dois gêneros, “e uma única possibilidade de vivência sexual” (SEFFNER, 2006, p. 91). Tal padronização acaba por produzir identidades consideradas desviantes e *falhas*, hierarquizando os sujeitos, qualificando o outro como inferior, anormal. Explicações polarizadas, dicotômicas, acabam por fixar os indivíduos em dominantes e dominados, fortes e fracos, marcando a superioridade de uns sobre outros, instaurando-se a discriminação. Aos considerados inferiores, resta repulsa, isolamento, violência. Desconstruir essa polarização implica dizer que existem múltiplas formas de sermos homens e mulheres, que sujeitos masculinos e femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais, colocando a norma sob rasura.

A confusão entre sexo e gênero fica mais evidente quando há uma transgressão das fronteiras generificadas, que procuram garantir a norma:

Deisi: Eu saí com um cara que em cada espelho que a gente passava, ele parava. Eu que sou mulher não faço isso! Talvez ele queira ser e não tenha coragem. Tem muitas coisas de mulher nele.

[3º encontro do grupo focal, 30 ago. 2010]

Aqui, a vaidade masculina é traduzida como uma transgressão que coloca sob suspeita a sexualidade, colocando em alerta a ordem heterossexista e sua hierarquia. O sujeito é situado em relações de poder complexas que produzem e dão significado a identidades, que por sua vez precisam ser controladas e reguladas (LOURO, 1995). Segundo Judith Butler, citada por Louro (1997, p. 32),

[...] é crucial manter uma conexão não causal e não redutiva entre gênero e sexualidade. Exatamente devido ao fato de a homofobia operar muitas

vezes através da atribuição aos homossexuais de um gênero defeituoso, de um gênero falho ou mesmo abjeto, é que se chama homens gays de “femininos” ou se chama mulheres lésbicas de “masculinas”.

Chamamos de homofobia a atitude de hostilidade para com aqueles/as que não seguem a heteronormatividade, “uma obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante” (BRITZMAN, 1996, p. 79). A homofobia pode expressar-se em uma espécie de “terror em relação à perda do gênero” (LOURO, 1997, p. 28) e geralmente está associada aos sujeitos masculinos. São os meninos o alvo de maior atenção, no sentido de garantir o exercício da heterossexualidade.

Desde os primeiros anos de vida várias instâncias sociais, em especial a família e a escola, realizam um investimento continuado e cuidadoso no sentido de garantir a aquisição da heterossexualidade. Parece um contrassenso a realização de um esforço tão grande para assegurar algo que, a princípio, deveria ocorrer naturalmente, seguindo a própria imposição da natureza. (LOURO, 2000, p. 69).

Evidencia-se, ainda, uma insistência na busca de uma estabilidade na articulação entre sexo e gênero, através das muitas pedagogias que circulam na cultura, procurando evitar o que o conhecimento médico definiu como “desordem de identidade de gênero na infância”³⁵.

Criança pode escolher ser menino ou menina? Uma matéria veiculada no jornal *Zero Hora*³⁶ responde:

Os pais não precisam se preocupar se o filho gosta de brincar com bonecas ou se a menina prefere se divertir com carrinhos ou espadas. Para o psicanalista Roberto Barberena Graña, autor do livro *Transtornos da Identidade de Gênero na Infância* (Editora Casa do Psicólogo, 282 páginas), a preferência só se torna preocupante se for corriqueira, obsessiva. Se os padrões puderem ser analisados precocemente, é possível corrigi-los – afirma Graña... Sexo é trabalho da genética, gênero se constrói. Para que os dois andem em harmonia na vida de uma criança, é preciso ter identidade de homem ou de mulher e perceber os símbolos e significados do que é masculino e feminino.

O conceito de identidade utilizado na matéria citada está inscrito em uma teorização diferente da que é utilizada neste estudo. O referido profissional fundamenta-se nos estudos da Psiquiatria, em específico na Psicanálise, considerando a conflitiva intrapsíquica como estruturante identitário. Trata-se de

³⁵ Conforme o DSM-IV (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, da Associação Americana de Psiquiatria), sob o código 302.6.

³⁶ Reportagem de Anelise Zanoni, intitulada *Criança pode escolher ser menino ou menina? Veja o que os especialistas dizem*, publicada no caderno *Donna*, jornal *Zero Hora*, 16 ago. 2010.

uma linguagem legitimada academicamente que constitui os sujeitos de quem fala, o que neste estudo provoca problematizações: Por que a preferência por brinquedos que não correspondem ao padrão de normalidade entendida como daquele sexo se torna preocupante? Como e quem define quais são os símbolos e significados de masculino e feminino que andam em harmonia?

As identidades sexuais inscrevem-se nas representações de masculinidades e feminilidades, e na perspectiva teórica desta dissertação procura-se flexibilizar os modelos cristalizados produzidos e reproduzidos, entendendo que se trata de uma alternativa criativa e produtiva para relações menos discriminatórias de homens para com mulheres, de mulheres para com homens, de homens para com homens e de mulheres para com mulheres.

Outra dinâmica do grupo focal foi a apresentação de um fragmento do filme *Será que ele é?*, quando os/as jovens foram convidados/as a pensar sobre um possível teste de masculinidade e de feminilidade. O grupo colocou logo de início:

Sérgio: Homem que é homem não faz teste pra saber! Se tiver dúvida é boiola.

Miguel: É, ele tem que ter certeza, não tem que ter dúvida.

[3º encontro do grupo focal, 30 ago. 2010]

Se por um lado as moças consideram gestos delicados – como ajeitar os óculos com as duas mãos – um comportamento não masculino, os/as jovens admitem que a masculinidade é um atributo difícil de ser testado. Exemplificam relatando um programa de TV intitulado *As aparências enganam*, cuja proposta era descobrir quem era casado, quem era solteiro e quem era gay.

Fica evidente a associação entre masculinidade e heterossexualidade, fixando-se primariamente nesse atributo a definição de *homem*. Colada na heterossexualidade está sua demonstração voraz e viril:

Graziela: Geralmente os guris logo querem ficar com a pessoa, não tem muita conversa, sabe. Tem trova muito barata.

Paula: É assim, tipo, “minha bola desceu, rola ou não rola”.

[3º encontro do grupo focal, 30 ago. 2010]

O homem que assumir sua homossexualidade deixaria, nessa perspectiva, de ser homem/masculino, como o cantor Rick Martin que, antes de assumir-se gay era considerado um ícone da masculinidade. Nesse caso, a *perda* da masculinidade reflete-se inclusive no prestígio do profissional.

Nadia: Rick Martin era o homem, mas agora se revelou veado!

Marcos: Enquanto a pessoa não assumir é difícil.

Graziela: Ele não era masculino. Ele disse que tava saindo com mulheres só pra não ter preconceito. Tem homens que gostavam de ouvir suas músicas, como o meu irmão. Agora ele não ouve mais.

[3º encontro do grupo focal, 30 ago. 2010]

Segundo Tânia Swain (2009, p. 390), “uma heterossexualidade normatizadora imbrica-se hoje a um dispositivo da violência, que incita e cria, regula e determina os poderes sobre a vida e a morte”. É uma violência que se refere ao controle, à disciplina e ao destino biológico dos corpos, em uma divisão sexuada do ser humano, que acaba por produzir verdades inclusive sobre diferenças e desigualdades.

Dentro das múltiplas forças que regulam e moldam a cultura, encontramos a centralidade do masculino, que, numa articulação com o exercício da sexualidade, toma os homens como alvo de rígido controle. Evidencia-se uma reiteração da heterossexualidade em uma lógica heteronormativa, que exige uma maior vigilância sobre o corpo masculino, pela qual se autoriza, inclusive, violência de homens para com homens, de maneira a garantir o cumprimento da norma. “Quanto mais importante – mais ‘central’ – se torna a cultura, tanto mais significativas são as forças que governam, moldam e regulam” (HALL, 1997, p. 35).

A produção de identidades liga-se estreitamente ao processo de construção de representação acerca dos grupos sociais e do indivíduo, feitas pelos próprios interessados e por outros em seu nome, num processo que tem evidentes implicações com as questões da política e do poder, uma vez que as representações experimentam posições hierárquicas e valorização diferenciada no mundo social. (SEFFNER, 2003, p. 20).

Quando questionados/as sobre um teste de feminilidades, também há uma associação com a heterossexualidade, mas a vigilância é menor do que para com a masculinidade. Os/as jovens consideram violência um homem ser chamado de boiola, mas não uma mulher de sapatão.

Graziela: Mulher joga bola, faz de tudo e não é considerada sapatão, só ostras mesmo.

Paula: Acho mais difícil um teste de feminilidade.

Graziela: É, parece que os homens têm que se diferenciar mais. Homem que faz coisa de mulher é gay, mas mulher... tipo de cor, se homem gosta de rosa é puto, mulher não tem isso.

[3º encontro do grupo focal, 30 ago. 2011]

Seguindo no tema sexualidade, desenvolvo na sequência a temática da violência sexual.

4.2.2 Violência sexual

Destaco aqui a violência sexual em detrimento de outras formas de violência em função da escolha dos/as jovens, ao considerá-la como a mais grave das situações de violências de gênero.

Passo a relatar um caso real, que foi apresentado aos/às jovens deste estudo num dos grupos focais. Uma jovem universitária, em outubro de 2009, teve que sair escoltada pela polícia da universidade que frequentava por ter sido alvo de constrangimentos, incluindo tentativa de estupro. A justificativa da conduta dos colegas estudantes é que ela não estaria usando roupas apropriadas para uma universidade. A aluna usava um vestido curto, vestimenta comum entre as jovens nas festas noturnas.

Os/as jovens foram convidados/as a expressarem suas opiniões sobre o episódio.

Cássia: Ela deu margem pra isso!

Carlos: Ela sim é puta!

Deisi: O vestido era muito curto!

Sérgio: É um bando de veado que não gosta de mulher!

Nádia: Ela podia ter levado o vestido na bolsa e ter trocado depois.

Cássia: É um lugar pra estudar, não pra ficar se mostrando. Faltou postura da parte dela.

[5º encontro do grupo focal, 16 set. 2010]

Mulheres e homens fazem parte da cultura e são subjetivados pelas e nas práticas sociais que ali se estabelecem. Cabe a cada sujeito, independentemente de seu sexo, aceitar ou não essas significações que circulam na cultura. Não se trata de uma liberdade total de escolha, mas de uma relativa liberdade que está atrelada às relações de saber-poder. Se acatamos a representação de que os homens estão sempre disponíveis para uma relação sexual e, diante de uma situação estimulante, não conseguem *se segurar, são fracos*, a atitude dos jovens universitários encontra justificativa plausível. Segundo a jovem informante, os homens estariam comportando-se conforme a sua “natureza”. O mesmo não pode ser dito da estudante, que não *se comportou* conforme o que se *espera* de uma mulher. Ao vestir-se de forma provocante, estaria demonstrando seu desejo de manter relações sexuais, o que justificaria um estupro. O que, por sua vez, não seria considerado estupro, mesmo diante da negativa da mulher, já que o *não* da mulher pode ser significado pela cultura como uma forma de sedução feminina. Uma violência que produz outra violência, também de gênero, na qual a mulher é culpabilizada.

Por outro lado, a conduta dos universitários foi condenada por um dos jovens informantes que afirma:

Sérgio: Ela tinha o direito de ir com o vestido que quiser, não é puta coisa nenhuma.
[5º encontro do grupo focal, 16 set. 2010]

O estupro foi classificado pelos/as jovens como a mais grave das situações de violência de gênero. Contudo a situação relatada acima não é consenso entre os/as jovens, não recebendo o mesmo tratamento, o que remete à pergunta deste estudo, sobre a possível articulação entre produção de masculinidades e feminilidades e produção de violências de gênero.

Ainda sobre estupro, em mais uma situação desencadeada a partir da animação *Era uma vez outra Maria*, os comentários foram:

Maria: Ela bebeu, acabou sendo estuprada!
Miguel: Ele foi muito machista.
Sérgio: É!
Fernando: A mulher também quis fazer!
Graziela: Ele é um ignorante.

Kátia: Muitos homens são imaturos.

Deisi: É do instinto!

[3º encontro do grupo focal, 30 ago. 2010]

Esses comentários reiteram uma responsabilização feminina pela violência sofrida (ela bebeu), e de certa forma desculpam o masculino, que correspondeu ao que lhe foi ensinado, ou à sua *natureza de macho*.

Citando Daniel Welzer-Lang, Grossi (2004, p. 9) remete a uma “sexualidade predadora masculina”, a qual seria o ponto nodal da constituição do gênero masculino; uma sexualidade masculina apoiada na representação de que as mulheres devem ser consumidas, o que se evidencia, sobretudo, em revistas pornográficas, que transformariam, segundo o autor, as mulheres em *mulheres de papel*. A masculinidade está estreitamente ligada à virilidade. *Homem que é homem é viril*, sendo o assédio sexual, nessa perspectiva, justificado pela natureza, pelo instinto masculino. O exercício da sexualidade é incorporado pela cultura como um importante componente da masculinidade, podendo ser considerada como um imperativo da cultura que acaba, também, por fazer dos homens seus reféns, com um mínimo de liberdade de escolha.

Entendendo a sexualidade como um imperativo da cultura, ela também o é para as mulheres, considerada um componente de sua qualidade de vida. A forma de exercê-la é que é diferente para homens e mulheres, baseando-se, para estas, em um código moral que se reporta à honestidade. O que faz de uma mulher honesta? A virgindade? O recato? O estado civil? A estudante não seria uma mulher considerada honesta? E homens honestos teriam uma similaridade de significação?

De acordo com Maria Berenice Dias³⁷, homens honestos são aqueles que têm um emprego, que procuram suprir a família de bens materiais e pagam suas contas em dia. Na nossa cultura, para os homens – sobretudo para os homens de determinados grupos – não há restrições com relação ao exercício da sexualidade, desde que se garanta a heteronormatividade. Mulheres honestas são as *mulheres de um homem só*, referindo-se ao exercício da sexualidade feminina, construções que podem justificar e legitimar violências, de certa forma buscando garantir esse padrão normativo associado à honra masculina.

³⁷ Em palestra realizada em Bento Gonçalves, em agosto/2010, por ocasião do III Seminário da Lei Maria da Penha.

Um movimento de resignificação dessa moralidade social foi a mudança do Código Penal que aconteceu em 2005, quando se alterou a definição de crime sexual – que era “ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude” –, o que oferecia a possibilidade de interpretação de que, se a mulher não fosse honesta, o crime seria justificável, podendo o autor ser absolvido.

O termo *mulher honesta* foi excluído do Código Penal, mas a cultura ainda o tem em consideração. Serão necessários outros investimentos para sua resignificação, através de outras pedagogias. O que remete à fala de uma jovem:

Bruna: Se ela aprende isso desde pequena, é isso que ela vai querer, não tem muito como ser diferente.

[6º encontro do grupo focal, 24 set. 2010]

Associado à representação de uma mulher honesta está o amor, próximo item deste capítulo, no qual aponto para similaridades e diferenças nos modos de amar de homens e mulheres.

4.3 Entre encontros e desencontros de amor

Kátia: É uma opção dela querer transar ou não, mas eu acho que a pessoa só deve... se gostar muito, se ela amar...

Miguel: E se for paixão à primeira vista?

Marcos: Só vai ser chamada de puta se ele pagar.

[4º encontro do grupo focal, 9 set. 2010]

Apesar de muitos/as poetas e poetisas, filósofos/as e escritores/as considerarem o amor a essência do ser humano, classificando-o como um sentimento intrínseco e universal, neste estudo ele é entendido como uma construção histórico-cultural investida de muito valor: “sem amor estamos amputados de nossa melhor parte” (Jurandir Freire COSTA, 1998, p. 11). Trata-se de uma construção que está associada ao envolvimento entre dois seres, sugerindo uma ideia de completude e felicidade plena. Ele é entendido como romântico quando “é regido por uma idealização que se estende aos seguintes aspectos: a ideia de intensidade (em si mesmo e no outro, para quem o amor se destina), a concepção

de completude, de eternidade e de entrega” (Jane FELIPE, 2006, p. 11). Tais definições contemplam as relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres, e também a multiplicidade das vivências amorosas (mulheres que amam mulheres, homens que amam homens).

Os/as jovens informantes dizem:

Kátia: Eu acho que ficar junto só tendo amor.
Lúcia: E a pessoa tem que pensar bem!
Kátia: Até porque se promete ficar junto na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, até que a morte nos separe. A gente quer ser feliz pra sempre.
[5º encontro do grupo focal, 16 set. 2011]

Felipe aponta para algumas características da idealização do amor romântico. Segundo ela, o sujeito que ama acredita que seu amor é maior do que qualquer outro; que um nasceu para o outro e se completa, *devendo* este amor ser mantido durante toda a eternidade. O amor romântico pressupõe que um conte *tudo* ao outro numa entrega incondicional. A autora segue apontando que “o casamento parece ser o coroamento do amor, em detrimento de outras modalidades de relação” (FELIPE, 2006, p. 3).

Tanto homens como mulheres são subjetivados/as para encontrar alguém para amar, porém são subjetivados de formas diferentes, através de pedagogias culturais, também conforme suas identidades de gênero.

A possibilidade de ser feliz sem alguém ao lado definitivamente não faz parte dos discursos em torno do amor romântico de nossa sociedade... Enquanto solteira, a pessoa já é vista com um certo estranhamento: aos homens é atribuída desconfiança da heterossexualidade e às mulheres, a probabilidade de serem pessoas difíceis de conviver, com um “gênio ruim” ou uma feiura repulsiva. (Suyan PIRES, 2009, p. 93).

Giddens (1992) apontou para o aspecto subversivo da ideia de amor romântico. Para ele, no amor romântico, homens e mulheres não se colocam da mesma forma na relação. Se em nossa sociedade o homem é percebido como um ser autônomo e produtor de sua existência, e a mulher, como aquilo que o homem não é, o encontro dos dois, através do casamento, é apresentado de maneira radicalmente diferente para um e para outro. Argumenta o autor que, nas culturas ocidentais, às mulheres caberia a manutenção do sentimento e da instituição do casamento, enquanto aos homens caberia o encontro sexual. Apesar de algumas

variações, as cerimônias de casamento ainda apresentam essa relação desigual, com a *entrega* da mulher/filha para o marido, o outro homem da sua vida.

Os contos de fadas também podem ser considerados artefatos da cultura que, ao constituir meninos e meninas, interferem em suas escolhas afetivas e de conjugalidade. Nos enredos dos contos infantis tradicionais, o amor e o compromisso são idealizados, dando ênfase aos sonhos das princesas e à sua espera pelo príncipe. Cabe a ele, por sua bravura, livrá-la de todo mal e oferecer-lhe a felicidade eterna.

Uma matéria de opinião que circulou no mês de março, em um dos jornais da cidade de Bento Gonçalves (onde este estudo se realizou), parabenizou as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, dando destaque especial àquelas “mulheres que ainda acreditam em contos de fadas e que confiam na sua natureza capaz de mudar um homem” (*Jornal Serra Nossa*, 11 mar. 2011, p. 2). Muitas colocações como essa poderiam ter sido encontradas em outras matérias da mídia, aqui ou em outro lugar do Brasil. Trata-se do resultado de processos educativos que, dentre outras coisas, produzem um raciocínio generificado que tem efeitos nas relações entre homens e mulheres, reafirmando e garantindo determinada ordem social através do exercício de redes de saber-poder específicas. Conforme diz Zandra Arguello (2005), as características definidas para os gêneros não são meramente descritivas; elas constituem sujeitos de uma cultura, “exercem uma ação produtiva” (p. 71). Referem-se a uma forma de relação de saber-poder que, segundo Celi Pinto (1989, p. 36), “está definitivamente associada à sua capacidade de responder a demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições de sujeito”.

As relações amorosas e sexuais entre os/as jovens, de certo modo, procuram romper com esses discursos, construindo outros saberes/poderes que circulam na cultura, em meio a muitas outras mudanças sociais e culturais que vêm se configurando. São relações que estão sempre em atividade e demandam negociações, revoltas, alianças.

Na medida em que nosso mundo contemporâneo é marcado pela contingência, pela instabilidade, mobilidade e transitoriedade, é provável que vejamos mudanças nos modos como nos relacionamos com os nossos corpos e com a nossa sexualidade. Nesse sentido, é bem provável que as relações amorosas na contemporaneidade estejam diferentes – mais temporárias, provisórias, contingentes. (SOARES, 2010, p. 3)

Dizem as jovens:

Nádia: Eu acho que agora a mulher tá muito pra frente, pegando muito, os homens tão ficando pra trás. O que é bem legal!

Lúcia: Ainda é papel do homem chegar na mulher. Eu acho vulgar quando é a mulher que chega.

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

Se algumas jovens referem que gostariam de manter o padrão do relacionamento homem/mulher, aguardando pela iniciativa dos homens para sair, dançar, namorar³⁸ – inclusive qualificando o contrário como uma atitude vulgar por parte das mulheres –, os rapazes ponderam que tal conduta agrada e valoriza os homens, sem que isso desvalorize as mulheres.

Marcos: Acho que é bom, desse jeito valoriza os homens.

Carlos: É sempre a gente que corre o risco de levar um fora.

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

Observa-se que, nas falas dos/as jovens, existem continuidades e descontinuidades no que se compreende por relacionamento afetivo-sexual entre homens e mulheres, que multiplicam os significados de amor e namoro para incluir *pegação*, *ficação* etc. Se hoje é aceitável uma jovem tomar a iniciativa da relação, trata-se do resultado da ação de micropoderes cotidianos que foram oferecendo resistência às relações de poder estabelecidas. Segundo o dicionário³⁹, resistência é qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo; oposição, reação, recusa de submissão à vontade de outrem. Para Foucault (2007), a condição permanente da existência do poder é a existência de uma “insubmissão”. As relações de poder encontram, então, limites para o seu exercício, em que poder e resistência existem em atração recíproca e inversão perpétua. A cada situação nova

³⁸ Cito algumas manchetes de revistas femininas das décadas de 1950 e 1960: “A mulher deve estar ciente que dificilmente um homem pode perdoar uma mulher por não ter resistido às experiências pré-nupciais, mostrando que era perfeita e única, exatamente como ele a idealizara.” (*Revista Cláudia*, 1962); “Mesmo que um homem consiga divertir-se com sua namorada ou noiva, na verdade ele não irá gostar de ver que ela cedeu.” (*Revista Querida*, 1954); “O noivado longo é um perigo, mas nunca sugira o matrimônio. Ele é quem decide – sempre.” (*Revista Querida*, 1953). Disponível em: <<http://agravataflorida.wordpress.com/2010/09/22/mentalidade-das-revistas-femininas-nas-decadas-de-50-60-e-de-hoje/>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

³⁹ Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/resistencia>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

que promova instabilidade nas relações sociais e culturais, surge a possibilidade de se estabelecer também novas relações de poder, num movimento de inversão.

Essas relações de poder entre os gêneros são evidenciadas nas discussões dos grupos focais, ora com a aceitação de um modelo de relacionamento, ora com contestações a esse modelo.

Para os/as jovens informantes de meu estudo, os homens seriam considerados como mais “*livres*” que as mulheres, permitindo-se sair mais, curtir mais a vida, curtir “*todas*”, não tendo preocupação em constituir família. Trata-se, porém, de características que também são elencadas para sujeitos do gênero feminino, apontando para uma fissura nas representações de homem e mulher e para a multiplicidade de modos de ser.

<p>Maria: A maioria [dos homens] querem curtir todas. Não querem ficar com uma só. [palmas]</p> <p>Deisi: Tem algumas mulheres que também querem isso.</p> <p>Maria: É verdade!</p> <p>[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]</p>
--

Como, então, buscamos a realização do *amor*, esse sentimento tão valorizado pela cultura, que é visto como da natureza humana, como aquele que dá sentido à nossa existência? Tudo vale por amor? Qualquer coisa é justificada por amor?

4.3.1 (In)Fidelidades e violências

No Brasil, até 2005, o Código Penal Brasileiro classificava a infidelidade (adultério) como violência, considerando-a como crime (artigo 240 do Código Penal, revogado pela Lei 11.106/2005). Para os/as jovens informantes deste estudo, a fidelidade é uma condição desejável quando se trata de um relacionamento como casamento ou união estável, podendo, ainda, a traição ser entendida como uma violência, não importando se o traidor for homem ou for mulher. Conforme as tipologias de violências apresentadas nesta dissertação, e que compõem as políticas

públicas, poderíamos classificar a infidelidade como uma violência psicológica⁴⁰, por seus possíveis efeitos sobre a constituição dos sujeitos que, conforme os/as jovens, se comprometeram mutuamente no casamento.

Miguel: Tu confia muito em uma pessoa e ela te trai... Sacanagem, é violência sim.

Paula: É uma falta de respeito!

Graziele: Não considero violência, mas pela gravidade da situação...

Carlos: Se o casal não tá se entendendo tem que se separar. É pra isso que tem a separação.

Paula: Não tem como ficar junto mesmo.

Lúcia: Mas e o compromisso!?

[5º encontro do grupo focal, 16 set. 2010]

Se a separação é vista como uma possibilidade de resolver o conflito oriundo da infidelidade, uma jovem lembra o compromisso firmado por ocasião de um casamento. Mantém-se a relação apesar da infidelidade? Talvez a diferença esteja no entendimento, e sentimento, de cada um/uma sobre infidelidade ser ou não uma violência psicológica.

Ocupo-me mais atentamente, nesta análise, do quanto as infidelidades podem ser motivo para desencadear outras violências, incluindo o homicídio ou o femicídio⁴¹.

A: Por ciúmes, o namorado da minha irmã bateu nela, mesmo gostando dela. Trancou-a dentro de casa, ele foi preso, perseguiu ela por um bom tempo, até que ela foi morar em outra cidade.

[Entrevista individual no período de observação]

Em uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010), os homens autores de agressão foram questionados: “Você saberia dizer por que aconteceu isso? Por quais outras razões você bateu nela?”. Dos entrevistados, 46% responderam que a violência aconteceu por ciúmes; por pensar que ela pudesse estar lhe traindo; por se sentir inseguro diante da sua independência; porque quando ela se arruma e fica

⁴⁰ Conforme a Lei Maria da Penha “violência psicológica é entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional ou diminuição de autoestima, ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento [...]”.

⁴¹ Assassinato de mulheres por homens com quem tinham uma relação afetiva e/ou sexual, baseados nas relações desiguais de poder entre os gêneros.

bonita, chama atenção de outros. A pesquisa considerou essa categoria de violência como controle de fidelidade.

Sérgio: Traição? Só matando! Brincadeirainha!
Marcos: Tem homem que mata por ciúmes.
Carlos: Com uma traição terminou tudo.
Paula: Tem que ter um motivo pra ter traído!
Graziele: Tem mulheres e homens que gostam de trair!
Sérgio: Tem que conversar e achar uma solução.
Fernando: Ou se separar.
 [6º encontro do grupo focal, 17 set. 2010]

Alguns dos depoimentos dos/as jovens informantes sobre traição remetem ao final dos anos 1970 e ao início dos anos 1980, quando o movimento feminista passou a denunciar assassinatos de mulheres. Nesse período surgiram as primeiras Delegacias da Mulher e os Conselhos dos Direitos das Mulheres. O caso Ângela Diniz, assassinada por seu namorado em 1976, trouxe para a discussão como o gênero aparece na prática dos julgamentos de crimes contra as mulheres. “Matei por amor” foi a frase dita à imprensa por Doca Street, o assassino de Ângela Diniz, que foi absolvido no primeiro julgamento, saindo do Tribunal de Cabo Frio (RJ) sob aplausos, em 1979. Para Meyer (2009, p. 220), o amor romântico mobiliza algumas das relações de poder de gênero e sexuais “mais naturalizadas e menos problematizadas da cultura contemporânea”, sendo uma das muitas faces que as violências de gênero podem assumir. Na ótica do amor romântico, seria *natural*, por exemplo, cometer loucuras, justificando-se abrir mão de viver a própria vida ou cometer atos criminosos.

Como no primeiro julgamento de Doca Street⁴², o crime de femicídio poderia não levar à condenação, caso se conseguisse provar que se tratava de “legítima defesa da honra”. Era um complemento que não se constituía em figura jurídica, mas que no senso comum acabava por relativizar a *violência contra a mulher*. Os homens podiam ser perdoados por executarem mulheres adúlteras (o que era considerado crime até 2005), já que ela era uma criminosa antes que ele. A representação de que é a mulher que “detém o poder de manter a honra do marido”

⁴² Doca Street, dois anos depois, num segundo julgamento, foi condenado. A promotora recorreu ao slogan “quem ama não mata”, desmoronando a defesa de crime por amor/crime passionai.

(GROSSI, 2004 p. 11) ofereceu, por muito tempo, legitimidade a homens que matavam mulheres, colocando-as em situação de vulnerabilidade.

De outro modo, se em determinado contexto histórico-cultural as mulheres tornam-se vulneráveis por deter o poder sobre a honra do marido, na pesquisa etnográfica de Cláudia Fonseca, na Vila São João, em Porto Alegre, que resultou no livro *Família, fofoca e honra* (2004), isso não se repetiu: a infidelidade da mulher coloca o homem em situação de vulnerabilidade.

Fonseca registrou, durante a pesquisa, frequentes referências a homens *guampudos*, que são ridicularizados por terem sido traídos. A pesquisadora não observou a mesma censura por parte dos vizinhos/as com relação às mulheres adúlteras, “a assimetria do estigma social é evidente” (ibidem, p. 155). Diferentemente dos homens da Vila São João, as mulheres traídas não são chamadas de *cornudas* ou *guampudas*, mas colocadas no lugar de vítimas, o que sinaliza que, nesse contexto, o homem é mais penalizado socialmente com a traição feminina do que a mulher com a traição masculina.

Mesmo considerando que o homicídio de homens por suas mulheres é quase que insignificante comparado aos assassinatos de mulheres⁴³, diante da abordagem relacional que pauta este estudo, também vou me referir a eles.

Analba Teixeira (2009) indica que algumas mulheres resolvem “a dor do amor” matando, o que permite problematizar simplificações baseadas em representações que posicionam, *a priori*, homens como machos/violentos e mulheres como submissas/vítimas. Ato violento não são intrínsecos ao ser humano (nem homens, nem mulheres), e sim resultados de uma construção cultural imersa numa cadeia de significações.

No grupo focal deste estudo, uma jovem relatou:

Nádia: A mãe de Camila não leva desaforo pra casa. Bateu no marido e na mulher que tava saindo com ele.

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

A: Minha mãe tentou matar meu pai com facada, também por ciúme.

⁴³ No período de 1997 a 2007, dez mulheres foram assassinadas por dia, na maioria por seus companheiros atuais ou antigos maridos ou namorados. Trata-se de uma das maiores causas de mortes de mulheres no Brasil (Mapa da Violência 2010).

[Entrevista individual no período de observação]

Quando nos propomos a desconfiar do que a cultura nos apresenta como natural, rompendo com imperativos, escapando de binarismos, encontramos espaços para invenções e, no caso deste estudo, possibilidades para o enfrentamento das violências de gênero. Assumindo que acontecimentos violentos podem ser vividos de muitas formas, tendo como autores homens e mulheres, ampliamos nossas possibilidades de entendimento e intervenções, produzindo novos saberes.

O que dizer, então, sobre as formas de exercer a paternidade e a maternidade, identidades que também tendem a se fixar em padrões culturais rígidos?

4.4 Gênero e parentalidade

A maternidade foi, por muito tempo, tida como um instinto de toda mulher normal. Seria natural o desejo por ser mãe e, tendo um filho ou uma filha, ter por ele/ela um amor irresistível e incondicional. De acordo com Elisabeth Badinter (1985, p. 15), considerava-se que “uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções psicológicas”.

Até 50 anos atrás, a reprodução era representada como um desígnio divino ou destino feminino; pouco ou nada se decidia com relação a ter ou não filhos/as, ou quantos/as filhos/as ter. Com o avanço farmacológico e a produção da pílula anticoncepcional nos anos 1960, houve um significativo avanço na *liberação da mulher*, possibilitando a separação entre reprodução e sexualidade. A reprodução passou a ser vista como uma decisão individual, passível de controle. Foi uma conquista de autonomia sexual e reprodutiva das mulheres e uma desnaturalização do processo reprodutivo, o qual acabava por reduzir a mulher a um corpo reprodutivo que determinava os projetos de vida de uma mulher: ser mãe.

Se esse avanço científico contribuiu com uma possível problematização do amor materno como instinto, Badinter (1980) afirma que continuamos a crer que o

amor de mãe é insuperável, mesmo constatando que alguns pais sejam mais amáveis que algumas mães, e que algumas mães comportem-se de maneira indiferente com relação a seus/suas filhos/as. É estabelecida uma relação de poder desigual na qual se atribui um maior valor à maternidade do que à paternidade, e que acaba por penalizar homens e mulheres. Para as mulheres, a penalização destina-se às que não são mães e às que não são consideradas *boas* mães, a partir dos padrões determinados pela cultura.

Se a autonomia proporcionada pelos métodos contraceptivos dá maior poder à mulher, paradoxalmente, o cuidado com a contracepção tornou-se um encargo *essencialmente* feminino. Para os/as jovens da pesquisa, ambos, homens e mulheres, são responsáveis por uma relação sexual saudável e sem gravidez, mas é da mulher que acaba se exigindo um posicionamento mais efetivo. Ela deve *exigir* o uso do preservativo, ela deve reclamar. Os/as jovens comentam:

Maria: Ela transou sem camisinha e engravidou!

Miguel: Bem feito!

Graziele: Bem feito pra quem?

Sérgio: Pra ela!

Graziele: Pros dois querido!!!

[3º encontro do grupo focal, 30 ago. 2010]

Sobre o pai assumir a paternidade, os/as jovens informantes referem:

Kátia: Muitos homens são imaturos!

Fernando: A mulher também quis fazer!

Kátia: Mas e depois?

Fernando: É!

Kátia: É que eles têm mentalidade menor que a da mulher!

Graziele: É que o homem não assume, então ele não cresce, aí vai ficar no erro.

Deisi: É do instinto!

Sérgio: Não, cada um tem seu estilo!

Miguel: Não é porque uma pessoa faz isso que todo mundo vai fazer! A maioria não é todos. Tem gente consciente também.

Kátia: Tem exceções. Mas lá em casa é assim, meu irmão porque é guri não faz nada dentro de casa. Agora é porque ele trabalha fora, mas antes ele também não fazia. Aí como ele não tem responsabilidade nenhuma, fica cada vez mais imaturo.

Maria: Foi ela quem assumiu o filho, trabalhava, estudava, cuidava da criança.

[3º encontro do grupo focal, 30 ago. 2010]

Ao valorizar a mulher por sua maturidade, acaba-se por atribuir a ela mais responsabilidade, na reafirmação da necessidade de ela controlar seu corpo, o que não é tão exigido do homem.

Por outro lado os jovens do estudo não se sentem representados por esse modelo de paternidade, manifestando-se contra as generalizações e também contra uma naturalização, como se houvesse uma essência masculina.

Jorge Lyra e Benedito Medrado (2000), ao realizarem um estudo sobre paternidade, constataram que “os atos de conceber e criar filhos constituem, inclusive na demografia, experiências humanas atribuídas culturalmente às mulheres, incluindo muito discretamente os homens” (p. 155). Entendendo que maternidade e paternidade são construídas de maneira relacional, não falar dos homens e só falar das mulheres quando nos referimos a gravidez e a filhos/as define um lugar de ausência para o pai e maior responsabilização da mãe. Essa ausência foi apontada, ironicamente, pelos jovens nos grupos focais: *“Agora ele sai correndo!”* (comentário feito durante a apresentação do vídeo, quando ela conta a ele sobre a gravidez). Trata-se de uma ausência considerada pelos/as jovens como uma situação de violência/negligência para com o/a filho/a e também para com a mãe da criança.

Nesse contexto, podemos também falar da violência sofrida pelo pai a partir das construções de masculinidades e da linguagem utilizada inclusive pelas políticas públicas, que pouco visibiliza a paternidade?

Conforme Lyra e Medrado (2000, p. 147), “é necessário identificar como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero, possibilitando efetivamente transformações no âmbito das relações sociais ‘generificadas’, ou seja, orientadas pelas desigualdades de gênero”.

Utilizando outro modelo de representação de paternidade, um dos jovens informantes refere-se ao modelo sueco de licença-maternidade, que em uma de suas variações permite que os pais dividam a licença: metade do tempo o pai fica com o bebê e, na outra metade, a mãe. Trata-se de um movimento de desnaturalização da experiência reprodutiva e do cuidado com os filhos, algo que

essencialmente se reportava ao feminino. Trata-se de um exercício de ressignificar relações sociais generificadas, que demarcaram funções diferenciadas para homens e mulheres, como Carin Klein (2010) desenvolve em um dos tópicos sua tese. A autora assinala a importância de dar visibilidade ao pai, apontando para o caráter relacional de gênero, promovendo a desconstrução de determinadas representações que fixam os sujeitos a identidades essencializadas.

Estudiosos acadêmicos, especialmente na segunda metade da década de 1990 (e aqui cito alguns estudiosos de masculinidades como Seffner, Lyra, Medrado, Connel e Vale de Almeida), passaram também a utilizar o conceito de gênero na sua dimensão relacional de poder, buscando compreender como diferenças podem produzir desigualdades que colocam determinados grupos de homens em situação desfavorável.

Escolho Lyra e Medrado (2008) para exemplificar uma das muitas dimensões produtivas que o conceito de gênero proporciona aos estudos de masculinidades, nesse caso possibilitando um olhar para a dinâmica social que, além de hierarquizar as relações entre homens e mulheres, o faz entre os homens.

Por certo, ao longo da história, as mulheres têm sido alvo de injustiças sociais de ordens variadas e, por mais conquistas que tenham alcançado, ainda está distante poder-se falar sobre uma efetiva igualdade de gênero. Por outro lado, muitos homens em condições sociais (a)diversas também enfrentam, cotidianamente, a impossibilidade/obrigação de responder ao modelo hegemônico de masculinidade. (ibidem, p. 825).

O conceito de gênero, como ferramenta analítica, contribui/contribuiu para colocar em xeque a perspectiva do determinismo biológico, para rejeitar o caráter fixo da oposição binária e apontar para as múltiplas formas de ser homem e ser mulher. Permite entender e problematizar, também, os diferentes modos pelos quais a cultura reproduz, atualiza e modifica representações de gênero, nos processos educativos pelos quais nos tornamos sujeitos culturais. Conforme Meyer (2003 p. 7), “tornar-se sujeito de uma cultura envolve um complexo de forças e de processos de aprendizagem”, produzindo sujeitos e seus corpos, transformando-os em masculinos e femininos.

Sigo, no próximo capítulo, tratando de mais um investimento da cultura para normalizar comportamentos, que pode estar conectado com a promoção de violências de gênero.

5 MASCULINIDADES, FEMINILIDADES E VIOLÊNCIAS

No decorrer dos encontros com o grupo de jovens, procurei oferecer condições para discussão de alguns dos modos de produção de masculinidades e feminilidades, e a forma como somos, ou não, subjetivados por elas. Constituímos-nos como homens e mulheres a partir de uma regulação normativa da cultura. “Toda a nossa conduta, nossas ações são moldadas, influenciadas, e desta forma, reguladas normativamente pelos significados culturais.” (Hall, 1997 ,p.41). Tal regulação, porém, está imersa em “jogos de poder”, em conflitos e resistências, o que oferece a possibilidade de sermos ou não subjetivados por tais significados.

Numa das atividades propostas nos grupos focais, sugeri que os/as jovens escolhessem um/a personagem de filme, desenho animado, história em quadrinhos que pudesse representá-los/as, sendo posteriormente convidados/as a apresentar suas escolhas no grande grupo. Considero que podemos ser subjetivados através de personagens que circulam na mídia, criando certas verdades sobre os sujeitos, incluindo identidades de gênero (Ruth SABAT, 2003; ARGUELLO, 2005). Trata-se de pedagogias que produzem significados sobre o corpo e entendimentos sobre a forma de se comportar, de vestir, de viver, de ser homem, de ser mulher.

Se as meninas escolheram personagens como Branca de Neve e personagens de filmes românticos, também fizeram referência a Fiona e às Meninas Superpoderosas, em especial a Docinho.

Graziele: Acho a Fiona, porque assim como eu ela não olha a beleza, a riqueza, e sim o amor que sente pelas pessoas, a sinceridade, a honestidade

Cássia: Às vezes eu sou Lindinha, meiga e doce. Mas em certos momentos sou a Docinho, que é braba e estressada. E também me identifico com a Florzinha, que planeja muito bem todas as coisas.

Nádia: Me identifico com a Docinho, porque ela é muito nervosa, fica estressada por qualquer coisa, mas quando ela é carinhosa se dá bem com todo mundo.

[1º encontro do grupo focal, 17 ago. 2010]

Tais escolhas remetem a um possível movimento de distanciamento no que se refere à construção do feminino associada a beleza, fragilidade e não violência. Se, por um lado, Fiona é uma princesa, por outro ela tem o corpo e os hábitos de

uma *ogra*, afastando-se dos padrões hegemônicos de feminilidade. A respeito da personagem Docinho, encontrei uma definição em uma breve busca na internet: “Gosta de bater primeiro e perguntar depois. Ela só quer saber de ser a mais forte do mundo, e a pior coisa para ela é ter que usar vestido”⁴⁴.

Sobre as escolhas dos jovens, um dos personagens citados foi Chuck Norris, um ator que atualmente tem 70 anos de idade, campeão de caratê em 1968, astro de cinema desde 1977, estrelando filmes que apresentam lutas de artes marciais e resgates fantásticos de companheiros de guerra. Segundo Louro (2003), uma masculinidade dura e violenta é exaltada a partir dos anos 1980, com o surgimento dos *exterminadores*, *rambos* e *duros de matar*. “Os corpos desses novos heróis exalam uma *hipermasculinidade*... A pedagogia praticada pelo cinema é simultaneamente expandida pelas milhares de academias de ginástica...” (ibidem, p. 442). Mas como se explica essa escolha feita por um jovem nascido nos anos 1990?

Pesquisando, constatei que em 2005 houve um retorno do ator Chuck Norris à mídia. Chuck Norris, *o homem imbatível*, voltou a ter visibilidade quando o *website Chuck Norris Facts* tomou a internet, soltando frases do tipo: “Chuck Norris foi operado da fimose com um serrote”, “Chuck Norris já contou até o infinito sete vezes” e “Chuck Norris pula de bungee jump sem corda”. Tal *website* inspirou-se em uma esquete do programa *Late Night With Conan O'Brien*, exibido em 2004, quando o humorista americano mostrou trechos editados do filme *Território sem Lei*. O'Brien, na verdade, usou uma série de cenas desconexas para mostrar como Norris disfarçava suas aptidões artísticas com muita pancada.

Segundo o *website*, tal crítica tornou-se responsável pela emblemática volta de Norris à mídia como herói incondicional do imaginário popular, um herói enigmático, uma lenda viva, criada a partir de seus personagens durões, imbatíveis, grandes, inteligentes e outros adjetivos, quase sempre usados para representar grandeza. Um retorno associado à linguagem da ironia e da paródia, que segundo Hutcheon, citada por Rosângela Soares (2005, p. 38), “é política e envolve relações de poder baseadas em relações de comunicação”. Mesmo com os argumentos de que a referência a esse personagem é feita através de “zoação”, ironizando seus

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.topgameskids.com.br/artigos-view/14-as-meninas-super-poderosas.html>>. Acesso em: 23 jun. 2011.

filmes “*meio impossíveis*”, os jovens referem-se a esse impossível como “*mágico*”, “*o símbolo do homem*”:

Carlos: Meu personagem é o Chuck Norris!
Graziela: Ele é tri zoadado na internet, Cris!?
Sérgio: Ele é o símbolo do homem.
Gabriela: Ele faz uns filmes meio impossíveis.
Miguel: Ele é impossível, é mágico!
Silas: Todo mundo quer ser igual a ele, tem medo dele.
Graziela: Todo mundo zoa com ele!
Miguel: Pura inveja!
Sérgio: Ele é agressivo, o herói!
Miguel: O cara tem trezentos zeros na conta com estes filmes fictícios que tu falou!
 [1º encontro do grupo focal, 17 ago. 2010]

Hoje, já no século XXI, Chuck Norris ainda é referido como um “*símbolo de homem*”, segundo os jovens informantes deste estudo, lembrando Scott (1990, p. 86): “Um símbolo culturalmente disponível que evoca representações simbólicas”.

Mesmo entendendo que a masculinidade não se apresenta de forma uniforme, linear, que ela é tão plural quanto a pluralidade dos contextos de vida que a engendram como tal, podemos destacar elementos de representações hegemônicas de masculinidade ainda ativos na contemporaneidade brasileira: ativo, corajoso, viril e forte são qualidades consideradas naturais e legítimas de homens. É esperado que meninos brinquem com mais movimentos e na cena pública, que brincadeiras de soco e de luta façam parte de suas rotinas.

Ainda hoje, em nosso cotidiano urbano, meninos são ensinados a reprimirem suas emoções – *Homem não chora* –, ao mesmo tempo em que são estimulados a expressar a raiva: *Homem que é homem não leva desaforo pra casa*. O oposto disso é ser chamado de *mulherzinha*, o que representa ser inferior, dominado, denegrindo a imagem tanto dos homens como das mulheres. A partir desses significados vão se produzindo representações de masculinidade constituintes de sujeitos que, conforme Luís Henrique Aguiar e Gláucia Diniz (2010, p. 138), possuem “baixas habilidades de comunicação e de expressão emocional assertiva”. Robert Conell (1995, p. 190) refere-se ao isolamento imposto aos homens:

A maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, frequentemente, a repressão de seus sentimentos. Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar à violência, à crise pessoal e a dificuldades nas relações com as mulheres.

Malvina Muszkat (2002, p. 50) acrescenta:

Vivemos em uma sociedade que condena a violência social, mas que estimula os meninos, no seu processo de socialização, a supressão de todas as suas emoções com exceção da raiva. Os meninos são submetidos a um processo de “endurecimento emocional” através da separação precoce da mãe, do impedimento de manifestações de ternura e do exercício da força e da agressividade, não porque “sintam fortes”, mas porque “não podem se mostrar fracos”, o que cria uma hipersensibilidade para qualquer sentimento de vulnerabilidade. Qualquer sensação de fragilidade pode ser o móvel desencadeante de sentimentos de humilhação e raiva muitas vezes incontroláveis.

Cito dois contextos visibilizados recentemente pela mídia que articulam masculinidades e violências, não para fixar essa representação, mas como uma alerta para tal reprodução:

- No jornal *Zero Hora*⁴⁵, uma matéria de opinião referiu: “A sociedade atual está toda encardida com os prejuízos aos meninos que nunca aprenderam a ser fortes por estarem sendo privados destes brinquedos (refere-se a armas de brinquedo)... Suas formas masculinas de diversão – como, por exemplo, brigas – foram banidas”.

- “Um menino de cinco anos matou o irmão de 10 anos com um tiro acidental, em uma casa no bairro Palermo, em Gravataí, na região metropolitana de Porto Alegre, no sábado”⁴⁶.

Mesmo que na atualidade se questione o uso de armas de brinquedo e a resolução de conflitos pela força, existem espaços de reiteração e ressignificação das representações de masculinidades como força e violência. A quem presentearmos com armas de brinquedo?

Apresento ainda algumas informações do *Mapa da violência 2010* (WASELFSZ, 2010), que aponta a relação entre mortes violentas e pessoas do sexo masculino, sendo esta uma constante histórica. Em 2004, eram do sexo masculino: 92,1% das vítimas de homicídio; 85,1% das mortes por acidentes de

⁴⁵ Artigo de Gustavo Costa, intitulado *Os maridos queremos para nossas filhas*, publicado na edição de 21 nov. 2010 do jornal *Zero Hora*, p. 17.

⁴⁶ Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a3123764.xml>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

transporte; e 78,7% dos suicidas. A taxa de homicídio entre os jovens do sexo masculino, de 15 a 24 anos, foi de 30 para 50 a cada 100 mil jovens em 2007.

Não estão eles, assim como os comentários e fatos noticiados, reatualizando uma realidade que interpela os homens, afirmando que eles são violentos? Não se nega a materialidade dos fatos, mas parece oportuno pensar sobre o possível impacto destas veiculações (comentários, notícias, números) na constituição dos sujeitos.

O que faz com que os jovens sigam reproduzindo uma “brincadeira” de “*dar soco nos testículos e apertar a teta*”, citada nos grupos focais, se eles a consideram uma situação de violência? Trata-se de uma violência de gênero que não pode ser reconhecida porque implica assumir fragilidades, limites? Quando questionados a respeito dos motivos dessa repetição, os jovens afirmaram:

Miguel: Quando é com os outros não se dá bola.

Marcos: Quando é com o outro é legal fazer!

[4º encontro do grupo focal, 9 set. 2010]

O exercício da masculinidade, na sua expressão de força e insensibilidade pelo sofrimento do outro, prevalece mesmo com o risco da própria integridade física. Luciano Mendes de Faria Filho e Matheus da Cruz Zica (2010, p. 181) contribuem com essa discussão:

[...] como queria Bourdieu (1995), os homens são vítimas do privilégio de participar dos jogos de dominação e, como asseverava Welzer-Lang (2004), são vítimas justamente porque não têm opção de não participar dos jogos e disputas que se prestam a organizar o poder e a hierarquização masculina.

Esses são os *maridos que queremos para nossas filhas*, como considerava o artigo do jornal? Esses são os homens que queremos em nossa sociedade? Que articulação essas representações têm com violências de gênero? Não é essa uma violência de gênero? É intenção desta análise minimamente desestabilizar essas diferenças e *verdades* que, a meu ver, funcionam como promotoras de desigualdades e de relações de violências.

Ainda sobre *Que maridos queremos para nossas filhas?*, entendo que se trata de um questionamento que sugere uma aproximação de força e violência com virilidade e proteção, o que de certo modo também foi apontado pelos jovens informantes deste estudo, que disseram:

Maicon: Os filmes de Chuck Norris têm sempre um final feliz, ele sempre salva a mocinha!

Silas: É coisa de homem salvar a mocinha.

[1º encontro do grupo focal, 17 ago. 2010]

Os gêneros são interdependentes, afetam-se mutuamente, constroem-se em relação, e no contexto dos filmes de Chuck Norris as mulheres são mocinhas e precisam de homens fortes para livrá-las do perigo. A constituição do feminino compõe a masculinidade heterossexual. Um filme com Chuck Norris ensina como devem ser os homens e como devem ser as mulheres, reiterando um modelo que também podemos observar em filmes e histórias infantis, com conflitos, romance e um final feliz.

Uma feminilidade dócil está presente em histórias infantis narradas para as crianças – especialmente às meninas – desde a primeira infância, como Bela Adormecida, Branca de Neve, Cinderela, pelas quais, no final, as meninas são convidadas a entregarem-se aos braços de príncipes e assim serem *felizes para sempre*. Para Ruth Sabat (2003), apesar de algumas variações, na maioria das histórias infantis o mocinho e a mocinha terminam no altar. Quanto à heterossexualidade, ela é “invariante” (p. 101): “Independente do argumento central do roteiro, há um início, meio e fim de um relacionamento amoroso, com o clássico final feliz” (p. 101).

Haveria semelhanças entre a Bela Adormecida e os filmes de Chuck Norris? Tais construções não se tornam produtivas para a emergência das violências de gênero, já que se associa ao homem a *salvação*, numa relação de poder desigual? A masculinidade, associada à força, à violência e à salvação, não pode ser constitutiva de violências de gênero?

De outro modo, são padrões que podem colocar em risco a integridade física dos próprios homens, o que se constata pelo maior número de mortes violentas entre eles. Podemos dizer, então, que os homens, assim como as mulheres, vivenciam violências de gênero? Morremos *de masculinidade* e matamos *por masculinidade*? A desconstrução dessas representações fixas poderia contribuir para uma melhor relação entre os gêneros?

Para encerrar este capítulo, retomo a atividade do grupo focal que sugeria a identificação com personagens, citando a escolha de Goku, por Sérgio. Trata-se, conforme minha busca na internet⁴⁷, de um personagem que começa a série como um bebê violento e agitado, mas que se torna tranquilo e obediente ao avô. Segundo o site pesquisado, apesar da fúria que tem dentro de si, “Goku não tem maldade no coração”. Quando adulto, se torna cuidadoso e poderoso, procurando proteger o universo, e nessa luta procura não matar nenhum inimigo. Se o personagem Goku pode reiterar a representação do masculino como o herói, também permite a flexibilização do modelo que associa masculinidade e violência, apontando também para a possibilidade de mudanças e disputas sem dominação. Analisando as colocações de Sérgio ao longo dos grupos focais, evidencia-se tal flexibilização:

Sérgio: Não dá! Senão a gente vai apanhar! O homem é quem bate.
[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

Sérgio: Ela tinha o direito de ir com o vestido que quiser, não é puta coisa nenhuma.
[5º encontro do grupo focal, 17 set. 2010]

Se o modelo hegemônico de masculinidade se ressignifica, já não o faz com exclusividade. Podemos pensar em rupturas em padrões de masculinidade com mesclas e reinvenções. O que nos leva às primeiras reflexões finais deste estudo.

⁴⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Son_Goku>. Acesso em: 3 nov. 2010.

6 POSSIBILIDADES DE REFLEXÃO: MOVIMENTOS JURÍDICOS E MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

A partir das atividades propostas nos grupos focais que se dirigiam para as construções de masculinidades e feminilidades, os/as jovens evidenciaram seus impactos sobre a construção do gênero e as relações de poder entre os gêneros. Nesse movimento, o conceito de violências de gênero foi se configurando. Um conceito que se mostrou instável, sendo aplicável ou não, conforme o sujeito envolvido e o momento histórico-cultural vivido. Cito algumas falas que apontam para a uma multiplicidade de sentidos para um mesmo ato: *“Traição não é violência!”*; *“Eu acho que é violência! Não deixa de ser.”*; *“É uma sacanagem”*; *“É só brincadeira, tem gente que não dá bola!”*; *“É uma violência, deve machucar!”*; *“A mãe fica triste, a criança fica sem pai, é triste, é uma violência”*; *“Eu não coloquei como violência. Pra mim violência é a física.”*; *“É uma falta de respeito!”*; *“É uma agressão!”*; *“É uma violência moral”*; *“É uma agressão verbal”*; *“Pro homem não é violência! É um elogio!”*; *“Mas é uma violência gostosa”*; *“Não é uma verdade, mas não é violência”*; *“Não é violência, mas é uma coisa que agride.”*; *“Depende da intensidade”*; *“Seria uma falta de respeito com as garotas”*.

De outro modo, os/as jovens consideraram: a) a violência não é só a física, mas também psicológica, moral, verbal, direcionada para diferentes sexos e gêneros; b) está presente em suas vidas, no ambiente doméstico ou no público; c) o masculino é tido como o violento e também submetido a situações de violência para provar sua masculinidade; d) mulheres também são vistas como autoras de violência para com homens e para com outras mulheres (mãe/filha), promovendo desconstrução do feminino como frágil e do amor materno como sendo uma *natureza boa* de toda mulher; e) o ciúme vem associado ao amor e a violências, seja para homens, seja para mulheres.

Se, por um lado, o uso da terminologia *violência* foi relativizado conforme o contexto e os sujeitos envolvidos, por outro se evidencia a adequação da terminologia *violências* por sua multiplicidade de configurações, percebidas pelos/as jovens no seu cotidiano. Reafirma-se que violências não são coisa de homem ou coisa de mulher, mas do que se estabelece na relação entre os sujeitos, constituída a partir de hierarquizações e antagonismos: “aquilo que se entende, se nomeia, se

prática e se sofre como violência muda ao longo do tempo, e também no mesmo tempo nas diferentes sociedades e nos grupos culturais” (MEYER, 2009, p. 214).

Diante disso, cabe apresentar o que os/as jovens referiram como alternativas possíveis para o enfrentamento de violências de gênero.

Ao se fixar nos consensos obtidos no grupo focal, com relação a situações de violência, uma das alternativas destacadas referiu-se à necessidade de uma atuação externa àqueles/as envolvidos na relação. Indicaram o Poder Judiciário, que, através da aplicação de leis como a Lei Maria da Penha, pode reorganizar a relação que vinha se baseando na dominação. Tal alternativa, porém, veio acompanhada de problematizações com relação à sua eficácia, tendo os/as jovens vislumbrado a necessidade de estar articulada com o contexto cultural, na promoção de novas aprendizagens, favorecendo a emergência de outras subjetividades.

Maria: Eu ouço falar bastante da Lei [Maria da Penha], minha vó trabalha no Albergue, é pra lá que algumas mulheres vão depois da delegacia.

Graziele: Às vezes não resolve o problema.

Miguel: A lei pela lei não resolve mesmo, até nos casos de assalto, prendem e depois soltam.

[6º encontro do grupo focal, 24 set. 2010]

A promulgação de uma lei que passa a definir uma verdade jurídica, como no caso da *violência contra a mulher*, mostra-se efetiva e eficaz se encontrar correspondência com o que a cultura considera verdade. Seffner, no projeto de qualificação desta pesquisa, disse que “algumas leis se adiantaram ao senso comum da população”, e assim mostram-se pouco produtivas para o enfrentamento da situação regulamentada. A lei não se basta quando a questão é a mudança de comportamento: “deve haver uma correspondência com a produção de uma resposta – e, portanto, a capacidade e o aparato da subjetividade – por parte dos sujeitos” (HALL, 2004 p. 124).

O Projeto de Lei da Palmada⁴⁸, por exemplo, comentado pelos/as jovens informantes, prevê a punição dos pais que agridem seus filhos/as, o que segundo

⁴⁸ Trata-se do Projeto de Lei nº 2.654/2003, que dispõe sobre a alteração da Lei 8.069, de 13/7/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei 10.406, de 10/1/2002, o Novo Código Civil. Estabelece o direito de a criança e o adolescente não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, e dá outras providências.

eles/as é incompreensível, já que entendem que, se os/as filhos/os não cumprem as combinações estabelecidas com os pais, a palmada e a surra seriam justificadas. Eles/as dizem:

Kátia: Tem uma violência física que é boa, a dos pais pros filhos, na educação.

Lúcia: É exagerado, mas é bom. Se eu chegar com uma nota vermelha, ele vai me bater muito. Eu sei que esta é a minha tarefa, que eu só estudo.

Deisi: Se um filho apronta, apronta, é natural que um dia ele vai apanhar.

Paula: Eu nunca apanhei, mas foi porque eu nunca precisei.

[5º encontro do grupo focal, 17 set. 2010]

Alguns/algumas entendem que a violência de pais para com filhos é uma alternativa para manter uma ordem social e educar filhos de um determinado modo. Outros/as problematizam:

Cássia: Se tu conversa, educa bem o teu filho, tu nunca vai precisar bater nele.

Sérgio: Como se sabe a diferença entre agressão e bater para educar?

Carlos: Tem pais que exageram. Se a Lei da Palmada está sendo pensada é porque muitos pais exageram, as crianças aparecem todas machucadas.

[5º encontro do grupo focal, 17 set. 2010]

Se fosse promulgada hoje, a Lei da Palmada teria se adiantado ao senso comum, o que diminuiria seu poder de aplicação e subjetivação. Por outro lado, o referido projeto ofereceu a possibilidade de dar visibilidade a questões ainda muito circunscritas ao ambiente doméstico, desestabilizando o que é da ordem do natural.

E o que dizer da Lei Maria da Penha, que completa cinco anos da sua promulgação em agosto de 2011? Ela teria se antecipado ao senso comum?

Podemos dizer que se trata de uma lei que suscita alguns questionamentos, seja no meio jurídico, seja nos movimentos sociais e acadêmicos (temas que não desenvolvo neste estudo). Contudo identifica-se o seu reconhecimento por parte da população brasileira, associado a uma percepção positiva. Conforme pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010), a Lei Maria da Penha é reconhecida por 85% dos homens entrevistados e por 84% das mulheres entrevistadas, sendo que 80% dos homens e 78% das mulheres têm uma percepção positiva em relação a ela. As

percepções negativas referem-se a ser pouco rigorosa, à demora na punição do autor da agressão e ao fato de a punição ser leve, quando ocorre.

Os/as jovens informantes do estudo também referem conhecer a Lei Maria da Penha:

Paula: É uma lei pra defender a mulher.
Beatriz: Maria da Penha é o nome da mulher que foi agredida pelo marido e ficou paraplégica.
 [6º encontro do grupo focal, 24 set. 2010]

É reconhecida por eles/as como uma lei que protege as mulheres contra as agressões feitas por homens, nos casos que acontecem no ambiente doméstico e familiar, e sua existência se justificaria, segundo eles/as, pela situação histórica das mulheres. A Lei Maria da Penha, desde sua criação, reconduziu para o espaço público discussões sobre a *violência contra a mulher* e abriu lugar para discussões a respeito das relações entre os gêneros além do ambiente jurídico, transversalizando-se, incluindo a mídia e a academia.

Os/as jovens do estudo entendem que a Lei Maria da Penha e as leis que regulamentam separações, pensão alimentícia e guarda dos filhos são importantes alternativas para o enfrentamento de situações consideradas de violências de gênero. Destacam, ainda, a importância da possibilidade da denúncia das violências vividas, ao vislumbrarem um risco aumentado de reincidência quando a busca pelo sistema judiciário não acontece.

Deisi: Soube de um caso que o padrasto estuprou a guria de 12 anos, e a mãe dela não fez nada. Teve que uma outra pessoa denunciar.
Graziele: Primeiro tem que falar.
Fernando: A lei até resolve. Demora, mas acaba resolvendo. Precisa que a pessoa faça a denúncia, tem que partir da pessoa.
 [6º encontro do grupo focal, 24 set. 2010]

O acesso à justiça aparece como uma alternativa para a situação de violências de gênero sofrida pelas mulheres, seja no ambiente doméstico, seja no espaço público. Todavia isso não quer dizer que os homens não sejam submetidos a esse tipo de violência, mas que a incidência do fenômeno, medida através

daqueles/las que recorrem à justiça e que constroem a linguagem estatística, é da violência de gênero contra a mulher.

Desse modo, o movimento feminista também é visto como decisivo para o enfrentamento das desigualdades históricas entre os gêneros, com mudanças nos mais variados contextos, com a conquista de diversos direitos pela mulher: direito a frequentar escolas e universidades; direito de trabalhar de forma remunerada, fora do ambiente doméstico; direito de votar e ser votada; direito à liberdade sexual e reprodutiva. Quanto a isso, os/as jovens afirmam:

Deisi: É pra aproveitar! Depois de muito tempo que se ficou servindo os homens dentro de casa, cuidando da família.

Paula: Desde o tempo antigo a mulher é subjugada.

Kátia: É pra dar nos dedos deles, que sempre fizeram assim.

Fernando: Ficaram subjugadas porque quiseram.

Deisi: As mulheres foram queimadas por lutarem pelos direitos que não tinham.

Fernando: Era só ter feito protesto antes.

Deisi: Elas talvez não tivessem oportunidades.

[2º encontro do grupo focal, 20 ago. 2010]

Deisi: Desde sempre as mulheres sofreram mais, eram proibidas de muitas coisas, aí veio o movimento feminista. Agora eram pra serem livres, mas ainda sofrem dentro de casa.

[6º encontro do grupo focal, 24 set. 2010]

Esse contexto ajuda a responder ao questionamento proposto por Benedito Medrado e Ricardo Pimentel Mello (2008): “Quais as peculiaridades dessa situação nos dias de hoje?” Como hoje se tornou possível denunciar a *violência contra a mulher*? Quais foram as condições de possibilidade que contribuíram com a emergência da Lei Maria da Penha, já que em estudos (Lyra e Medrado, 2003) os homens autores de agressão não consideravam os atos violentos, cometidos contra suas mulheres, como uma questão jurídica-legal ou de saúde?

Os/as jovens apontam, porém, para a necessidade constante de reatualização dessas conquistas. Referem que mulheres, ao romperem com o padrão normal de feminilidade associado ao recato, preocupação com a estética, delicadeza, meiguice, sensibilidade – características, segundo as/os jovens,

consideradas necessárias/desejáveis para as mulheres – ainda são criticadas, apontadas.

São os estudos de gênero que possibilitam outro olhar para o movimento feminista, abrindo possibilidades para que homens e mulheres possam escapar de prescrições, da diferenciação, da dicotomia, de modo a reduzir desigualdades, o que não se faz sem luta constante por significação.

É a partir dos estudos de gênero que os pesquisadores Benedito e Mello (2008) analisaram a Lei Maria da Penha, questionando a terminologia agressor e ofendida, que desconsidera, segundo os autores, o caráter relacional de gênero, reafirmando modelos hegemônicos baseados num binarismo. A partir de uma análise textual da referida lei, os autores constataram que ela não apresenta em nenhum momento a palavra *homem*, mas cita 60 vezes a palavra *mulher*, o que apontaria para um discurso sexista. Destacam, ainda, que a forma como os homens são socializados em nossa cultura, marcada pela associação entre masculinidades e violências, evidencia a necessidade de as políticas públicas investirem nesse sentido.

Entendo que se trata de importantes considerações, sobretudo se assumimos que a linguagem é produtora de significados e que o gênero é construção relacional, o que indica investimentos em todos/as os/as envolvidos na relação. De qualquer forma, a lei é uma maneira legítima que a sociedade encontrou para promover equilíbrio nas relações de poder entre os gêneros, não só pela sua aplicação jurídica efetiva, mas também por sua possibilidade de subjetivação, num contexto histórico-cultural que ainda tem a mulher como mais vulnerável quando falamos em violência doméstica e familiar, como se intitula a Lei Maria da Penha e como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres também se refere à *violência contra a mulher*.

A Lei Maria da Penha mostrou-se produtiva também pelas críticas que recebeu, abrindo possibilidades de denúncias de violências de gênero de mulheres para com homens, que eram invisibilizadas pelas construções de masculinidades, nas quais não há espaço para os homens demonstrarem suas fragilidades e seus sentimentos.

Sérgio: E não tem a lei do Mário? É, porque tem homem que é agredido por mulher.

[6º encontro do grupo focal, 24 set. 2010]

Entendo essa fala como um movimento de desnaturalização de determinadas representações. Dando visibilidade à violência de mulheres para com homens, deslocamos estes do lugar fixo de autores da agressão, que passa a ser ocupado também por mulheres.

A partir de Foucault, Márcio Alves da Fonseca (2000) destaca que um dos modos do exercício do poder que pode contribuir como enfrentamento das situações de violência é o que tem por objeto a imposição de respeito às regras. Fonseca vai além e aponta que o respeito às regras pode produzir novas verdades, não se tratando de uma *simples* imposição, mas de uma possibilidade de produzir outras subjetividades, que se distanciam de relações de dominação.

Seguindo nesse propósito, François Ewald (1993) considera que a lei não garante o funcionamento de outra norma, mas pode questionar um funcionamento normativo, que submete o sujeito, sem o mínimo de liberdade.

Como os/as próprios/as jovens apontaram, a lei precisa vir acompanhada de outros movimentos que contribuam com a possibilidade de produção de comportamentos e novas subjetividades; aquilo que Fonseca (2000), a partir de Foucault, destaca como outro modo de exercício de poder.

7. Educação e Relações de Poder entre os Gêneros: Considerações Finais

“As pessoas precisam ser ensinadas de outro modo, senão não tem como.”

Beatriz

Ao longo desta dissertação procurei descrever e analisar como os/as jovens informantes deste estudo, definem e diferenciam masculinidades e feminilidades focalizando, de forma mais extensiva, algumas articulações com o que se nomeia, contemporaneamente, como violências de gênero. No contexto dessa análise, destaquei que a ênfase dada em nossa cultura para a marcação da diferença (e neste estudo interessava-me a diferença entre homens e mulheres) acaba por produzir normas de comportamentos que deveriam ser assumidas por todos os jovens do grupo, o que contribui para fixar determinadas identidades de gênero. Da mesma forma, algumas das relações de saber e poder que envolvem a construção de corpos masculinos e femininos, o exercício da sexualidade, as formas de amar e de exercer a parentalidade, procuram naturalizar condutas de gênero que, mais do que legitimar diferenças, sustentam desigualdades, que podem produzir violências.

Apresentar e discutir as convergências evidenciadas nas falas dos/as jovens, possibilitou-me problematizá-las e colocar sob suspeita tais naturalizações de masculino e feminino, uma vez que se trata, aí, de comportamentos incorporados as nossas vivências, que nem ousamos questionar ou desconfiar. Destaco as continuidades com relação a representação de masculinidade com virilidade, numa lógica heteronormativa, que de certa forma autoriza e/ou inocenta os homens de violências sexuais, consideradas pelos jovens como a mais grave das violências de gênero.

Da mesma forma, comprometi-me neste estudo a estar atenta, também, aos dissensos e descontinuidades presentes nessas representações e identidades e isso exigiu maior vigilância, já que na maioria dos estudos sobre o tema se visibilizam mais os mecanismos de sua reprodução. Homens e mulheres não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos de prescrições sociais ou de nossas categorias analíticas (Scott, 1988), o que também pode ser evidenciado nas falas dos/das jovens. É possível encontrar fissuras nos discursos e práticas que são

indicativas do borramento de fronteiras culturais, por exemplo, quando os/as jovens se referem à construção de corpos femininos “fortes”, às atitudes de mulheres que tomam iniciativa no namoro, aos homens que não são mais donos *da* casa, mas donos *de* casa, assumindo tarefas como o cuidado dos/das filhos/as,... Tais borramentos multiplicam representações e identidades de gênero e favorecem a modificação das relações de poder de gênero vigentes, e isso incide também sobre as relações de dominação e violências que se constituem a partir de classificações e hierarquizações de gênero.

A flexibilização nos modos de ser e de viver o gênero foi evidenciada de forma mais evidente em relação às feminilidades, referindo-se ao corpo, ao exercício da sexualidade e também a comportamentos violentos, apontando mulheres como autoras. A desestabilização e despolarização das representações encontra apoio junto aos/as jovens. *“Interessante se colocar no lugar do outro.”*, abrindo possibilidade de construções de novas subjetividades. Lembrando que gênero é uma categoria relacional é oportuno dizer que as flexibilizações nas representações de feminilidades acabam se refletindo nas construções de masculinidades. Por exemplo, a problematização da representação feminina de princesa acaba por problematizar também a representação masculina de príncipe, de herói; a flexibilização nos modos de amar e no exercício da sexualidade feminina não podem mais representar a garantia da honra masculina. Um exercício que possibilita a reformulação das relações de poder e de violência entre os gêneros.

Por outro lado, considero que muitas situações trazidas pelos/as jovens, classificadas como relações de violências de gênero, como: ser chamada de galinha, fugir da responsabilidade da paternidade, ser traído/a, podem ser entendidas como relações de poder entre os gêneros. O uso alargado do termo violências de gênero pode, além de banalizar o termo e a situação de dominação, contribuir para a judicialização dessas relações, dando pouco espaço para atividades de caráter preventivo, que possam incidir sobre a modificação dessas relações de poder entre os gêneros.

Para Maria Tereza Lisboa Nobre (2006, p. 68) o termo violência deve ser usado em situações muito particulares, e cita Foucault: “a violência age sobre o corpo, o submete e destrói, produzindo uma sujeição esmagadora”. Segundo a autora, na maioria das vezes há a possibilidade de oferecer resistência à situação vivida, sendo agressão a terminologia mais adequada. As relações de poder atuam

sobre as ações do indivíduo e não sobre seus corpos, tendo a capacidade de modificar e disciplinar condutas, produzindo a subjetivação, diferentemente das relações de violência que produzem o aniquilamento do outro.

Meyer (2009, p. 217) também refere Foucault, ressaltando a diferença entre relações de poder e relações de violência: “o poder atua sobre as ações dos outros: uma ação sobre outra ação, naquelas ações existentes ou naquelas que podem se engendrar no presente ou no futuro...”. Segundo a autora, desconstruir e problematizar relações de poder de gênero naturalizadas e sancionadas pela cultura abre rachaduras nos discursos que nos capturam e aprisionam.

As relações de poder não são alguma coisa má em si mesma [...]. O problema não é, portanto dissolvê-las, [...] mas se imporem regras de direito, técnicas de gestão e também a moral, o ethos, a prática de si, que permitirão nestes jogos de poder, jogar o mínimo possível de dominação. (FOUCAULT, 2006, p. 284).

Voltando nossa atenção para as relações de poder entre os gêneros presentes nos conflitos diários, estamos oferecendo condições de possibilidade para diminuir os espaços para situações de violência.

Considerando que o comportamento dos sujeitos tem a ver com a forma como foram educados e subjetivados, para que se consiga desestabilizar *privilégios* de gênero, não privando nem homens nem mulheres de seus direitos, são necessários investimentos que contemplem educação, entendida de maneira ampliada através das pedagogias culturais.

Foucault (2007) nos diz que não há como vivermos fora de relações de poder; é impossível viver sem conflitos, já que é contínua e constante a busca pela legitimidade de nossas significações. A violência pode ser um dos desdobramentos desses conflitos, mas não é o único – existem possibilidades de negociação e de acordos que, por sua vez, vão produzir outras formas de relações.

Assumindo que existem formas variadas de poder e, dessa maneira, várias formas de resistência, é no confronto dessas estratégias (poder/resistência) que poderá se produzir “uma nova economia nas relações de poder” (FONSECA, M.1995, p. 28), com alternativas criativas de subjetivação de homens e mulheres. Trago, como exemplo do contexto histórico social em que vivemos, os homossexuais femininos e masculinos, que nos apresentam novas práticas e novos padrões de masculinidades e feminilidades. O fim dos tempos, como dizem alguns, é, quem sabe, o (re)começo de um outro tempo, talvez com menos desigualdades,

menos discriminação, menos hierarquias. Trata-se de um movimento de reciprocidade, como o que se deu na mudança do Código Penal com relação ao seu artigo 213⁴⁹, que, com a supressão da palavra mulher permitiu a legitimação do fato de que homens também são possíveis vítimas de estupro, o que seria inimaginável em outro período histórico. A partir do momento em que outras verdades e práticas sociais passam a fazer parte da cultura, questionando a norma, abre-se espaço também nas leis.

Quanto mais móveis e instáveis forem os estados das coisas, resultado de um embate constante de poderes e saberes, mais possibilidades tem o sujeito de liberdade de escolha, sempre considerando certo grau de sujeição. Conforme Foucault (1995), nunca seremos completamente livres; a liberdade é um estado transitório, “sujeitos individuais ou coletivos têm diante de si um campo de possibilidades de diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem aparecer” (p.244). Do mesmo modo, não há como encontrar uma simetria completa entre as relações de poder.

Quando nos referimos à possibilidades de ações preventivas para fazer frente as violências de gênero, estamos nos reportando à importância de compreendermos como as relações de poder agem, tornando esses sujeitos masculinos e femininos. Um jogo de força, de micropoderes que se definam pelas ações e contra-ações, discursos e contradiscursos.

A cultura mostra-se central, seja nos movimentos de compreensão dessas construções, seja nos movimentos de intervenção. É no circuito da cultura que diferentes práticas “atuam na construção de identidades, na delimitação das diferenças na produção, no consumo e na regulação das condutas sociais”. (WORTMANN, 2002, p. 82).

Este estudo também se fez de múltiplos movimentos de ação e reação, e foi para mim um importante espaço pedagógico para a desconstrução de representações de masculinidades e feminilidades, o que acabou repercutindo na minha prática junto a mulheres em situação de violência, e agora também com homens autores da agressão.⁵⁰

⁴⁹ Redação anterior a 2009 do artigo 213 do Código Penal: “Constranger a mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”.

⁵⁰ Desde março de 2011, numa parceria com o Ministério Público e Poder Judiciário, o Centro REVIVI, vem desenvolvendo um grupo reflexivo de gênero, com homens autores da agressão, através de medida de suspensão condicionada do processo.

Sei que este meu processo educativo, impulsionado pelas falas destes/as jovens também produziu outras aprendizagens neste mesmos jovens, e, por se tratar de um estudo interessado, espero que ele também possa contribuir com outras construções e relações. O esforço está em romper com padrões imperativos de masculinidades e feminilidades que acabam por cristalizar diferenças sem espaços para outros caminhos. Trata-se de um exercício no sentido de multiplicar os processos construção e de socialização de homens e mulheres, que acabam aprisionados a um modelo normativo das representações de gênero. Deste modo estaremos potencializando as relações de poder entre os gêneros desestabilizando o que poderia se tornar relações de dominação/violência.

Encerro esta dissertação como encerrei meu trabalho de conclusão na Especialização Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, por considerá-lo um fim mas também um recomeço: “por certo há também aqui um processo, que ao invés de cumulativo e linear, caracteriza-se por constantes desvios e retornos sobre si mesmo [...]. Não há um lugar de chegar, não há destino pré-fixado, o que interessa é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto”. (Louro, 2004, p.13).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luis Henrique M.; DINIZ, Gláucia R. S. Gênero, masculinidades e o atendimento a homens autores de violência conjugal. In: LIMA, Fausto Rodrigues de; SANTOS, Claudiene (coord.). **Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2010. p.137-146.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim do século, 1995.

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Juventudes e processo de escolarização: uma abordagem cultural**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ARGUELLO, Zandra Elisa. **Dialogando com crianças sobre gênero através da Literatua Infantil**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985

BELLO, Alexandre Toaldo. **Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?** 2005. Proposta de dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: Presidência da República, 2010a.

_____. Ministério da Justiça. **Norma técnica de padronização das delegacias especializadas de atendimento as mulheres – DEAMS**. Apresentação. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde e prevenção nas escolas: adolescências, juventudes e participação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor - identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p.71-96, jan/jun, 1996.

_____. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

BRUHNS, Heloísa Turini In. ROMERO, Elaine.(Org.). **Corpo,Mulher e Sociedade: Corpos femininos na relação com a Cultura**. São Paulo: Papirus, 1995.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

CAMPOS, Carmem. Lei Maria da Penha: um novo desafio jurídico. In: LIMA, Fausto Rodrigues de; SANTOS, Claudiene (coord.). **Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2010. p.21-35.

CARVALHO, Marília Pinto de; SOUZA, Raquel; OLIVEIRA, Elisabete de. Juventude, sexualidade e gênero. In: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. v. 1. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

CONNEL,Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS/FACED.v.20,n.2,jul-dez/1995.p:31-42

CORAZZA, Sandra. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos**. Porto Alegre: Editora Mediação,1996. p. 105-131.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COSTA, Marisa Vorraber. Novos olhares na pesquisa em educação. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos**. Porto Alegre: Editora Mediação,1996. p. 7-17.

COSTA, Marisa Vorraber, SILVEIRA, Rosa Hessel, SOMMER, Luís Henrique. **Estudos Culturais, Educação e Pedagogia**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro.Maio/jun/jul/ago,2003. p.36-61.

DAL'IGNA, Maria Cláudia. **"Há diferença"? Relações entre desempenho escolar e gênero**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DAMICO, José Geraldo Soares." **Quantas calorias eu preciso [gastar]para emagrecer com saúde?** Como mulheres jovens aprendem estratégias para cuidar do corpo.2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____, José Geraldo Soares. O corpo feminino como marcador social. In: ROMERO, Elaine; PEREIRA, Erik Giuseppe B. (org.). **Universo do corpo: masculinidades e feminilidades**. Rio de Janeiro: Shape, 2008. p.193-216.

DAYRELL, Juarez. Escola e culturas juvenis. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda (org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Editora Cortez, 2003. p. 187.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2006. p. 15-38.

DICK, Hilário. **Gritos silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na história**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 2 v. v.1: Uma história dos costumes.

EWALD, François. **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Vega, 1993.

FACHINETTO, Rochele Fellini. A “Casa de Bonecas”: onde a punição é aprender a ser mulher. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: redações e artigos científicos premiados**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ZICA, Matheus da Cruz e. Masculinidades e experiências masculinas em Bernardo Guimarães. **Cadernos Pagu**. Universidade Estadual de Campinas.n.34, jan/jun ,2010

FELIPE, Jane. **Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade**. Trabalho apresentado no Seminário Corpo, Sexualidade e Gênero: discutindo práticas educativas, Porto Alegre, maio de 2006.

FIGUEIRA, Maria L. M. **Skate para meninas: modos de se fazer ver em um esporte em construção**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: Editora EDUC, 1995.

_____. Normalização e direito. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; PORTOCARRERO, Vera (org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. **Estratégia, poder-saber**. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2006 a. (Coleção Ditos e Escritos, v. 4).

_____. **Ética, sexualidade, política**. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2006 b. (Coleção Ditos e Escritos, v. 5).

_____. **Microfísica do poder**. 24^a ed. São Paulo: Graal, 2007.

_____. **A arqueologia do saber**. 7^a ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda (org.). Introdução. In: _____; _____. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

FUNCK, Suzana Bornéo. **Discurso e violência de gênero, ou a “diferença” revisitada**. In: TORNQUIST...[et al]. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. p.103-124.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro Editora. 2005

GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

GIROUX, Henry. Memória e pedagogia no maravilhoso mundo da Disney. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____; MCLAREN, Peter L. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio (org.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, Carla de Castro. **A Lei Maria da Penha e as práticas de construção social da “violência contra a mulher” em um juizado do Rio de Janeiro**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Gomes, Maria Elásir; BARBOSA, Eduardo. **A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos**. Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais - Educativa. Minas Gerais, 1999 .

GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, p. 143-150, 1993.

_____. Relações de violência e erotismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 20, p. 87-120, 2003.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, n. 75, p. 4-34, 2004.

GROSSI, Miriam Pilar; MINELLA, Luzinete Simões; LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. **Gênero e violência: pesquisas acadêmicas brasileiras** (1975-2005). Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p:15-46, jul./dez. 1997.

_____. "Quem precisa de identidade?" In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

JAEGER, Angelita Alice. **Mulheres atletas da potencialização muscular e a construção de arquiteturas corporais no fisiculturismo**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Programa da Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma de cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

KLEIN, Carin. Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma infância melhor. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: _____ (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. O cinema como pedagogia. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Conhecer, pesquisar e escrever. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 25, p. 235-245, 2007.

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito. Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 145-158, 2000.

_____; _____. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, set./dez. 2008.

_____; _____. Nos homens a violência de gênero. In *Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher - Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero: Construindo políticas públicas* (p. 37-40). Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2003

MEDRADO, Benedito; MELLO, Ricardo Pimentel. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, 2008.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar E. Estermann; WALDOW, Regina (org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 41-51.

_____. **Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane F.; GOELLNER, Silvana N. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27

_____. Corpo, violência e educação: uma abordagem de gênero. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, Brasília. p.213-234.

MULLER, Elaine. Juventude e algumas questões e relações de gênero. **Mneme – Revista de Humanidades**, Caicó (RN), v. 5, n. 11, p. 214-244, jul./set. 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme/article/view/231/211>>. Acesso em: 20 de maio 2011.

MUSZKAT, Malvina. Violência e intervenção. In: CORRÊA, Mariza (org.). **Gênero e Cidadania**. Campinas: Pagu; Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp, 2002. p. 47-57.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NOBRE, Maria Tereza Lisboa. **Resistências femininas e ação policial: (re)pensando a função social das delegacias da mulher**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

NOVAES, Regina Novaes. Juventude, inclusão e exclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda (org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Conceição. **Sexismo emburrece e mata**. 23 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/blog-da-mulher/sexismo-emburrece-e-mata.html>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção de Belém do Pará** (Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher). Assembleia Geral, 9 jun. 1994.

PASSOS, Isabel Cristina Friche (org.). **Poder, normalização e violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Estudos Foucaultianos).

PINTO, Céli. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**: ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

PIRES, Suyan Maria Ferreira. **Amor romântico na literatura infantil: uma questão de gênero**. Educar em Revista. Curitiba. N.35, set/dez 2009 .p:81-93.

RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Por uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Estudos Foucaultianos).

RIBEIRO, Renato Janine. Política e juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCCHI, Paulo (org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SABAT, Ruth. **Filmes infantis e a produção performativa da heterossexualidade**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SANTOS, Luis Henrique Sacchi dos. **Biopolítica de HIV/AIDS no Brasil**: uma análise dos anúncios televisivos das Campanhas oficiais de prevenção (1986 – 2000). 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SCHRAIBER, Lilia. Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 41-45, fev. 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1990.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. Representações da masculinidade bissexual: um estudo a partir dos informantes da Rede Bis-Brasil. In: CÁRCERES, Carlos F. et al. (ed.). **Cidadania sexual en América Latina: abriendo el debate**. Lima: Universidade Peruana Cayetano Jeredia, 2004. p. 219-238.

_____. Cruzamento entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). In: SOARES, Guiomar Ferreira; SANTOS DA SILVA, Méri Rosane; RIBEIRO, Paula Regina Costa (org.). **Corpo, gênero, sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia da educação e pedagogia crítica em tempos pós-modernos. In: _____. (org.). **Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

_____. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVEIRA, Elaine Rosner. “**Casa de Homens**”: o jogo do osso e a masculinidade em grupos populares de Porto Alegre. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SOARES, Carmem Lúcia. Corpo e educação. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, ago. 1999.

SOARES, Rosângela de F. R.; MEYER, Dagmar E. Estermann. O que se pode aprender com a “MTV de papel” sobre juventude e sexualidade contemporâneas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 138, mai./ago. 2003.

SOARES, Rosângela de F. R. Namoro MTV: juventude e pedagogias amorosas/sexuais no Fica Comigo. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. O céu de Suely: identidades juvenis e sexualidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277938473_ARQUIVO_RosangelasoaresOCEUDESUELYtrabalhocompleto.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2011.

SPOSITO, Marília Pontes. A pesquisa sobre jovens na Pós-graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). In: _____. (coord.). **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. v. 1. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

SUAREZ, Myreia; BANDEIRA, Lourdes. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

SWAIN, Tânia Navarro. Todo homem é mortal. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Estudos Foucaultianos).

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidade. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, p. 16-32, jul./dez. 2002.

TEIXEIRA, Analba Brazão. **Nunca você sem mim**. Homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais. São Paulo: Annablume, 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2010**: anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. Disponível em: <<http://www.sangari.com/midias/pdfs/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 7-72.

WORTMANN, Maria Lúcia; VEIGA-NETO, Alfredo. **Estudos culturais da ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Análises culturais: um modo como lidar com histórias que interessam à educação. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta pesquisa pretende discutir a violência de gênero com jovens urbanos escolarizados do interior do Rio Grande do Sul para entender como eles definem e reconhecem esse tipo de violência e como a vivenciam no cotidiano de suas vidas.

A pesquisa é de responsabilidade de Sandra Adelina Giacomini (fone: 54-9158-8615), está sendo orientada pela Prof.^a Dr.^a Dagmar Estermann Meyer (fone: 51-3308-4129), da Faculdade de Educação da UFRGS, e será realizada em uma escola pública do município de Bento Gonçalves/RS, junto a uma turma do Ensino Médio, em formato de grupos focais. Tais grupos funcionarão no horário das aulas regulares, nas dependências da escola, com autorização e apoio da direção.

Gostaríamos muito de poder contar com tua participação nessa pesquisa porque tua contribuição é indispensável para que se possam atingir os objetivos propostos.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que fui esclarecido/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento ou coerção, dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos a que serei submetido, dos riscos, dos desconfortos e benefícios do referido projeto de pesquisa. Fui igualmente informado/a:

1) Da garantia de receber respostas a qualquer pergunta ou esclarecer qualquer dúvida sobre os procedimentos de risco, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa.

2) Da liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isso me traga nenhum tipo de prejuízo.

3) Da segurança de que não serei identificado/a e que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas com a minha privacidade.

4) Da ausência de custos pessoais.

Data: ____/____/____

Assinatura do/a participante da pesquisa

Assinatura do/a responsável pelo/a participante da pesquisa

Assinatura da responsável pela pesquisa

Anexo B – Material utilizado no grupo focal**I - Explicando para um extraterrestre:**

O que é ser um homem em Bento Gonçalves? Cite seis características indispensáveis e desejáveis.

O que é ser uma mulher em Bento Gonçalves? Cite seis características indispensáveis e desejáveis.

II - Leia com atenção os itens abaixo e responda conforme as instruções.

- Você deve fazer este exercício individualmente.
- Assinale se você é do sexo feminino () ou masculino ().
- Faça um (x) no item que, no seu entendimento, não é violência.
- Numere as demais colocando (1) naquele que você considerar mais violento, diminuindo conforme o grau de intensidade. Aquele que você entende que está no mesmo nível de intensidade, repita o número.

- () Traição
- () Não assumir a paternidade
- () Querer transar no primeiro encontro
- () Ser chamada de galinha (mulher)
- () Ser chamado de galinha (homem)
- () Ser chamada de solteirona ou separada.
- () Ser chamado de solteirão ou separado.
- () Estupro
- () Ser chamada de gostosa.
- () Ser chamado de gostoso.
- () Ser chamado de feio.
- () Ser chamada de feia.
- () Ser chamada de lésbica, machorra.

- () Ser chamado de gay, boiola.
- () Ser chamado/a de idiota, retardada/o
- () Levar um tapa, um soco, um pontapé.
- () Levar um fora da/o namorada/o
- () Participar de brincadeiras em que se dá socos em órgãos genitais e mamilos.
- () Ser acusado/a injustamente
- () Ser proibido/a de fazer o que gosta porque a sociedade e a cultura não entendem que seja adequado para quem é deste ou daquele sexo.
- () Brigar com o/a namorado/a por ciúmes.
- () Não ter um/a companheiro/a que divida as tarefas de casa.
- () Cumprimentar-se com socos.

III - Por consenso no último encontro do grupo, os itens abaixo foram considerados situações de violência.

- Você já passou por situações assim? (assinale com um x)
- Você conhece alguém que já passou por situações assim (faça um o)
- () Traição
- () Não assumir a paternidade
- () Ser chamada de galinha (mulher)
- () Estupro
- () Ser chamada de lésbica, machorra.
- () Ser chamado de gay, boiola.
- () Ser chamado/a de idiota, retardada/o
- () Levar um tapa, um soco, um pontapé.
- () Participar de brincadeiras em que se dá socos em órgãos genitais e mamilos.
- () Ser proibido/a de fazer o que gosta porque a sociedade e a cultura não entendem que seja adequado para quem é deste ou daquele sexo.

Escreva aqui outras situações de violência que você vivenciou ou viu vivenciar.

IV Material audiovisual

BOLSA TV. Desafio Bolsa Mulher, 7 mai 2008. [Homem se depilando e mulher trocando pneu].

E LÁ em casa! Comercial Kaiser Verão. 2009.

ESCOLHENDO cartões. Comercial Budweiser. Chicago (EUA).

FURADEIRA e louça. Comercial Douwe Egberts. 2006.

HOMEM cozinheiro. Comercial Peugeot Hoggar. 2010.

IN & OUT. Direção: Frank Oz. Roteiro: Paul Rudnick. Intérpretes: Kevin Kline, Joan Cusack, Matt Dillon, Debbie Reynolds, Tom Selleck. EUA: Paramount Pictures, 1998. 1 bobina cinematográfica (90 min), son., color., 35 mm. Versão do título em português: Será que ele é?

INSTITUTO PRÓ-MUNDO. **Era uma vez outra Maria**. Disponível em: <<http://www.promundo.org.br/canal-promundo/era-uma-vez-outra-maria-3>>. Acesso em: 22 mai. 2010.

QUE diferença da mulher o homem tem? Clipe musical.

VERAOZÃO, Solzão, Cervejão, Azaração... Comercial Nova Schin. 2010.

Anexo C – Roteiro de entrevista

- 1) O que a palavra violência faz pensar? O que você considera violência?
- 2) Você considera que já sofreu algum tipo de violência?
- 3) Você já sofreu violência por parte de alguém próximo de você? Foi humilhada, agredida?

- 4) Alguém já lhe bateu, deu tapas, machucou você?
- 5) Na sua opinião, existe um tipo de violência mais comum praticada contra mulheres? E contra homens?
- 6) Você reconhece violência no seu ambiente familiar?